

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO FORTES

**UM ESTUDO SOBRE A REDE DE APOIO DAS ASSOCIAÇÕES DE TRIAGEM DO
SETOR DE RECICLO
NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE**

Porto Alegre, 2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Maria de Fátima Araújo Fortes

**Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Administração da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em Administração, ênfase em
Recursos Humanos**

Orientadora: Profa. Dra. Rosinha da Silva Machado Carrion

Porto Alegre, Fevereiro de 2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

TRABALHO APRESENTADO EM BANCA E APROVADO POR:

**Profa. Dra. Ângela Garay
PPGA/EA/UFRGS**

**Prof. Dr. José Antônio Peres Gediel
UFPR**

**Prof. Dr. Ivan Antônio Pinheiro
PPGA/EA/ UFRGS**

Conceito Final:

Porto Alegre, 10 de Março de 2006

Orientadora: Profa. Dra. Rosinha da Silva Machado Carrion

Aluna: Maria de Fátima Araújo Fortes

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente ao Programa de Estudantes convênios de Pós-Graduação (PEC-PG) por ser a “porta de entrada” dos estudantes estrangeiros no Brasil, e especialmente, á Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa, sem a qual seria impossível poder participar de um dos mais conceituados programas de Pós-graduação do país, o PPGA.

Agradecimento especial a minha orientadora professora Rosinha Carrion pelo apoio, pela força, e principalmente, pelas trocas, criticas e sugestões, apresentadas ao longo desse processo de construção e desenvolvimento pessoal.

A toda a minha família, em especial meus queridos irmãos. Mesmo que do outro lado do oceano, estiveram sempre presentes durante os meus estudos, me acompanhando na construção desse duro e, apaixonante caminho, através da amizade, da força moral e financeira, para que pudesse chegar no final dessa dissertação.

Sem desmerecer a importância de todos os colegas da turma e amigos os quais eu pude conviver e compartilhar as alegrias, tristezas, angústias, frustrações, amizades, churrascos, rodadas de cerveja, paixões, queria agradecer especialmente: o Vita, a Taty, e a Paola pela sua presença constante, o amor, o carinho, a compreensão, e o afeto que me dedicaram em alguns momentos cruciais da minha vida.

Como não poderia deixar de ser, agradeço as minhas “pupilas“ de apartamento, Bruna e Lú, pela compreensão e carinho. Em vários momentos foram meus pilares de sustentação. Formamos uma nova família.

A Adry, um obrigado pela sua paciência, dedicação e contribuição nas discussões.

Agradeço á todos os professores da área de RH, pelos ensinamentos. Agradecimento especial, aos membros da banca do projeto, professor. Dr. Ivan Pinheiro e professora Dra. Ângela Garay pelas suas contribuições, a partir das quais, este trabalho pôde amadurecer e englobar novas discussões, novos elementos e novos enfoques.

“Ser humilde é ser real e autêntico com as pessoas e descartar as máscaras falsas”

J. C. Hunter

Dedico este trabalho aos meus queridos pais Irene e João Fortes.

“Mãe, serás eternamente a minha estrela guia”

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as características, a natureza e o conteúdo da interação entre os atores da rede que apóia as Associações de Triagem do Sistema GIRS, na RMPOA, e que realizam ações com o intuito de contribuir para a sua sustentabilidade. Pretende-se dar conta se o conjunto de apoiadores que formam essa rede, possui características das redes em economia solidária, a partir do referencial teórico sobre a teoria das redes. As redes têm sido vistas, como estruturas organizacionais fundamentais para garantir a consolidação desses empreendimentos. A articulação entre os atores de rede é apresentada, como a condição fundamental para garantir a sustentabilidade desses empreendimentos. Para a consecução deste trabalho, optou-se por um estudo de caso do tipo exploratório e descritivo. O levantamento dos dados foi feito através da análise documental, questionário sob forma de entrevista aplicada as Associações de Triagem integrantes do sistema GIRS na RMPOA, e ao dirigente máximo de cada entidade de apoio das Associações de Triagem. Fez-se o uso ainda, de dados do projeto de extensão da Residência Solidária. Os resultados sugerem que embora haja essa rede, ela apresenta dificuldades de funcionamento, e não garante a auto-sustentabilidade dessas associações. Percebe-se um conjunto de ações desenvolvidas de forma desintegrada sem efeitos sinérgicos que possam garantir efetivamente a sustentabilidade desse setor. A conclusão que se chega ao analisar a participação das entidades que compõe essa rede de apoio, é a existência de uma rede frágil e ativa em momentos específicos. Isto é, cada entidade aporta a sua contribuição separadamente, atendendo na maioria das vezes, situações de caráter assistencialista e emergencial que não deixam saldos significativos, ou seja, não se pensa estrategicamente uma intervenção no setor.

Palavras- Chaves: Redes - Economia Solidária – Associações de Triagem- Sustentabilidade

ABSTRACT

The objective of the present work is analyzed the characteristics, nature and content of the interaction between the actors of a net that helps to Associations of Selection of System GIRS, in the RMPOA, and how this contributes for its sustainability. It is intended to get known if the set of entities that form this net possess as characteristics that a “solidarity economy net” have through a theoretical reference. The nets have been seen as basic organizational structures to guarantee the consolidation of these enterprises. The connection between the net actors is presented as the basic condition to guarantee the sustainability of these enterprises. For making this exploratory and described work, we opted for a case study technique. The data collection was made through a documentary analysis and interviews. The results suggest that even though a net exist, it has functional difficulties, and it does not guarantee the auto-sustainability of these associations. The conclusion that arrives when we analyze the participation of the entities is the existence of an active and fragile net at specific moments. That is, each entity makes its contribution in a separate form, attending much of the time, assistance and emergency situations that do not give a significant balance, that is, an intervention is not thought strategically about the sector.

Words Keys: Nets - Solidarity Economy - Associations of Selection – Sustainability

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO	17
1.2	OBJETIVOS	23
1.3	JUSTIFICATIVA	24
2	REVISÃO DA LITERATURA	26
2.1	REFLETINDO SOBRE O CONCEITO DE REDE.....	26
2.2	TIPOS DE REDES E A SUA NATUREZA	27
2.3	CARACTERÍSTICAS DA REDE	37
2.4	O PROCESSO DE ARTICULAÇÃO DE REDES	39
2.5	BARREIRAS PARA A ARTICULAÇÃO DE REDES	41
2.5.1	Barreiras Políticas	42
2.5.2	Barreiras Técnicas	42
2.5.3	Barreiras Internas	43
2.6	OS DESAFIOS DAS REDES	44
2.7	REDE E DESENVOLVIMENTO LOCAL	45
2.8	A ECONOMIA SOLIDÁRIA: INICIANDO O DEBATE	49
2.8.1	Os Desafios da Economia Solidária	50
2.8.2	Redes Solidárias na Perspectiva da Economia Solidária	51
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	55

3.1	O MÉTODO	55
3.2	A PESQUISA DE CAMPO.....	56
3.3	A DEFINIÇÃO DA AMOSTRA	57
3.4	DIFICULDADES ENCONTRADAS	59
3.5	AS LIMITAÇÕES DO ESTUDO	60
4	ANÁLISE DOS DADOS	61
4.1	O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS (GIRS).....	61
4.2	CARACTERIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE TRIAGEM NA RMPOA.....	63
4.3	APRESENTAÇÃO DAS ENTIDADES DE APOIO.....	65
4.3.1	CAMP- Centro de Aperfeiçoamento Multiprofissional	66
4.3.2	FARRGS - Federação das Associações de Triagem do Rio Grande do Sul.....	67
4.3.3	DMLU - Departamento Municipal de Limpeza Urbana.....	68
4.3.4	FMPSUL – Fundo de Mini Projetos da Região Sul	69
4.3.5	CESMAR - Centro Social Marista	70
4.3.6	FLD – Fundação Luterana de Diaconia	71
4.3.7	PFET – Programa Frentes Emergenciais de Trabalho	72
4.3.8	SMIC – Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio.	74
4.3.9	ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário	78
4.4	O CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	79
4.4.1	Origem da ES e Existência de Empreendimentos Solidários	82
4.4.2	A ES e a sua Inserção na Proposta das Entidades de Apoio	83
4.4.3	A Atuação das Entidades na ES e o Apoio Prestado às Associações.....	84
4.4.4	O Apoio às Associações Inserido em uma Proposta Estruturada no Planejamento Estratégico das Entidades.....	86

4.4.5	Associações de Triagem Apoiadas	87
4.4.6	Características do Capital Humano Envolvido	90
4.4.7	Motivo do Apoio	90
4.4.8	Problemas Identificados nas Associações	92
4.4.9	Possíveis Soluções Identificadas	93
4.4.10	Futuro da Economia Solidária	94
4.4.11	A Importância das Entidades para a Sustentabilidade das Associações	95
4.4.12	A Contribuição das Entidades para a Sustentabilidade da ES	98
4.4.13	As Políticas Públicas Importantes para a Sustentabilidade das Associações ...	99
4.4.14	Características de Empreendimentos Solidários.....	100
4.5	RELAÇÃO APOIADOR <i>VERSUS</i> ASSOCIAÇÕES APOIADAS.....	102
4.5.1	Dificuldades em Apoiar.....	102
4.5.2	Alternativas para Superar os Impasses	103
4.6	RELAÇÃO COM OUTROS APOIADORES	104
4.6.1	O Apoio das Entidades e a sua Articulação em Relação ao Apoio Concedido por Outras Entidades	104
4.6.2	Conhecimento de Outros Apoiadores.....	105
4.6.3	Apoio Necessário para a Auto-sustentabilidade das Associações de Triagem	109
4.6.4	Troca de Informações	110
4.7	CONCEPÇÃO DE REDE.....	112
4.7.1	Conceito de Rede	112
4.7.2	Apoios Importantes para a Formação de uma Rede de ES.....	115
4.7.3	Entraves Identificados para a Formação de uma Rede entre as Associações .	118
4.7.4	Os Fatores que Facilitam o Processo de Formação de uma Rede de ES	119

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127
ANEXOS	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional

CESMAR - Centro Social Marista

CUT - Central Única de Trabalhadores

DMLU - Departamento Municipal de Limpeza Urbana

EPS - Economia Popular e Solidária

ES - Economia Solidária

FARRGS - Federação de Associação de Reciclagem do Rio Grande do Sul

FDL - Fundação Luterana de Diaconia

FMPSUL - Fundo Mini Projeto da Região Sul

GIRS – Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos

MNCMR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

PFET – Programa Frentes Emergenciais de Trabalho

PMPOA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PPGA – Programa de Pós Graduação em Administração

POA – Porto Alegre

RMPOA – Região Metropolitana de Porto Alegre

SCS – Sistema de Coleta Seletiva

SMIC – Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio

UTs – Unidades de Triagem

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1- Tipos de redes, quanto à relação entre os parceiros.....	31
Quadro 2- Tipos de redes, quanto ao foco de atuação.....	32
Quadro 3- Gestão em Redes Sociais.....	36
Quadro 4- Apresentação das Entidades de Apoio do Setor do Reciclo na RMPOA.....	65
Quadro 5- Conceito de Economia Solidária segundo as Entidades de Apoio.....	81
Quadro 6- Atuação das Entidades de Apoio na Economia Solidária Nos Últimos 5 Anos.....	86
Quadro 7- As Associações de Triagem Pertencentes ao GIRS e as Respectivas Entidades de Apoio.....	88
Quadro 8- Entidades de Apoio Conhecidos e o Tipo de Apoio Prestado por Cada Um.....	107
Quadro 9- Apoios para formação da rede de ES.....	115
Quadro 10 - Fatores dificultadores da formação da rede de ES.....	118
Quadro 11 - Fatores facilitadores da formação da rede de ES.....	119

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Modelo Conceitual de Rede.....	54
Figura 2 - Foto de uma Unidade de Triagem.....	63
Figura 3 - As entidades de apoio do setor de reciclo na RMPOA.....	120

1 INTRODUÇÃO

A busca por soluções para o enfrentamento das diversas transformações sócio-econômicas, políticas e culturais que as sociedades vêm enfrentando a nível *glocal* (ZAPATTA: 2004) têm colocado em pauta algumas iniciativas governamentais, sobretudo em países periféricos, onde a articulação entre os poderes centrais e a sociedade civil se tornou quase que um imperativo necessário. Visando superar a crise social que se agravou no final do século XX, o Estado busca novas formas de articulação com a sociedade civil, de modo a induzir a construção de novas relações entre a economia e o social.

Em países como o Brasil, o debate sobre a descentralização tem tentado inscrever a questão, colocando o poder local como um espaço privilegiado para a realização da democracia, da participação cidadã e de iniciativas econômicas e sociais.

Assim, contrapondo-se à hegemonia do modelo econômico neoliberal, defendida pelas classes produtivas, apoiar a organização de trabalhadores expulsos, ou com dificuldades de serem absorvidos pelo mercado formal de trabalho – em moldes associativos, e regidos por princípios como a solidariedade e a gestão democrática - coloca-se como uma alternativa que passa a ser apoiada por movimentos sociais, e em particular os sindicatos de esquerda, a partir de meados da década de 90 (CARRION: 2002).

Essa proposta que passa a responder pelo nome de economia popular e solidária é apontada como uma via econômica e social capaz de contribuir para minimizar os efeitos da crise do trabalho e do emprego.

No Brasil, conforme aponta França Filho, e Laville (2004, p.149):

O termo economia solidária tem servido para a identificação de diferentes iniciativas de grupos sociais (e de base popular, na maioria dos casos) que se organizam sob o princípio da solidariedade e da democracia para enfrentar suas problemáticas locais através da elaboração de atividades econômicas.

A proposta da Economia Popular e Solidária, que prega o apoio à organização dos trabalhadores em dificuldades, sob forma associativa, em organização regida pelos princípios da solidariedade e da vida no trabalho, a valorização do trabalho sobre o capital, a solidariedade e a gestão democrática foi, o modelo escolhido pelo Poder Público Municipal de Porto Alegre, em 1989 para dar suporte ao Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (GIRS), onde indivíduos que anteriormente trabalhavam de modo atomizado na coleta e separação de resíduos sólidos, e vivendo em condições particularmente precárias, foram organizados em associações de separação e triagem dos resíduos sólidos gerados pela cidade.

O GIRS tem como um dos suportes, o Sistema de Coleta Seletiva (SCS) de resíduos domésticos, e é administrado pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), um ente da administração pública criado em 1979. Em 1989, o DMLU ganha o status de autarquia, a fim de dispor de autonomia necessária para garantir o suporte administrativo e gerencial ao sucesso desse sistema (ANDERSSON: 2004). É esse departamento que administra a relação do poder público com as Associações de Triagem

Conforme Andersson (2005), o DMLU atua como fiscalizador da rede de reciclagem, tendo criado um fórum entre as associações - o Fórum das UTs. Um espaço onde há participação de todos os grupos com objetivo de prestação de contas e, que serve também, como canal de negociação entre as unidades e o poder público.

Neste fórum, conforme aponta Silveira (s/d *apud* ANDERSSON 2005), as unidades informam também as quantidades e modalidades de material produzido ao DMLU. Participam igualmente do fórum, diversas organizações e atores que apoiam as Associações de Triagem como, universidades, Ongs e poder público, que em conjunto formam uma rede.

Ainda que o, DMLU, “atue na rede de reciclagem de Porto Alegre como um operacionalizador de políticas públicas que são formuladas pela SMIC” (ANDERSSON: 2005), a fragilidade dessa rede reflete num dos aspectos mais importantes desses empreendimentos: a sua sustentabilidade¹.

Carrion (2002) aponta que a consolidação dos empreendimentos solidários passa, pela construção de redes de cooperação. Destaca a importância desses empreendimentos estarem em

¹ O conceito de sustentabilidade aqui utilizado diz respeito à qualidade de sustentável; que se pode sustentar; capaz de se manter mais ou menos constante por um longo período de tempo. IN: **Novo Aurélio- século XXI**. O dicionário da língua portuguesa. Editora Nova Fronteira

rede. Estar em rede permite beneficiar-se de condições mais favoráveis de compra, de comercialização e acesso a informações importantes no que diz respeito à formação, oportunidades de crédito, troca de experiências, concursos de projetos, etc.

O presente estudo que tem por tema “**o estudo das redes**” tem por objetivo, analisar as características, a natureza e o conteúdo da interação entre os atores da rede que apóia as Associações de Triagem do Sistema GIRS, na Região Metropolitana de Porto Alegre, e que realizam ações com o intuito de contribuir para a sua sustentabilidade, tendo por referencial teórico a teoria das redes.

Frente a esse contexto, e partindo do estudo de caso da rede de apoio das Associações de Triagem do setor de reciclo, na RMPOA, é pertinente eleger o seguinte **problema de pesquisa**: o conjunto de apoiadores que formam a rede de apoio das Associações de Triagem do setor de reciclo na RMPOA, possui características das redes em economia solidária?

Para a consecução do objetivo proposto, essa dissertação foi dividida em cinco capítulos. O primeiro trata da caracterização do contexto do estudo, enuncia o problema de pesquisa, apresenta os objetivos, e aborda a relevância do estudo. No segundo, é apresentada, a fundamentação teórica que dará suporte teórico à análise. O terceiro, se dedica aos procedimentos metodológicos, onde é apresentado o método que foi utilizado para a coleta e como foi feita a análise dos dados, o quarto analisa os dados coletados, e por fim, apresenta as considerações finais.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

A impossibilidade da economia “clássica” absorver na sua totalidade a força de trabalho tem provocado, nos últimos anos, a emergência de novas formas econômicas alternativas, baseadas na cooperação e solidariedade, que em conjunto recebem a denominação de Economia Popular e Solidária (EPS).

Decorrente da crise do emprego tem surgido uma serie de “pequenas empresas” populares governadas por uma outra lógica. É na busca de alternativas para a superação da problemática do

desemprego e geração de renda que se atribui ênfase à Economia Popular e Solidária (EPS) como uma proposta inovadora, ou “plural” (FRANÇA FILHO e LAVILLE: 2004) de desenvolvimento, capaz de minimizar o problema da exclusão social.

A economia solidária, como tem sido enunciada, se expressa pelo exercício de atividades econômicas, por grupos de pessoas, de origem popular e desprovida de recursos, desenvolvendo iniciativas pessoais, familiares, associativas e comunitárias com que têm gerado uma economia popular.

Singer (2003) identifica a empresa solidária a partir das formas de organização autogestionárias e cooperativas. Contudo, o debate não pode se limitar apenas ao formato organizacional: cooperativas; unidades domésticas; rede de pequenos empreendedores.

O debate conceitual sobre a Economia Solidária, também se tornou necessário para que se possa compreender o papel desses novos atores. Assim, Coraggio (1991* *apud* COELHO: 2001), no início dos anos 90, identificava a economia popular a partir das unidades econômicas familiares. Ainda que haja essa identificação, estas novas organizações populares não se reduzem apenas a organizações econômicas de base familiar.

De fato, o debate remete a uma série de rupturas no pensamento tradicional da esquerda, ou seja, não como uma concepção ideológica de luta de classes, mas como um padrão ou alternativa de desenvolvimento. Assim, a primeira ruptura constitui-se em integrar a questão econômica, à busca de formas alternativas de geração de trabalho e renda.

A segunda implica em definir uma estratégia de inserção econômica que valorize o trabalho em detrimento do capital, assim como a gestão participativa, a solidariedade, etc. A terceira remete à relação com o mercado, historicamente execrada pelos pensadores de esquerda.

Entretanto, a discussão aqui não goza de um consenso. Para alguns a EPS, se apresentaria como um modelo novo em substituição ao modelo econômico, baseado no mercado.

* CORAGGIO, José Luiz. **Ciudades sin rumbo**: investigación urbana e proyecto popular. Quito, CIUDAD SIAP, 1991

Para Coelho (2001, p.2):

A construção desta economia alternativa envolve não só as redes de economia solidária que têm se constituído nestes últimos anos, mas também suas atividades e processos, que vão além do especificamente organizacional e acolhe a noção de solidariedade, indo além de um debate especificamente econômico.

Já uma segunda corrente, aceita que as iniciativas populares de geração de emprego e renda existem no cenário de uma economia de mercado. No Brasil, conforme Coelho (2001), as experiências de ONGs e instituições que atuam na constituição de uma economia solidária são recentes e se centraram muito mais no campo da capacitação e do crédito. Assim, uma vez que, o mercado envolve relações de poder, é necessário:

Pensar essas relações, o que significa, identificar os encadeamentos por cadeia produtiva, quebrar estruturas verticais de dominação do ciclo produtivo, horizontalizar as relações no interior de cada cadeia, dominar o poder de encomenda por meio de uma nova cultura de consumo e de uma marca social. (COELHO: 2001)

Neste cenário, o território é apresentado como a quarta ruptura com o pensamento tradicional da esquerda. A economia solidária “deve ser entendida também como um processo sócio-espacial” (COELHO : 2001). Não se tem o hábito de pensar o espacial [grifo do autor].

Habitualmente, as organizações de base populares constituem redes locais que, por relações de vizinhança, pela história comum do lugar, pela proximidade, constroem identidades territoriais e criam relações de pertencimento.

Aqui, o debate se desloca para a construção de um modelo de desenvolvimento, capaz de integrar o crescimento econômico e desenvolvimento social. Modelo esse que vem sendo denominado de desenvolvimento local.

No caso das Associações de Triagem, experiências têm demonstrado que na maioria dos casos, os associados são indivíduos que têm a mesma trajetória de vida, ou seja, que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. Deste modo, existem associações formadas, entre outras categorias, por: ex-moradores de rua, desempregados, ex-catadores de lixo, de mulheres vítimas de violência doméstica, em um mesmo espaço ou bairro.

Assim, pensar o território significa:

Identificar as formas distintas de organização econômica, de relações próprias entre sistemas urbanos e agrários, às imposições em termos de mobilidade de trabalho, à história do lugar, sua cultura. Ou seja, significa pensar a sua construção social. (COELHO: 2001)

A consolidação e sustentabilidade destes grupos produtivos locais necessitam criar elos com redes solidárias mais amplas, para que possam desenvolver políticas públicas capazes de garantir a sua existência.

O desenho dessas políticas necessita ter como foco estratégico um conjunto de formas de apoio no qual as ONGs têm desenvolvido, como formas de aprendizagem produtiva, micro-crédito, e comercialização capaz de garantir a sustentabilidade destes empreendimentos.

Em meio a esse debate, a questão territorial que sempre foi colocada como uma especificidade determinante dos movimentos populares urbanos na construção de sua identidade social e como aspecto essencial para pensar sua estratégia de ação, é colocada de forma muito mais vigorosa.

Para a moderna teoria regional endógena é fundamental considerar a importância da sociedade e das relações sociais no processo de desenvolvimento da região. Essa importância é defendida, com a mesma ênfase, por outros pesquisadores do desenvolvimento endógeno.

Uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação entre seus atores. Também é conveniente particularizar a análise das formas de cooperação institucional ou voluntária que se produzem entre eles contanto que o objetivo seja o desenvolvimento local (GODARD et al., 1987*, *apud* SOUZA FILHO, s/d).

Barquero (1988* *apud* SOUZA FILHO, s/d), salienta que o desenvolvimento regional endógeno, ao dar relevância e ao considerar a sociedade civil local, os seus processos de organização e relação social, permite que ao longo prazo, a região atinja um crescimento equilibrado e sustentado, sem entrar em conflito direto com sua base social e cultural.

Conforme Barquero (1988 *apud* SOUZA FILHO, s/d)

Normalmente a forte identidade da cultura local tende a assimilar as novas realidades produtivas e os novos esquemas de relações sociais, e os novos valores encontram um eco favorável nas zonas de desenvolvimento local. Desta feita, tendem a integrar-se com um mínimo de custos sociais e culturais, já que são respostas viáveis aos problemas locais. As atividades industriais se integram na vida social e cultural local, incorporando novos valores que desenvolvem e potenciam os antigos, sem criar certo conflito e contradições no processo de adaptação. (p.2)

* GODARD, O. et al., Desarrollo endógeno y diferenciación de espacios de desarrollo: un esquema de análisis para el desarrollo local. IN: **Estudios Territoriais**. Madrid, nº 24. 1987

* BARQUERO, Antonio Vazquez. **Desarrollo local**. Una estrategia de creación de empleo. Madrid. Ed. Piramide. 1988

Coelho (2001) reconhece o surgimento de novos atores sociais por meio da formação de redes econômicas, voltadas para o novo padrão de acumulação caracterizado por processos de desconcentração, descentralização e terceirização.

Essa entrada em cena dos novos atores sociais através da formação de redes econômicas é entendida por Coelho (2001, p. 6) “como um contraponto da chamada crise dos movimentos sociais da década de 90”. Para tanto, é importante compreender que os novos fluxos de articulação e informação produzem um novo tipo de ação coletiva.

A forma como essas redes, fóruns e movimentos sociais têm se organizado, têm sido diferenciadas daquelas que tinham predominado até então nos movimentos urbanos, isto é, não a partir de uma reivindicação por um serviço urbano em seu local de moradia, mas sim, integrando temáticas.

Uma das principais tendências que vêm se intensificando na economia moderna - sob o marco da globalização e da reestruturação industrial - é a que diz respeito às formas de relações intra e interorganizações, sobretudo as que envolvem as médias e pequenas organizações, conforme identifica Neto (2000* *apud* TONIN, et al., 2003).

Nesse contexto, a formação e o desenvolvimento de redes de empresas vêm ganhando relevância tanto nas economias dos países industrializados, como para os chamados países emergentes.

Reportando-se, ao campo da empresa, onde o desafio da competitividade se coloca, verifica-se também a importância atribuída às redes, bem como a exigência de se atuar em rede. Essa exigência é imposta entre outros fatores, pela minimização dos custos de transação e pela necessidade de aprendizagem, ou seja, da circulação de informações.

A rede aparece como uma estrutura organizacional, dependendo do seu foco de atuação ela atende a determinados fins. Ainda que haja especificidades, possui características que são comuns a qualquer tipo de rede.

Nessa visão, SILVA (2002) afirma que, para haver uma rede é imprescindível enumerar algumas características, quais sejam: “valores e objetivos compartilhados; participação;

* NETO, J.A. Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas:Fundação Vanzolini, 2000.

colaboração; multi-liderança e horizontalidade; conectividade; realimentação e informação; descentralização e capilarização e dinamismo”.

Uma **rede** pode ser definida, como um conjunto de pontos (entidades) que são “interligados por um conjunto de relações (acepção mais geral)” conforme afirma Joly e Mangematin (1995* *apud* FENSTERSEIFER: 1997).

Embora, se possam determinar inúmeras características a partir dessa definição, parece ser um pouco limitada, para o estudo onde se pretende apreender alguns aspectos qualitativos.

Para tanto, ao definir a rede, “como um complexo de relações cooperativas que dinamizam a ação de seus agentes em torno de objetivos comuns ou complementares (FENSTERSEIFER: 1997) e que têm um caráter de permanência, cooperação e compromisso”², pressupõe-se que seja uma definição mais apropriada e de caráter geral.

De acordo com essa visão, a cooperação nas suas múltiplas formas e para as diversas finalidades, é o conceito chave na formação de uma rede. Será essa a definição adotada nesse estudo.

O tema das redes que também é tratado por teóricos de Economia Popular e Solidária (EPS), ressalta o seu caráter sinérgico. Estruturam-se assim, redes sociais de apoio às iniciativas populares, organizadas em moldes solidários, as quais são identificadas por pesquisadores (MANCE: 2001; GUARNIERI: 2004; SHERER: 2005), como um novo ator com potencial para promover o desenvolvimento.

A literatura revisada mostra que a necessidade e a exigência de se atuar em rede são condições necessárias, impostas pela necessidade de aprendizagem - a circulação de informação - visando enfrentar a concorrência, diminuindo os custos de transação, (dimensão empresarial), como também, para a consolidação dos empreendimentos em moldes solidários (âmbito da EPS).

No âmbito da EPS, que é o foco desse estudo, apresenta-se uma série de entraves ou dificuldades que se interpõe no funcionamento das redes, e conseqüentemente, a sua contribuição

* JOLY, Pierre Benoit e MANGEMATIN, Vicent. Les acteurs sont-ils solubles dans les réseaux? **Economics et Sociétés. Série Dynamique Technologique et Organization**. N° 2, vol. 9,1995.

² A partir do referencial teórico, a autora entendeu ser este o conceito que melhor se adapte ao contexto e aos objetivos propostos nesse estudo.

para a realização de um projeto de economia solidária, uma vez ser este um projeto que não tem apenas um objetivo econômico, mas também um objetivo social (emancipatório e incluyente).

Ainda que, haja uma rede de apoio das Associações de Triagem do setor de reciclo na RMPOA, a priori esta possui algumas dificuldades de funcionamento, e não garante a auto-sustentabilidade dessas associações.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo principal desta pesquisa é analisar as características, a natureza e o conteúdo da interação entre os atores da rede que apóia as Associações de Triagem integrantes do GIRS na RMPOA, e que realizam ações com o intuito de contribuir para a sua sustentabilidade, tendo por referencial teórico a teoria das redes.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as Associações de Triagem que integram o GIRS;
- Identificar os atores que compõe a rede que apóia essas associações, e que tenham realizado ações com vistas a sua sustentabilidade, no período entre junho de 2004 a junho de 2005;
- Caracterizar o tipo de apoio prestado por cada um desses atores da rede a essas associações;
- Analisar as características dessa rede;
- Analisar os desafios e as barreiras que comprometem o pleno funcionamento dessa rede;

- Analisar o tipo e o conteúdo das interações que estabelecem, entre si, e para com as associações apoiadas;

1.3 JUSTIFICATIVA

A partir da atuação da pesquisadora na qualidade de residente do Projeto Residência Solidária, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi possível conhecer um pouco sobre a realidade da economia solidária e em especial entrar em contacto com alguns atores da rede de apoio das Associações de Triagem que integram o GIRS na RMPOA.

Durante esse período foi constatado que várias iniciativas vêm sendo desenvolvidas entre os atores dessa rede, entretanto, existem “determinantes” que emperram o seu pleno funcionamento. Motivo este que impossibilita a sua contribuição para a consolidação de um projeto de Economia Solidária e, conseqüentemente para a sustentabilidade das Associações de Triagem na RMPOA.

As redes têm sido vistas como estruturas organizacionais fundamentais para garantir a consolidação desses empreendimentos. A articulação entre os atores de rede é apresentada como a condição fundamental para garantir a sustentabilidade desses empreendimentos. No entanto, embora as Associações de Triagem na RMPOA sejam apoiadas por uma rede, essa rede á priori apresenta fragilidades, e isso reflete em um dos problemas comuns apresentados pelos empreendimentos de EPS - o problema da sustentabilidade.

Nesse sentido, é relevante analisar alguns aspectos específicos que poderão ajudar a compreender os motivos dessa fragilidade, a partir da análise das características da rede, a natureza e o conteúdo da interação entre os seus atores, que realizam ações com o intuito de contribuir para a sustentabilidade das Associações de Triagem, integrantes do Sistema GIRS, na RMPOA. Por outro lado, essa relevância se centra na possibilidade de uma aproximação e conhecimento por parte dos estudantes da Escola de Administração da Universidade Federal do

Rio grande do Sul, através do seu núcleo de pesquisa NIPETS³, da realidade dos empreendimentos solidários dentro do campo de EPS, na medida em que, a ênfase geral do curso de administração, está mais centrada na gestão de organizações privadas e públicas, atribuindo uma importância menor às organizações sociais.

A maioria dos trabalhos efetuados em administração desconsidera a “singularidade” dessas organizações, que fazem parte de um fenômeno novo e complexo, cuja interpretação não pode basear-se nos antigos pressupostos da administração tradicional. A gestão dessas organizações deve ser repensada a partir de, fundamentos teóricos coerentes com os elementos distintivos presentes nestas organizações.

Mesmo que de modo exploratório, a conclusão deste estudo possibilitará lançar luz sobre a natureza e o conteúdo da interação entre esses atores, de forma a poder enunciar, ainda que, admitindo limitações, os aspectos que comprometem essa rede e, conseqüentemente, a auto-sustentabilidade das Associações de Triagem na RMPOA.

³ Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos sobre o Terceiro Setor. Coordenada pela Prof. Dra. Rosinha Carrion

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 REFLETINDO SOBRE O CONCEITO DE REDE

Revisando a literatura sobre o tema, conclui-se que rede é uma palavra antiga, advinda do latim, *retis*. Significa o entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido. Partindo da noção de entrelaçamento, malha e estrutura reticulada, a palavra rede foi ganhando novos significados ao longo dos tempos, passando a ser empregada em diversas situações.

Desde a década de 1940, este conceito foi incorporado pelas Ciências sociais, no entanto, a sua importância na promoção do desenvolvimento ganhou destaque, nos anos recentes. Assim, “as redes assumem diversos significados” (SCHERER: 1996, p. 165).

Conforme Scherer (1996), “o termo rede é utilizado tanto pela ciência, enquanto conceito teórico ou metodológico, como por atores sociais que passaram a empregar essa noção para fazer referência a um determinado tipo de relação ou prática social”.

Já Castells (2000) conceitua rede “como um conjunto de nós interconectados, partindo do conceito de que nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta”.

Para OLIVIERI (2003)

As redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de causas afins. Estruturas flexíveis e estabelecidas horizontalmente, as dinâmicas de trabalho das redes supõem atuações colaborativas e se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional para a estruturação social.

Todavia, quando se fala em redes é importante ter claro que tipo de rede se trata. Alguns autores (INOJOSA: 1999; MANCE: 2001; MACHADO e MACHADO: 1999), enfatizam a necessidade e a importância dessa distinção, ainda que haja uma diversidade delas. Cada um com as suas peculiaridades que se perdem quando reduzidas a generalizações (INOJOSA: 1999).

Inojosa (1999, p.2), conceitua genericamente as redes como uma forma de parceria. Parceria essa que pode articular famílias, estados, organizações públicas e ou organizações privadas, pessoas físicas, pessoas jurídicas ou ambas, que pode envolver e promover relações interpessoais, interorganizacionais, intergovernamentais e intersetoriais.

Conforme aponta Fernandes (2004, p.2), uma estrutura em rede requer que seus membros se liguem horizontalmente a todos os demais, de forma direta ou através dos que os cercam. O resultado desse conjunto é como uma malha de vários fios, que pode se espalhar indefinidamente, para todos os lados, sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado principal, ou representante dos demais. Ou seja, no trabalho em rede pressupõe que não deverá haver um "chefe", mas sim, uma equipe trabalhando com uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo.

Ayres (2001), afirma que as organizações sejam elas, empresariais ou não, estão constantemente em busca de estruturas capazes de enfrentar ambientes de maior complexidade e uma das respostas a esta busca por estruturas, e estratégias alternativas de ação, é o surgimento de uma forma de atuação que articula organizações e pessoas em um padrão de rede.

Ainda que “a constituição de redes organizacionais questiona frontalmente as relações interpessoais e interinstitucionais de poder” como afirma Amaral (2002), participar verdadeiramente de uma rede implica entre outros desafios, aceitar em rever as formas autoritárias de comportamento as quais as organizações tradicionais se acostumaram a reproduzir.

Frente a essas discussões, constata-se que uma atuação em rede requer horizontalidade nas relações, característica importante desse tipo de estrutura organizacional. Assim a situação do poder tem sido colocada (MARTINHO: s/d) como um dos principais aspectos que distingue a rede dos demais modelos de organização.

2.2 TIPOS DE REDES E A SUA NATUREZA

A discussão em torno da problemática da rede, leva-nos a concluir a existência de uma diversidade de rede, onde as tipologias e as versões diferenciadas, além de dar uma interpretação

diferente às análises, tentam adequá-las ao seu problema particular. Partindo-se do foco desse estudo, optou-se por dar ênfase às questões analíticas subjacentes na questão de pesquisa que levou o desenvolvimento desse estudo.

Pode-se falar em redes sociais (SHERER: 2005), redes de colaboração solidária (MANCE: 2001), redes autônomas, tuteladas, subordinadas, de mercado e compromisso social (INOJOSA: 1999); internacionais; nacionais, regionais, sub-regionais, locais, (MACHADO e MACHADO: 1999), sociais, e naturais ou espontâneas (AMARAL: 2002), solidárias (CÁRITAS REGIONAL: 2002 *apud* FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: 2002) entre outros.

Mance (2001) utiliza-se do conceito de Redes de Colaboração Solidária, uma proposta elaborada na perspectiva da filosofia da libertação, partindo-se de práticas de sócio-economia solidária presentes em diferentes partes do mundo.

A organização de uma Rede de Colaboração Solidária (Rcs), segundo Mance (2001), permite integrar ações não apenas de cooperativas e grupos de produtores e consumidores, mas também, de associações de moradores, organizações eclesiais, sindicatos, movimentos populares e culturais, e de outras organizações sociais, como formas de difusão do consumo e do trabalho solidários, da preservação do equilíbrio ecológico e das lutas contra toda a forma de preconceito, discriminação e opressão, reafirmando o direito de todos à cidadania. (p.1)

O objetivo dessa proposta prática, conforme aponta MANCE (2000),

É gerar trabalho e renda para as pessoas que estão desempregadas ou marginalizadas e para aqueles que não mais desejam ser explorados sob o capitalismo, melhorar o padrão de consumo de todos os seus participantes, combater toda a forma de preconceito e discriminação, preservar o equilíbrio ecológico e construir uma nova sociedade sem a exploração das pessoas ou a destruição da natureza.

Essa proposta tem apresentado aspectos bem sucedidos (MANCE: 2001), construindo uma estratégia viável que tem permitido a geração de renda em sistema de rede dos segmentos excluídos do sistema e aqueles que lhes são solidários.

Embora Guarnieri (2004) não apresente uma tipologia de rede, corrobora com Mance (2001), ao afirmar que, quando se refere às redes, não se discorre apenas sobre organizações, entidades, instituições, mas também, sobre um novo modo de se organizar, de atuar, de formar parcerias, (INOJOSA: 1999) e alianças. Faz-se referência a um movimento, de uma nova maneira de responder às necessidades de transformação da vida.

GUARNIERI (2004) reforça que neste novo modo de se organizar, não se delega representação, não há quem fale por ela individualmente. Há, sim, membros de uma rede que, como partícipes de um coletivo, tomam decisão, atuam, compartilham, sem hierarquias, porém com papéis e atribuições, que podem se diferenciar conforme as estratégias para o desenvolvimento de ações e atividades.

Por sua vez, Silva (2002), caracteriza redes “como sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos e/ ou temáticas comuns”.

Existe um consenso entre os autores de que algumas condições são necessárias para que possam existir redes, quais sejam: a vontade de participar e a defesa de um objetivo comum por parte dos seus participantes. Partindo dessa perspectiva, a sustentabilidade da rede se baseia em grande parte, nessa vontade de participação, envolvendo intenções e ações, e na afinidade de motivação dos seus integrantes.

É em meio a essas discussões que a emergência atual das redes vem se constituindo como uma forma alternativa para a ação social. Contudo, tem havido críticas aos resultados da gestão das políticas públicas através de estruturas organizacionais, públicas ou privadas que se articulam em sistemas onde as partes são interdependentes, mas cujo modo de operar, na prática, tem sido fragmentado.

Há possibilidade de existência de uma rede, tal como afirma Mance (2001, p.2), apenas quando sujeitos diferentes se apóiam reciprocamente, mantendo relações de autonomia e complementariedade. Pois sem a manutenção criativa dessas relações, através de diversos fluxos, não há rede.

Se tomarmos como referência o modelo conceitual desenvolvido por INOJOSA (1999), as redes podem ser distinguidas segundo as relações entre os parceiros, e segundo o foco de atuação. (ver quadros 1 e 2).

Quanto à *relação entre os parceiros* podem ser: redes autônomas ou orgânicas, redes tuteladas e redes subordinadas.

Uma **rede autônoma ou orgânica**: é constituída por entes autônomos, com objetivos específicos próprios e que passam a se articular, em função de uma idéia abraçada coletivamente.

Nesse modelo de rede, os entes são mobilizados por um ou mais deles, a partir de uma idéia-força ou idéia-mobilizadora que os leve a definir, em conjunto, um objetivo comum, a ser realizado através da sua articulação, com a preservação da identidade original de cada participante.

Ao conceituar esse tipo de rede, Inojosa (1999), defende que ela:

Supõe um processo de tecelagem contínuo que vai se dando através do compartilhamento de interpretações e sentidos e da realização de ações articuladas pelos parceiros, ainda que possa mudar de *locus*, o controle é compartilhado. Esse tipo de rede trabalha por pactuação.

Na **rede tutelada**: os entes têm autonomia, mas se articulam sob a égide de uma organização, que os mobiliza em função de um papel de regulação legal ou de capacidade de financiamento e que, por isso, modela o objetivo comum. Esse tipo de rede fica dependente da persistência de propósitos do ente mobilizador.

A rede tutelada é o modelo de numerosas redes que estão surgindo sob a égide governamental, conforme aponta Inojosa (1999) e, nesse sentido, pressupõe um outro problema, que é o de tratar os parceiros de rede como se fossem partes dependentes de um convênio com um parceiro constante - o governo. Nesse caso é esse parceiro, ou seja, o governo, quem costuma ditar as regras.

Um terceiro tipo de rede analisado por Inojosa (1999), é a **rede subordinada**, constituída por entes que são parte de uma organização ou de um sistema específico e onde existe uma interdependência de objetivos. A rede, de certo modo, independe da vontade dos entes. Há apenas um locus de controle. São as chamadas cadeias de lojas ou redes de serviços públicos, assim chamadas pela sua dispersão geográfica e relativa independência administrativa - mas não de propósitos. O grau de autonomia das partes é determinado pela coordenação, que pode delegar e retomar poder a qualquer momento. Pode haver um esforço de compartilhamento de interpretações e sentidos, mas a idéia que norteia a rede não foi abraçada coletiva e livremente pelos que a formam.

REDE SUBORDINADA	REDE TUTELADA	REDE AUTÓNOMA
<ul style="list-style-type: none"> *entes são parte de uma organização ou sistema; *existe uma interdependência de objetivos; *a articulação independe da vontade dos entes; *há apenas um locus de controle. 	<ul style="list-style-type: none"> *entes têm autonomia, mas articulam-se sob a égide de uma organização; *rede fica dependente da persistência de propósitos do ente mobilizador *ente mobilizador tende a ficar locus de controle 	<ul style="list-style-type: none"> * entes são autônomos e articulam voluntariamente; * pressupõe uma idéia-força mobilizadora; * a rede é aberta e trabalha por pactuação; * as identidades dos parceiros são preservadas e é construída uma identidade da rede.

Quadro 1 - Tipos de redes, quanto à relação entre os parceiros.

Fonte: Inojosa (1999)

Quanto *ao foco de atuação*, Inojosa (1999) aponta que podemos visualizar dois tipos de redes, quais sejam: as redes de mercado e as redes de compromisso social.

As redes de mercado são aquelas em que os parceiros articulam-se em função da produção, e apropriação de um bem ou serviço que faz parte da finalidade de sua existência: rede de serviços educacionais, rede de lojas, rede automotiva. A condição de parceria é oferecer, no todo ou em parte, um bem ou serviço que contribua para a oferta ou apropriação de outro bem ou serviço.

Inojosa (1999) defende que, nesse tipo de rede convivem a competição e a cooperação. Os parceiros podem completar-se, ou potencializar-se face ao mercado, mas as relações são perpassadas pelos interesses desse mesmo mercado. Assim, como regra geral, tende a haver subordinação ou tutela na relação de parceria.

As redes de compromisso social foram apontadas por Inojosa (1999) como as mais indicadas para se trabalhar questões sociais. Articulam-se a partir de uma idéia-força e a definição de seu produto será definida no próprio processo de compartilhamento dessa idéia, e na explicitação do propósito de sua existência, que vai configurando o seu projeto de atuação. Segundo a autora, as redes orgânicas que têm como foco as questões sociais podem ser chamadas de redes de compromisso social.

REDES DE MERCADO	REDES DE COMPROMISSO SOCIAL
<ul style="list-style-type: none"> * são redes articuladas em função da produção e/ou apropriação de bens e serviços; * Visam à complementaridade ou a potencialização dos parceiros face ao mercado; *as relações são perpassadas pelos interesses do mercado, e podem oscilar entre cooperação e competição; *a relação de parceria das redes de mercado tende a ser de subordinação ou tutela. 	<ul style="list-style-type: none"> * são redes que têm como foco questões sociais; *Visam complementar a ação do Estado e a suprir a sua ausência no equacionamento de problemas sociais complexos, que põem em risco o equilíbrio social; *as relações nascem e se nutrem de uma visão comum sobre a sociedade ou sobre determinada questão social e da necessidade de uma ação solidária; * demanda estratégias de mobilização constante das parcerias e de reedição.

Quadro 2 - Tipos de redes, quanto ao foco de atuação

Fonte: Inojosa (1999)

Partindo dessas reflexões, Inojosa (2004), conclui que rede se mobiliza, não se cria. O que lhe dá coesão é o fato dos parceiros terem uma identidade comum. Há que haver uma integração cooperativa de parceiros. Rompe com a hierarquia, prevalecendo valores de confiança. Tem como base a informação, pois ela é um fluxo. O pensamento e a ação na rede têm que ser intersetorial.

Machado e Machado (1999)⁴ também aportam as suas contribuições no estudo das redes. Inseridas no contexto setorial latino-americano não lucrativo, analisaram as redes e conceitaram-nas como sendo:

Uma organização independente, representativa, participativa, horizontal, interativa, estável, flexível e corporativa, principalmente integrada por instituições e pessoas jurídicas sem fins lucrativos, que têm por finalidades: a) representar, promover, potenciar, geral, parcial, ou setorialmente direito e interesses comuns dos seus membros, b) tratar de obter dos órgãos, organismos e funcionários do Estado uma crescente participação, diretamente, ou através da rede, nos assuntos próprios da comunidade; assim como a adaptação ou modificação das políticas e leis, que de uma maneira ou de outra, podem interessar ou afetar os interesse comuns que representa; c) propiciar a atuação harmônica e coordenada dos seus integrantes nos assuntos que os concernem ou interessam; d) facilitar o intercâmbio entre elos de informação, conhecimentos, e experiências, para um melhor e mais econômico aproveitamento dos recursos; e) assessorá-las e guiá-las em estabelecimento e aplicação dos seus respectivos sistemas de auto-sustentabilidade e auto-regulação; e f) realizar ou executar (por si mesma ou em

⁴ In Redes como um instrumento de transformação social.

conjunto com outros entes), investigações, estudos, obras ou programas sociais, nas matérias de sua incumbência, e que individualmente as instituições que as integram não poderiam realizar ou isoladamente não poderiam alcançar ou então, teriam de realizar com esforços desproporcionados, com relação a seus respectivos recursos (pp.5-6).

De um lado, INOJOSA (1999) apresenta uma tipologia de redes de acordo com a sua relação com os parceiros, e de acordo com o seu foco de atuação, por outro, Machado e Machado (1999) classifica-as de acordo com o âmbito territorial ou geográfico.

Conforme esses mesmos autores, as redes podem ser classificadas da mesma maneira que se divide o globo terrestre, isto é podem ser: *internacionais; nacionais, regionais, sub-regionais, locais etc*, podem ser classificadas, também, segundo a maior ou menor generalidade dos seus fins, *gerais ou setoriais*. E podem ser classificadas ainda, em função da sua transcendência social dos benefícios que produzem ou podem produzir, em *redes de organizações ou instituições de benefício público* (OBP); *redes de organizações ou instituições de benefício mútuo ou recíproco* (OBM), e *redes mistas* (nas quais participam OBP e OBM).

Para Amaral⁵ (2002), as redes podem ser *sociais, e naturais ou espontâneas*. A grande diferença entre elas reside na intencionalidade nos relacionamentos, os objetivos comuns conscientes, explícitos e compartilhados. Apesar disso, a forma de operar desses dois tipos de redes, traduz princípios semelhantes aos que regem os sistemas vivos.

As redes sociais são também, apresentadas como sendo uma nova forma de gestão (Amaral: 2002; GUARNIERI: 2004; MANCE: 2001; SHERER: 2005). Segundo Amaral (2002, p.3) essas redes sociais emergiram nos últimos anos, como um padrão organizacional, capaz de expressar, no seu arranjo de relações, as idéias políticas e econômicas inovadoras, nascidas do desejo de resolver problemas atuais. Elas representam um grau de complexidade política de uma determinada comunidade ou grupo, e não podem (ou não deveriam), ser criadas artificialmente, uma vez que, emergem de processos culturais e políticos.

Sendo assim, em suas diferentes configurações locais, as redes sociais, indicam uma nova forma de organizar, de vivenciar espaços de poder, em que a horizontalidade das relações resulta em princípios, que devem estar expressos na gestão e nas relações, tais como: descentralização, conectividade, multi-liderança, autonomia, transparência, cooperação, interdependência.

⁵ Facilitadora da Rede Brasileira de Educação Ambiental (Rebea).

Aportando também, a sua contribuição quanto à tipologia das redes, Silva (2002), ao analisar as redes no terceiro setor, defende que elas podem apresentar uma multiplicidade de formas, muitas vezes híbridas, a partir de determinados tipos que se desdobram, e modificam, em graus diferenciados de multiplicação, e especialização. Para tanto, identifica três categorias de redes, quais sejam:

A primeira categoria faz referência às **redes temáticas**, aquelas que se organizam em torno de um tema, segmento ou área de atuação das entidades e indivíduos participantes. A temática abordada é o fundamento desse tipo de rede, seja ela genérica (ex. meio ambiente, infância) ou específica (ex. reciclagem, desnutrição infantil).

A segunda, as **redes regionais** são aquelas que têm em uma determinada região ou sub-região o ponto comum de aglutinação dos parceiros: um Estado, um conjunto de municípios, um bioma, uma cidade, um conjunto de bairros etc.

E a terceira categoria, as **redes organizacionais** são, em geral, aquelas vinculadas a uma entidade supra-institucional - isto é, que congrega instituições autônomas filiadas (federações, confederações, associações de entidades, fóruns, etc.) - ou a organizações complexas, compostas, por exemplo, de várias unidades autônomas e / ou dispersas territorialmente.

Em meio ao debate sobre redes, Inojosa (1999) apresenta as redes de compromisso social, como uma alternativa da sociedade para abordar questões sociais complexas, como é o caso da rede de apoio das Associações de Triagem que é o foco deste trabalho, e cujo equacionamento não tem sido exitoso quando tratadas isoladamente quer por ONGs, quer pela ação setorial do Estado. Levanta algumas questões importantes a serem refletidas e discutidas tais como: Que espaço as redes de compromisso social vêm assumindo? Qual o caráter da participação no interior destas redes? Elas são instrumentos integradores ou transformadores? Como se dá a mobilização dos atores nas redes de compromisso social?

Em seus estudos Inojosa⁶ (1999), defende que a participação em redes de compromisso social pode assumir um caráter integrador ou transformador e concluiu que a rede de compromisso social, objeto do seu estudo, tenderia a trabalhar com uma perspectiva de transformação social. O que seria então, uma proposta de participação transformadora?

⁶ No estudo sobre a experiência de uma rede de compromisso social, em São Paulo – Rede de adolescente (1999).

Conforme Inojosa (1999)

Uma proposta de participação tende a ser transformadora quando ela nasce de uma ampliação de visibilidade da sociedade sobre ela mesma, e da tensão que essa visão instala conforme afirma ROSANVALLON (*apud* INOJOSA: 1999), e se ela leva pessoas e grupos a um compromisso voluntário com um esforço comum para superar situações que podem provocar desequilíbrio social.

Com base em seu estudo, a autora afirma que acredita na perspectiva transformadora da rede que trabalha, tanto pela idéia força que a mobiliza - isto é, trabalha com a inclusão social de um segmento da população – quanto por sua dinâmica de criação conjunta dos projetos e caminhos das redes municipais.

Ainda sobre essa questão, Inojosa (1999), alerta que talvez seja mais difícil manter um trabalho de participação transformadora quando a rede deixa de ser aberta e conforma-se como uma pessoa jurídica, como é a tentação constante de institucionalização da rede como uma ONG, que terá estatutos e hierarquia, e tenderá a limitar as parceiras.

Em semelhança à Inojosa (1999), Schlithler (2004, p.1) entende as redes sociais como meta e meio de transformação. Segundo a autora, além dos objetivos da rede social serem quase sempre transformadores, o ato de formar e fazer parte de uma rede desperta o protagonismo e “ensina” a ser facilitador do protagonismo de muitas pessoas.

No que diz respeito ainda ao caráter da participação na rede, Olivieri (2003), aponta que a sociedade civil, atualmente potencializa sua organização em iniciativas, cujos atores envolvidos identificam a colaboração participativa como um meio eficaz capaz de realizar transformações sociais.

Machado e Machado (1999, p. 8) ao fazerem a comparação entre as redes dos países socialmente desenvolvidos e as redes sociais latino-americanas quanto a sua finalidade, defendem que, estas perseguem, ou devem perseguir, fins muito mais ambiciosos, porque seus objetivos estão em função das necessidades sociais, maiores nesta região do que nos países mais evoluídos socialmente.

A gestão das redes sociais, tal como a gestão das outras redes, requer: desconcentração do poder, descentralização na tomada de decisões, horizontalidade na estrutura hierárquica, autonomia dos membros e relações democráticas entre os seus membros (ver quadro 3).

Redes Sociais	
Gestão	
Poder	Desconcentrado
Tomada de decisão	Descentralizado
Estrutura hierárquica	Horizontal
Membros	Autônomos
Relações entre os membros	Democráticas
Parceiros	
Ter identidade comum	
Ter comprometimento	
Ter valores de confiança	
Ter por base à informação	
Ter a percepção da existência de um problema social	

Quadro 3 - Gestão em redes sociais

Fonte - Elaboração própria

Contudo, acredita-se que o caráter participativo e voluntário típico das redes sociais desperta nas pessoas o desejo de transformação. Quando o indivíduo se compromete a fazer parte de qualquer organização ou associação de livre e espontânea vontade, parte-se do pressuposto que se tem um objetivo, uma causa em que se acredita. Espera-se que estará implícito o desejo de mudar, melhorar e conseqüentemente transformar algo.

Discorrendo ainda na análise das redes subordinadas e tuteladas, Inojosa (1999), defende que o mesmo já não acontece com elas, isto é, possivelmente, “estejam mais afeitas a um tipo de participação integradora, uma vez que, não criam seus próprios caminhos”, (INOJOSA: 1999, p.7). Exemplifica o caso dos Conselhos Populares e dos conselhos institucionalizados nos sistemas de saúde e de assistência social, que parecem corroborar essa hipótese, na medida em que, os membros dos conselhos institucionalizados tendem a ficar tutelados pela representação da organização pública a que se referem e a burocratizarem seu processo de trabalho.

A análise sobre redes bem como a sua tipologia é extensiva, “cada classificação depende do critério que se utiliza” (INOJOSA: 1999). Contudo, para efeito desse estudo, pensa-se que a discussão aqui apresentada será suficiente para entendermos um pouco a complexidade do tema proposto.

2.3 CARACTERÍSTICAS DA REDE

Para alcançar um dos objetivos propostos nesse estudo, caracterizar a rede de apoio às Associações de Triagem integrantes do GIRS na RMPOA, se faz necessário apresentar estudos que contribuíram para a análise das características da rede.

Nessa perspectiva, Machado e Machado (1999), ao fazerem um decálogo das redes; propõem algumas características comuns a qualquer tipo de rede, quais sejam:

1. A rede deve ser **independente**, ou seja, não deve ser utilizada para impor ideologias, nem ser um apêndice de outros setores, nem servir de instrumento de interesse partidários, ou econômicos particulares;
2. A rede como qualquer outra estrutura, **se constrói de baixo para cima**, não o inverso, isto é, tem que ser um produto, a consequência natural do desejo, e da necessidade de integração das organizações de base de uma respectiva comunidade, para atingir fins supra-individuais;
3. A rede deve incorporar as organizações primárias, **mas representativas do seu respectivo setor ou setores**. Ou seja, sua força está em função do prestígio e número de organizações primárias que a integram, ou com as quais se relaciona, para tal seus membros tem que ser cuidadosamente selecionados pela rede, sem, contudo, ocorrer discriminação;
4. A rede tem que **ser participativa**, isto é, deve acolher seus órgãos de direção e administração e os genuínos representantes de todos os seus parceiros, e incorporá-los ativamente em suas decisões, obras e programas;
5. A rede deve **atuar como coordenadora e orientadora** do sistema de autoregulação de seus parceiros, isto é, as normas de regulação devem ser claras, lógicas, fáceis de cumprir, e o mais importante, convenientes para atingir os fins comuns. A autoregulação deve começar com os documentos constitutivos dos parceiros, e prosseguir nas regulações internas, das redes. Pois, a regulação é o meio mais efetivo de evitar uma regulação imposta pelo Estado;
6. Deve **existir compatibilidade e harmonia entre os fins da rede e os da comunidade**, na qual ela se desenvolve, assim como, entre os da rede e os dos parceiros, e os destes entre si. Ou seja, a rede tem seus próprios fins, que não são secundários, nem é a simples soma dos fins dos seus associados. Transcendem os fins destes, embora eles participem delas.
7. A rede deve **manter comunicação constante com seus parceiros**, assim como favorecer e estimular as comunicações internas destas.
8. **Uma rede jamais deve opacar nem fazer com que seus parceiros percam a sua identidade**, nem apresentar como suas as obras dos seus integrantes. Isto é, deve atuar de uma maneira tal que seus parceiros sintam orgulho de fazer parte dela, que considerem que a integração nada lhes tira e muito lhes dá ou pode dar.

9. **O papel da rede não é ser juiz dos problemas internos dos seus parceiros, nem de censura de seus órgãos diretivos ou administrativos**, mas sim de guia, protetora de seus interesses comuns. Os problemas internos dos seus parceiros devem ser resolvidos autonomamente por estas, ao menos que estes concordarem que a rede atue como árbitro;

10. **A rede deve manter sempre um contacto direto com a comunidade.** A rede deve ter uma dupla vinculação com o meio social no qual se insere: uma direta e imediata; e outra, mediata através dos seus parceiros. Se a primeira for impossível de cumprir cabalmente sua missão de guia, e atingir o melhor para os seus parceiros, e a comunidade em geral, a segunda, a mediata, permitirá por sua vez, verificar se se mantém, ou não, em sintonia com a sociedade. (pp. 20 -21)

Na mesma linha de Machado e Machado, Silva (2002) acrescenta alguns fundamentos e paradigmas das redes. Segundo Silva (2002) “uma atuação em rede supõe valores e a declaração dos propósitos do coletivo, ou seja, uma missão: por quê, para quê, e fundamentada em quê a rede existe?”

Silva (2002) identifica alguns parâmetros que norteiam a interação e devem ser considerados; uma espécie de “*código de conduta*” para a atuação em rede, como :

Pactos e Padrões de Rede: isto é, sem intencionalidade uma rede não consegue ser um sistema vivo, mas apenas um amontoado de possibilidades (intencionalidade aqui não possui um sentido teleológico, muito pelo contrário, mas significa a declaração de suas intenções de rede). A comunicação e a interatividade se desenvolvem a partir dos pactos e dos padrões estabelecidos em comunidade.

O autor compara “rede como uma comunidade” e, como tal, pressupõe identidades e padrões a serem acordados pelo coletivo responsável. É a própria rede que vai gerar os padrões a partir dos quais os envolvidos deverão conviver. É ‘a história da comunidade e seus contratos sociais’.

Valores e objetivos compartilhados: O que une os diferentes membros de uma rede é o conjunto de valores e objetivos que eles estabelecem como comuns, interconectando ações e projetos.

Participação: A participação dos integrantes de uma rede é que a faz funcionar. Uma rede só existe quando em movimento. Sem participação, deixa de existir. Ninguém é obrigado a entrar ou permanecer numa rede. O alicerce da rede é a vontade de seus integrantes.

Colaboração: a colaboração entre os integrantes deve ser uma premissa do trabalho. A participação deve ser colaborativa.

Multi-liderança e horizontalidade: Uma rede não possui hierarquia nem chefe. A liderança provém de muitas fontes. As decisões também são compartilhadas.

Conectividade: Uma rede é uma costura dinâmica de muitos pontos. Só quando estão ligados uns aos outros e interagindo é que indivíduos e organizações mantêm uma rede.

Realimentação e Informação: Numa rede, a informação circula livremente, emitida de pontos diversos, sendo encaminhada de maneira não linear a uma infinidade de outros

pontos, que também são emissores de informação. O importante nesses fluxos, é a realimentação do sistema: retorno, feedback, consideração e legitimidade das fontes, são essenciais para a participação colaborativa e até mesmo para avaliação de resultados e pesquisas.

Descentralização e Capilarização: Uma rede não tem centro. Ou melhor, cada ponto da rede é um centro em potencial. Uma rede pode se desdobrar em múltiplos níveis ou segmentos autônomos, "filhotes" da rede, capazes de operar independentemente do restante da rede, de forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou a circunstância. Sub-redes têm o mesmo "valor de rede", que a estrutura maior à qual se vinculam.

Dinamismo: Uma rede é uma estrutura plástica, dinâmica, cujo movimento ultrapassa fronteiras físicas ou geográficas. As redes são multifacetadas. Cada retrato da rede, tirado em momentos diferentes, revelará uma face nova.

A partir da revisão da literatura sobre as características da rede, percebe-se que o sucesso de uma rede depende de: objetivos e valores compartilhados; participação; cooperação; conectividade; multi-liderança; horizontalidade; descentralização, dinamismo. Características essas eleitas nesse estudo, para caracterizar a rede de apoio das Associações de Triagem na RMPOA.

Constata-se que muitas contribuições vêm sendo apresentadas por pesquisadores a respeito da natureza, características, especificidades do trabalho em rede, e os tipos de rede, isto é, todo um "arcabouço" para as organizações que pretendem se organizar e trabalhar em rede. Entretanto, muitos apontam que a tarefa não tem sido fácil, uma vez que, "cada rede tem a sua configuração particular. Depende do ambiente onde se forma e atua, da cultura política dos membros, e dos objetivos compartilhados" (AMARAL: 2002).

2.4 O PROCESSO DE ARTICULAÇÃO DE REDES

Pesquisas realizadas pela rede de informação para o terceiro setor, conhecida como Rits, permitem afirmar que atualmente, existe no Brasil, uma enorme variedade de redes organizacionais do terceiro setor sendo articuladas. Dentre elas Ayres (2001) verifica que há bons

exemplos de organizações sem fins lucrativos, articuladas em rede com intuito de combater a exclusão social e a criar condições para o desenvolvimento local.

Entretanto, a participação em uma rede e promoção da sua articulação nem sempre é uma tarefa gloriosa. A articulação das redes, sobretudo, das chamadas redes no terceiro setor, tem sido um processo complexo, conforme apontam experiências empíricas⁷.

Ayres (2001), afirma que as organizações do terceiro setor podem se articular de duas formas, ou seja, há dois tipos de articulações muito comuns, verificadas nessas redes: as articulações sistemáticas ou orientadas e as articulações pontuais ou livres (Ayres: 2001).

As articulações sistemáticas ou orientadas, conforme Ayres (2001) são as ações empreendidas pela rede como um todo, definidas a partir de consensos e demandas estratégias dos participantes, enquanto que, as articulações pontuais ou livres são aquelas ações empreendidas pelos participantes, não necessariamente de forma coordenada, realizadas em pequenos grupos, geralmente de curta duração e para cumprimento de objetivos e necessidades pontuais, por vezes estanques.

Na análise desse tipo de articulação, Ayres (2001), reconhece que o surgimento das articulações sistemáticas se dá com naturalidade, a partir do momento em que integrantes da rede têm clareza dos objetivos da mesma, e do benefício concreto da sua participação. São ações como: o desenvolvimento e utilização de uma determinada ferramenta de comunicação, a composição de uma agenda de encontros e eventos para os integrantes da rede ou a organização de grupos de trabalho focado nos assuntos de interesse de seus participantes.

Já as articulações pontuais são frutos do crescimento natural do fluxo de informações entre os seus integrantes; são baseadas mais nos laços e afinidades dos participantes do que nas estratégias de grupo. Consiste na relação que um participante tem com o outro e com o maior conhecimento da operação deste, surgem oportunidades de colaboração que representem sinergia ou ganhos de escala. São atividades como, o compartilhamento de uma determinada estrutura operacional para atividades semelhantes, troca de bancos de dados ou exploração conjunta de uma oportunidade de ação, por exemplo.

⁷ Ver Ayres (2001). Experiências da RABEA e Rede de Adolescente.

Existem casos em que as articulações pontuais são desconhecidas pela alta gerência das organizações participantes da rede porque se dão em bases operacionais, o que por vezes causa sentimento de frustração e de perda de controle por parte da alta gerência em relação ao nível de articulação da rede.

Por sua vez, as articulações sistemáticas podem ser consideradas uma base fértil para o surgimento de articulações pontuais, (AYRES: 2001); ou paradoxalmente, em um grupo confuso e com falta de clareza em seus objetivos, as articulações pontuais podem ser um bom início de uma produção de sentido para a rede.

Ainda que a natureza destes dois tipos de articulação seja diferenciada, elas não são contraditórias e não obedecem a uma ordem de prioridade ou de estágio de desenvolvimento da rede, conforme aponta Ayres (2001). É importante ressaltar que este tema se mostra bastante mais complexo do que uma eventual taxonomia que pretendesse abarcar a sua totalidade.

2.5 BARREIRAS PARA A ARTICULAÇÃO DE REDES

A articulação da rede por vezes envolve uma série de problemas de relacionamentos pessoais. Habitualmente, nas redes no terceiro setor existe a figura do articulador, ou seja, uma pessoa envolvida na rede responsável para fazer essa articulação. A existência do articulador tem sido prática e uma necessidade cada vez mais comum nesse tipo de rede.

Ayres (2001) constata que existe um paradoxo na tarefa do articulador. Segundo ele se uma rede depende de interligações voluntárias e que seus participantes devem ser auto-motivados, surge uma questão: como promover uma participação que se pretende que seja espontânea? Nesse sentido então:

Há necessidade, portanto, de conviver com esta pergunta e entender que o sucesso ou fracasso de uma rede depende menos do desempenho de seu articulador (que não é dotado de mais poderes ou capacidades do que outros participantes da rede) e mais da percepção de que a atividade de enredar-se agrega valor às demais atividades do dia-a-dia de cada um dos participantes de uma rede.

A partir de experiências é possível identificar algumas barreiras comuns à articulação de redes organizacionais (AYRES : 2001) ⁸. Estas barreiras podem ser classificadas em três tipos de limitações: (i) Barreiras Políticas, (ii) Barreiras Técnicas e (ii) Barreiras Internas. (idem)

2.5.1 Barreiras Políticas

A rede pode esbarrar facilmente em problemas relacionados, a formas de exercício da liderança entre seus participantes. É difícil pensar em uma rede horizontal, sem liderança.

Ayres (2001) admite que parece mais apropriado usar a imagem de uma rede não horizontal, mas encaroçada, onde a própria dinâmica de relacionamento entre os integrantes fortalece a todos para proporem e empreenderem ações de acordo com suas habilidades e objetivos. Todavia essa liberdade e dependendo do nível de entendimento e harmonia entre os participantes, pode gerar conflitos, o que pode se tornar um obstáculo muito oneroso para a rede.

Ainda que a rede possua seus mecanismos de regulação e defesa, estará preparada para lidar com eventuais problemas de relacionamento entre seus integrantes, se for coesa e dotada de um propósito claro e unificador. Portanto, em um ambiente confiável de troca entre pessoas, uma característica como a diversidade, por exemplo, pode funcionar como um impulso para uma interação mais rica e criativa; por outro lado, em um grupo dividido em seus propósitos e com elos fracos de confiança, a diversidade pode ser um terreno fértil para conflitos e conseqüente desagregação.

2.5.2 Barreiras Técnicas

Além das barreiras políticas, uma rede pode enfrentar também barreiras de ordem técnica, que podem ser exemplificadas como problemas ao lidar com ferramentas de comunicação e tecnologia em geral. Por vezes, é comum as redes optarem pelo uso de plataformas de

⁸ Experiências na Rede Voluntária, que congrega Centros de Voluntários no Brasil e a RedeSol, que compreende os programas iniciados no âmbito do Conselho da Comunidade Solidária,

comunicação sofisticadas e trabalho baseadas na *web*, o que pode dificultar aos participantes menos familiarizados com as novas tecnologias, utilizá-las. Essa situação pode provocar, a (i) retração da comunicação dessas pessoas com a rede, ou (ii) a volta à utilização dos meios antigos já conhecidos anteriormente (o tradicional e-mail, por exemplo).

O uso diferenciado dessas técnicas por parte dos que aderiram e os que voltaram aos métodos anteriores de comunicação “cria pontos cegos de comunicação para os dois grupos” (AYRES: 2001). Torna-se, portanto, necessário, decidir que tecnologia empregar e, atentar para o grau de familiaridade dos integrantes da rede em relação a ela, que nem sempre é homogêneo.

Outro ponto importante a ser destacado é a dinâmica das discussões e o processo de moderação ou articulação (AYRES: 2001). Por exemplo, as discussões virtuais que tenham um tema pouco específico e que se prolonguem por tempo indeterminado tendem a ser muito desmotivadoras. A forma como alguns integrantes participam é muito singular. Cada um tem a sua preferência na participação.

2.5.3 Barreiras Internas

As barreiras internas podem ser entendidas, segundo Ayres (2001) como “as dificuldades que são originárias na estrutura operacional e/ou cognitiva de cada organização participante de uma rede”. Ou seja, pode haver barreiras relacionadas à estrutura de trabalho da organização ou, ainda, problemas na compreensão que cada participante tem dos conceitos de uma rede.

Conforme aponta Ayres (2001, p.10), dentre as Barreiras Internas estão:

Confusão conceitual: muitos participantes têm certa dificuldade em entender a dinâmica de funcionamento de uma rede de organizações. Isso pode ser decorrente de uma cultura baseada em estruturas hierarquizadas e pouco flexíveis, em que somos inseridos desde a infância.

Problemas internos de cada organização: alguns fatores relacionados à gestão atrapalham especialmente o potencial de uma organização para atuar em rede: i) Falta de direcionamento estratégico da organização: para a atuação em rede, um aspecto facilitador é que os participantes tenham claros os seus objetivos e interesses organizacionais (internos). Isso proporciona um melhor posicionamento dos membros na cadeia de valor de uma rede.⁹ ii) Falta de tempo: para atuação em rede é preciso entender as atividades relativas à manutenção da comunicação entre seus membros como uma tarefa de rotina, mesmo que os resultados não sejam tão perceptíveis a curto prazo.

⁹ Para noção de cadeia de valor, veja FILHO, Nelso Casarotto, PIRES, Luiz Henrique. Redes de Pequenas Empresas e Desenvolvimento Local. p. 40.

iii) Foco em outras atividades mais urgentes: este item é muito relacionado com os dois itens anteriores. Dentre as atividades que substituem as articulações da rede, estão às tarefas relacionadas à captação de recursos ou outras atribuições prioritárias/emergenciais que aparecem com frequência .

2.6 OS DESAFIOS DAS REDES

Ainda que, a rede apareça como uma alternativa para as organizações, o trabalho em rede enfrenta uma série de desafios, seja ela no âmbito empresarial, quanto no âmbito da EPS. No entanto, a discussão aqui, intencionalmente centra nas redes de organizações sociais.

Um dos grandes desafios reside na necessidade de uma mudança cultural, ou seja, “a mudança interior” dos seus membros, conforme denomina Schlithler¹⁰ (2004).

Segundo Schlithler (2004) embora a existência das associações e federações de entidades sociais seja remota, as redes, são fundadas em moldes muito semelhantes aos das organizações tradicionais, isto é, com suas estruturas piramidais (hierarquizadas), estatutos rígidos (burocratizadas) e com poucos diretores e conselheiros realmente ativos.

F. CAPRA (2003* apud SCHLITHLER: 2004) afirma que a natureza está em rede, isto é, “tudo é rede”, no entanto, os indivíduos e as organizações não agem naturalmente em rede, isso porque, a estrutura piramidal está introjetada na própria mente dos indivíduos e nos estatutos das organizações. Para superação dessa questão, há necessidade de aprender a pensar, e agir horizontalmente, sem hierarquia, o que implica um investimento nas pessoas, que são as agentes de mudança. (idem)

Inserida nesse contexto, Schlithler (2004), aponta a necessidade da existência de facilitadores no processo de formação de uma rede. Atrela essa necessidade, não só às estruturas piramidais da maioria das organizações sociais, como também, à história ditatorial brasileira e à desvitalização dos movimentos sociais.

¹⁰ Consultora em processo de desenvolvimento de grupos, organizações e redes sociais

* Fritjof Capra, físico e teórico de sistemas. In SCHLITHLER. Anotações pessoais da participação do cientista nos “Diálogos para um Brasil Sustentável” Brasília , 12-15 de Agosto de 2003.

Assim como Schlithler (2004), Zapatta (2004) na sua análise sobre desenvolvimento local, defende uma gestão em rede e reforça o protagonismo do local, mas, enfatiza também a necessidade de uma mudança de mentalidade dos gestores públicos.

Retomando os desafios pelos quais se deparam as redes, estudo (SCHLITHLER: 2004) destaca ainda:

- A falta de vivência democrática dos membros da rede (a apatia de muitos membros nas reuniões o que provoca uma lentidão no andamento dos projetos);
- A dificuldade de intercomunicação (falta de formação dos membros, sobretudo no uso da Internet, e a necessidade de financiamento para capacitação e equipamentos)
- A dificuldade na articulação com outros setores, isto é, há falta de mobilização;
- A entrada de novos membros tem sido uma questão muito discutida pelas redes já que precisam de assessoria para a sua inclusão, mas falta financiamento;
- A necessidade de institucionalização, inicialmente as pessoas questionam se será possível haver comprometimento sem regras e normas;
- A necessidade de sustentabilidade. Esse desafio está relacionado ao anterior. Como gerar financiamento de um projeto de uma rede já que não está juridicamente instituída? (p.4)

Parafrazeando Zapatta¹¹ (2004), para que se possa construir uma visão comum de futuro, há que existir uma poderosa ferramenta de mobilização e motivação das comunidades e organizações. É preciso ter pessoas; organizações e redes. Os grupos humanos podem e devem pôr em comum seu saber para construir o novo modelo de desenvolvimento, contemplando: a equidade; a sustentabilidade; a inteligência coletiva; a multiculturalidade de valores éticos. O ser humano é o protagonista da sua história e da construção do nosso destino comum neste século XXI.

2.7 REDE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

No Brasil, o debate em torno da problemática do desenvolvimento local se intensificou nessas duas últimas décadas. Alguns fatores foram apontados como sendo importantes para a

¹¹ ZAPATTA, Tânia. Anotações pessoais da pesquisadora na participação da Conferência Internacional de Gestão Social, 7 a 9 de Nov. Porto Alegre / RS. 2004

explicação da emergência do tema. Dentre elas a crise fiscal do Estado associada aos processos de descentralização que impulsionaram uma tendência à valorização dos níveis subnacionais de governo em detrimento do governo central. (PINHO e SANTANA: 2002)

Pinho e Santana (2002, p. 275) apontam como as principais razões dessa valorização: o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos por parte dos governos centrais, o que tem levado à transferência desses problemas para os níveis subnacionais, sobretudo a nível municipal.

Silveira, Bocayuva e Zapatta (2001) defendem que o desenvolvimento local pode ser entendido como uma estratégia de intervenção social, que busca, diante dos impactos da globalização, novas alternativas de desenvolvimento, mais sustentáveis e mais protagonistas, que respondam aos desafios do desemprego e da exclusão social.

Wolff (1991* *apud* MOURA: 1998) aponta que existe uma tendência recente à incorporação da “sociedade civil” e do “local”, como elementos fundamentais para se construir um desenvolvimento social sustentável. Refere-se à sociedade civil como expressão da família, das comunidades, dos movimentos de base, organizações voluntárias e sindicatos.

Para Fisher (2002), no contexto brasileiro, o desenvolvimento local, está intimamente ligado com as questões da pobreza e exclusão, participação, solidariedade e confiança, produção e competitividade, entre outros, que se articulam e reforçam mutuamente ou se opõem frontalmente.

Barquero e Knoop (*apud* Moura 1998), afirmam a necessidade e possibilidades dos governos locais tomarem iniciativas para enfrentar o problema do desemprego.

Barquero (1993* *apud* Moura: 1998) discute o que seriam as novas estratégias de desenvolvimento tendo em vista a reestruturação do sistema produtivo local, o aumento de postos de trabalho e a melhoria da qualidade de vida.

* WOLFF, Alan. Três Caminhos para o Desenvolvimento: mercado, Estado e sociedade civil. **Coleção Democracia:** a Democracia como proposta. Rio de Janeiro, IBASE, 1991, 35-62.

* BARQUERO, Antonio V. Política Económica Local: La respuesta de las Ciudades a los desafíos del ajuste productivo. Madrid, Ediciones Pirâmide, 1993

Por sua vez, Knoop (1996** *apud* Moura: 1998) especifica que o alvo prioritário das iniciativas locais deve ser as pequenas e médias empresas que em longo prazo, possuem um maior potencial de absorção de mão-de-obra.

Reforçando a importância do local para o desenvolvimento, Zapatta (2004) defende que, as políticas macroeconômicas são insuficientes para combater a pobreza e reduzir as desigualdades, e que o desenvolvimento não depende unicamente do setor público, mas sim, depende de uma forma decisiva, da maneira como se organiza o conjunto de atores sociais em cada território. Para tanto, a gestão do desenvolvimento local depende de formas coletivizadas, onde a participação se torna uma das características importantes desse processo (FISHER: 2002).

É inserido nesse contexto, que muito recentemente, o Brasil, tem descoberto a potencialidade da rede como forma de organização capaz de reunir pessoas e instituições em torno de objetivos comuns. (MARTINHO: s/d)

Como aponta Olivieri (2003), a rede transformou-se, em uma alternativa prática de organização possibilitando processos capazes de responder às demandas de flexibilidade, conectividade e descentralização das esferas contemporâneas de atuação e articulação social.

Neste cenário, as instituições no terceiro setor têm procurado desenvolver ações conjuntas, operando nos níveis local, regional, nacional e internacional, visando uma sociedade mais justa e democrática. Para tanto, e a partir de diversas causas, a sociedade civil se organiza em redes para a troca de informações, articulação institucional e política.

A rede, contrariamente aos outros tipos tradicionais de organização social, (cujo cronograma é sempre apresentado de forma piramidal), nos quais o poder está sempre concentrado em apenas um ou poucos pontos, opera por meio de um processo de desconcentração do poder. “A morfologia da rede (...) é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder” (CASTELLS: 2000).

A rede sendo um padrão organizacional que prima pela flexibilidade e pelo dinamismo de sua estrutura; pela democracia e descentralização na tomada de decisão; pelo alto grau de autonomia de seus membros; pela horizontalidade das relações entre os seus elementos; tem

** Sem referências

como sua principal característica distintiva em relação aos demais modelos de organização, a situação do poder.

O que confere natureza de rede a rede, é o fato de todos os seus membros partilharem o mesmo grau de poder. Ou seja, só existe rede com o poder diluído. Esse aspecto é apontado, como fundamental para a compreensão da idéia do que vem a ser um padrão em rede (MARTINHO: s/d).

A relação desconcentração de poder e rede, conforme identifica Martinho (s/d), tem implicações diretas no debate sobre desenvolvimento local integrado e sustentável. Acredita que, um processo de desenvolvimento em longo prazo, é sustentável, se houver horizontalidade no processo de empoderamento dos atores responsáveis por conduzi-lo.

A idéia de empoderamento, “é à base do conceito de capital social, que pressupõe a capacidade dos atores de agenciar processos de autonomia individual e coletiva e de estabelecer articulações de natureza política” (MARTINHO: s/d). No entanto, um programa de desenvolvimento humano e social de caráter includente e emancipatório, estará fadado ao fracasso, caso esta capacidade estiver concentrada em um único agente.

Cabe ressaltar que para que um processo de desenvolvimento seja includente e emancipatório: “necessita disseminar a capacidade de fazer política, quer dizer, precisa democratizar a política e o poder. É preciso, assim, ampliar a base dos agentes decisores, multiplicar o número de agentes capazes de poder e manter essa base em ritmo contínuo de expansão” (MARTINHO: s/d).

Sendo assim, a rede parece tornar um padrão organizacional compatível com as necessidades dos processos de desenvolvimento emancipatórios e includentes, uma vez que, dão conta de articular, atores sociais autônomos, diferentes e empoderados, que não admitem a subordinação (fundamento da estrutura hierárquica vertical), mas tão somente cooperação e ordenação, conforme afirma Martinho (s/d).

Para tanto, o que faz da estrutura da rede uma rede é o seu modo de funcionamento. Partindo desse princípio e para que haja um desenvolvimento social, local, e sustentável, “há necessidade de um modo de operar que contemple, pressuponha e atualize a autonomia dos membros em rede; que faça da horizontalidade, da descentralização, do empoderamento e da democracia, uma ética de operação” (MARTINHO: s/d).

Participar de uma rede organizacional envolve algo mais do que apenas trocar informações a respeito dos trabalhos que um grupo de organizações realiza isoladamente. Ou seja, estar em rede significa realizar conjuntamente ações concretas que modificam as organizações para melhor e as ajudam a atingir mais rapidamente os seus objetivos.

Será que a rede que apóia as Associações de Triagem na RMPOA tem claro esse modo de funcionamento?

2.8 A ECONOMIA SOLIDÁRIA: INICIANDO O DEBATE

A economia solidária aparece como uma das grandes iniciativas econômicas e sociais no Brasil, “onde o termo economia solidária tem servido para a identificação de diferentes iniciativas de grupos sociais (e de base popular, na maioria dos casos) que se organizam sob o princípio da solidariedade e da democracia para enfrentar suas problemáticas locais através da elaboração de atividades econômicas” (LAVILLE e FRANÇA FILHO: 2004, p.149)

Segundo Singer (2003, p. 116), o conceito de Economia Solidária refere-se:

As organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc, que se distinguem por duas especificidades (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

Para Icaza (2004, p.17), no Rio Grande do Sul, a generalização do uso do conceito de economia solidária, bem como a identificação de um conjunto de empreendimentos econômicos como empreendimentos solidários é um fenômeno recente. Com efeito, essa denominação generaliza-se nos anos 1990, tendo como ponto de partida um conjunto de experiências surgidas nos meios populares urbanos e rurais, a partir dos anos 1980.

Segundo o mesmo autor, essas experiências são promovidas por organizações que buscam opções de geração de renda e organização cidadã para setores empobrecidos, cuja situação de exclusão se aprofundou com a crise social que se agravava, no final do século XX.

Reforçando as características da Economia Solidária, GAIGER (2004, p. 11) apresenta algumas propriedades dos empreendimentos de economia solidária (EES) que segundo ele, giram em torno de alguns princípios, quais sejam: “autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social”.

2.8.1 Os Desafios da Economia Solidária

Ainda que, o universo da economia solidária no Brasil, se encontre em processo de estruturação, as profundas diferenças regionais quais sejam: no plano econômico, político ou cultural, são apresentadas como sendo, um dos grandes entraves para se pensar uma economia popular.

Vários autores (ICAZA: 2004; CACCIA BAVA: 2004; LAVILLE e FRANÇA FILHO: 2004; CARRION: 2004) têm apresentado alguns desafios importantes para a consolidação de uma economia solidária e, conseqüentemente, para os empreendimentos solidários. Um dos grandes desafios apresentados está associado “à falta de leis e políticas de financiamento público que favorecem esses empreendimentos” (CACCIA BAVA: 2004, p. 107).

Paralelamente, Laville e França Filho (2004, p.177), no seu estudo comparativo sobre a economia solidária na América Latina¹², destacam os vários aspectos típicos de uma cultura tradicional, isto é, resquícios que considerem atuais do passado colonial escravagista, quais sejam: “hierarquização e o autoritarismo implícito nas relações sociais, o paternalismo, o clientelismo, etc.” que representariam grandes desafios para a economia solidária no Brasil.

Icaza (2004), ao caracterizar empreendimentos solidários, aponta alguns limites existentes, entre os quais se destaca: a difícil articulação entre a viabilidade econômica e formas cooperativas e autogestionárias de organização do processo de trabalho; os desafios existentes para passar da sobrevivência à economia; a baixa escolaridade e a qualificação das pessoas nos Empreendimentos de Economia Solidária, e a falta de estratégias de formação e de capacitação que contribuam para superar essa situação.

¹² Analisando o caso brasileiro

Por sua vez, Carrion (2004)¹³ conclui que, a presença de uma cultura clientelística existente nas relações entre o Estado, tanto a nível municipal, como federal, e as disputas entre as instituições representativas dos trabalhadores nas atividades de triagem em Porto Alegre, são entraves à cooperação considerada tão importante, fundamental e necessária, para a sobrevivência desses mesmos trabalhadores.

Outros desafios importantes da Economia Solidária são as questões da auto-gestão e da autonomia dos trabalhadores. A auto-gestão é identificada por Singer (2003), como princípio fundamental de organização de qualquer empreendimento em EPS, ou seja, “todos os que trabalham na empresa, participam de sua gestão e todos os que participam na gestão, trabalham na empresa”. Atendendo para a autonomia, Hellwing (2004), aponta que a autonomia é uma construção, que ultrapassa a posse dos meios de produção e a distribuição dos resultados, e que também exige a qualificação dos trabalhadores, tanto na esfera técnica e no domínio do processo produtivo, como na esfera administrativa e gerencial, relativa à gestão, planejamento, articulação interna e externa.

Ainda que se perceba uma série de desafios a serem superados, a economia solidária, um movimento que integra uma diversidade de práticas e sujeitos sociais, é apontado como um caminho plural, que pode contribuir para enfrentar o problema da exclusão.

2.8.2 Redes Solidárias na Perspectiva da Economia Solidária

No contexto da Economia solidária (ES), as redes passam a ser entendidas como um dos instrumentos imprescindíveis para o fortalecimento das iniciativas econômicas e para a ampliação da capacidade política dos setores populares visando à conquista de políticas públicas.

Nos últimos anos, vêm surgindo diversas redes de produtores no Brasil, inseridas nos Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Essas redes são criadas principalmente na tentativa de superar as dificuldades de comercialização. A Cáritas Regional tem desempenhado um papel importante nesse processo, aprofundando a articulação entre os produtores, despertando nos

¹³ Estudo do Caso da central de Comercialização de matéria prima para o setor de reciclo em Porto Alegre

participantes a necessidade e a importância da criação de redes de produtores, e de apoio e acompanhamento para o desenvolvimento desse tipo de parceria.

Nos moldes da produção alternativa, a Cáritas Regional tem como proposta a contribuição para a viabilização do escoamento dos produtos oriundos da EPS, através da difusão de teoria e práticas de cooperativismo, associativismo e rede de produtores. Destacam-se alguns exemplos dessas redes, na Bahia (rede de apicultores da região de feira de Santana), em Minas Gerais (rede de produtores Dom de Minas, redes de produtores Fruta Boa, etc.), no Ceará (rede de intercâmbio de sementes), etc.

A categoria solidariedade tem sido útil para análise das redes da economia solidária (SHERER: 2005, p.41). Na perspectiva de Mance (2001), quando as redes de solidariedade constituem-se em movimento social podem extrapolar os limites locais, regionais, atingindo escalas nacionais ou internacionais, como vem ocorrendo com as redes de economia solidária, as quais têm ampliado seus espaços de atuação na esfera pública, permitindo o fortalecimento da democracia.

A categoria solidariedade, e a dimensão estratégica das redes de ações coletivas têm sido empregadas, sobretudo, para o entendimento das dinâmicas políticas dos movimentos sociais. Neste sentido, a idéia de rede assume freqüentemente um caráter propositivo nos movimentos sociais (SHERER: 2005), ou seja, a rede como uma forma organizacional e estratégia de ação que permitiria aos movimentos sociais desenvolverem relações mais horizontalizadas, menos centralizadas e, portanto, mais democráticas.

Vide a sua proposta de valorização do humano, uma rede de economia solidária, deve ter como atributos o seguinte: ações solidárias estrategicamente articuladas; foco nas questões sociais; valores e objetivos compartilhados; cooperação; confiança; e caráter participativo e voluntário dos seus membros.

Na perspectiva das redes solidárias em EPS, quatro tipos de rede vêm sendo valorizados, (CÁRITAS: 2002) entre os quais: o primeiro tipo são as redes de produtores visando a verticalização da produção e agregação de valor aos produtos, como exemplo: redes de apicultores, de produtores de ovinocaprinocultura, de produtores de leite, etc.

O segundo tipo de redes solidárias em EPS são as redes de produtores, que visam à comercialização dos produtos através da estruturação de lojas e outros mecanismos de exposição de produtos e inserção no mercado privado e institucional.

Já o terceiro tipo, são as redes de organizações associativas, como é o caso da rede de apoio das Associações de Triagem, visando à intervenção nas políticas públicas, reforçando os movimentos sociais e populares no sentido de conquista do acesso a recursos e serviços, na participação de negociação de programas governamentais e na proposição de políticas para EPS a partir de experiências exitosas.

O quarto e último tipo de redes solidárias em EPS são as redes de consumidores, criadas para favorecer o acesso a produtos naturais (confiáveis) e a preços justos, eliminando o atravessador e valorizando socialmente os produtores das mercadorias.

À semelhança de outros tipos de redes, as redes solidárias também enfrentam um conjunto de desafios que precisam ser superados. A capacitação técnica e gerencial, e a aquisição de financiamento em volumes consideráveis para a infra-estrutura necessária, são desafios a serem ultrapassados.

A necessidade de um acompanhamento e apoio a estas iniciativas é outro desafio considerado importante, na medida em que, a relação campo-cidade é vista como estratégica para articulação e aproximação entre as redes de produtores e consumidores, que estão condicionadas às regras impostas pelos setores competitivos de mercado.

Vale ainda ressaltar que, tem havido algumas iniciativas, tais como, as feiras socioeconômicas solidárias, que têm desempenhado um papel importante no âmbito da EPS. Essas feiras não possuem apenas um caráter eminentemente econômico. Na maioria das vezes, são iniciativas políticas, servindo de espaços para o fortalecimento das redes de produtores, a troca de informações, e principalmente espaços junto à opinião pública e junto aos órgãos de políticas públicas.

Após o levantamento teórico, se fez o mapeamento do conceito de rede (ver figura 1) utilizado nesse estudo, com foco nas redes de compromisso social..

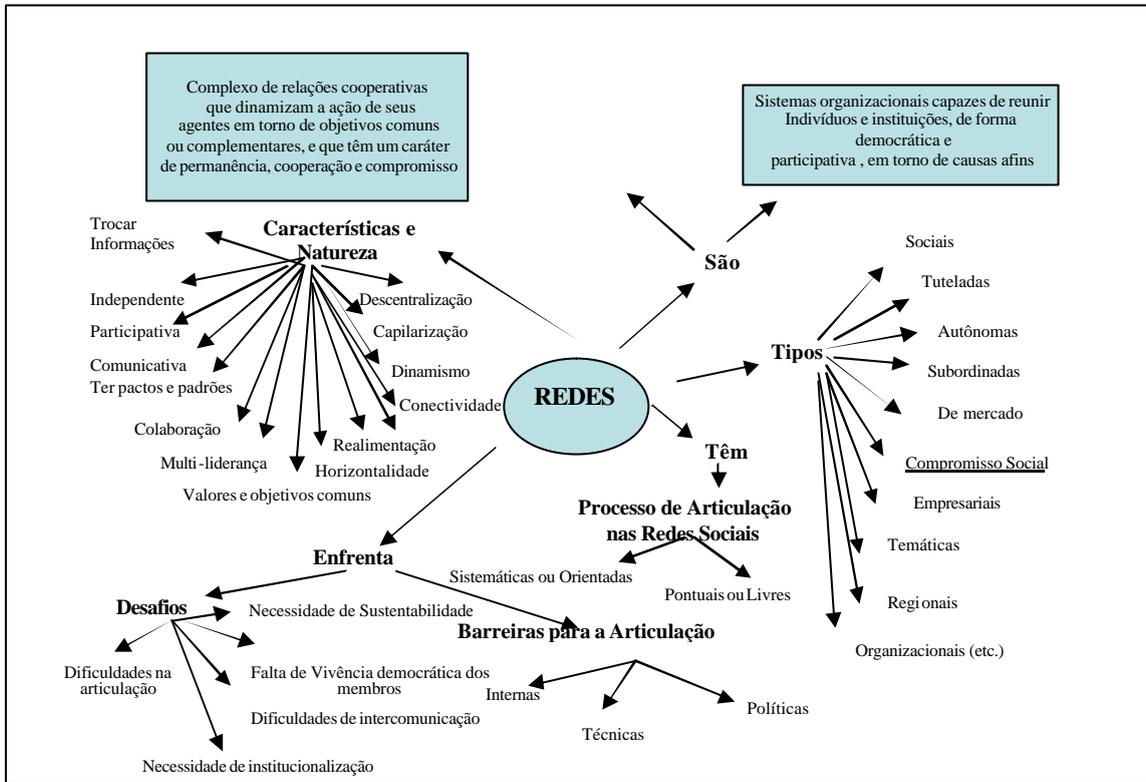


Figura 1 - Modelo conceitual de rede

Fonte: Adaptado da teoria pela autora

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 O MÉTODO

Para que uma pesquisa seja considerada um trabalho científico, ela necessita de um método que o sustente. Assim, no intuito de dar conta da complexidade do objeto que se pretende analisar, se optou por um estudo de caso, de cunho qualitativo e exploratório.

Um estudo de caso “é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente” (TRIVIÑOS: 1990, p.133).

Pois, o estudo de caso “contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”. Permite “uma investigação na qual se preserva as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”. (YIN: 2000, p. 21).

Geralmente, um estudo de caso tem um duplo propósito (BECKER: 1997). Por um lado tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo: quem são seus membros? Quais são suas modalidades de atividade e interação recorrentes e estáveis? Como elas se relacionam com o resto do mundo? Ao mesmo tempo, o estudo de caso também tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais, sobre regularidades do processo e estruturas sociais.

Assim o estudo de caso foi o método considerado adequado para analisar se o conjunto de apoiadores que formam a rede de apoio das Associações de Triagem na RMPOA, possui características das redes em ES.

Será um estudo exploratório, na medida em que, “permitirá ao investigador aumentar sua experiência em torno de um determinado problema” (TRIVIÑOS: 1990, p.133), o que neste caso, permite ao investigador aprofundar o estudo sobre redes.

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade, desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses

pesquisáveis para estudos posteriores. São desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de um determinado fato, especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas sobre ele e operacionalizáveis.

3.2 A PESQUISA DE CAMPO

Em uma primeira fase foi feita uma revisão bibliográfica sobre o tema que se pretendia abordar, bem como a identificação de algumas entidades de apoio das Associações de Triagem em RMPOA, quais sejam: CAMP, FARRGS, e DMLU, tendo já tomado conhecimento dos três, em função da minha atuação no projeto da Residência Solidária¹⁴. Sabia-se da existência de outras, os quais foram pesquisados e identificados posteriormente.

Os critérios adotados para a composição da amostra da pesquisa foram:

- 1 - Ter realizado no mínimo uma ação, no período entre junho de 2004 a junho de 2005;
- 2 - Existência de parceira ativa;
- 3 - Ter sido apontado pelo conjunto das Associações de Triagem no mínimo três vezes

As técnicas de levantamento de dados foram: análise documental, questionários aplicados sob forma de entrevista semi-estruturada, e observação participante. E ainda, fez-se o uso de dados do projeto de extensão da Residência Solidária. Foram utilizados dois modelos de questionário. O primeiro modelo, está inserido na pesquisa Inovações em Economia Solidária: potencialidades, desafios e limites¹⁵, aplicado no dirigente máximo de cada Associação de

¹⁴ O relato da Residência Solidária UFRGS, prevista na metodologia de Pesquisa do Projeto “Inovações em Economia Solidária: Potencialidades Desafios e Limites”, foi realizada na forma de pesquisa-ação, no período de junho a setembro de 2004,. A Residência Solidária é uma tecnologia que utiliza a pesquisa ação como estratégia de conhecimento da realidade (Carrion: 2005).

¹⁵ O projeto Inovações em Economia Solidária: Potencialidades Desafios e Limites, é coordenada pela Prof. Dra Rosinha Carrion, EA/PPGA/UFRGS. Centrou-se em dois conjuntos de empresas solidárias quais sejam: as Associações de Triagem, integrantes do GIRS, gerenciado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPOA), e as Cooperativas Autogestionárias de Metalurgia, apoiadas pelo Governo Federal, através do Programa de Complexos Cooperativos. O estudo da rede, está inserido na referida pesquisa. Entretanto, para os fins desse estudo, se fez uso dos dados das Associações de Triagem.

Triagem e que possibilitou a identificação das associações integrantes do sistema GIRS na RMPOA (Anexo 1). O segundo (Anexo 2), aplicado nas entidades de apoio identificadas como componentes da rede.

O segundo questionário foi aplicado a um membro da coordenação de cada entidade de apoio, com o intuito de dar conta das características e a natureza das interações entre o conjunto de atores que forma a rede de apoio das Associações de Triagem do setor de reciclo na RMPOA

Assim, através do questionário aplicado sob forma de entrevista semi-estruturada “o pesquisador buscou obter informes na fala dos atores sociais”, uma vez que, a entrevista é “uma conversa a dois com propósitos bem definidos” (...), através do qual se pode obter dados objetivos e subjetivos (MINAYO et al.1999, p. 57).

Triviños (1990, p.146) reforça que as entrevistas semi-estruturadas podem ser entendidas como uma forma, que se articula entre as estruturadas e as não-estruturadas. Permitem, “valorizar a presença do investigador, e oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”.

3.3 A DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Sobre a definição da amostragem, Deslandes (1999, p. 43) considera que “a pesquisa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade”. Neste sentido, o importante seria verificar os indivíduos que possuem vinculação relevante com o problema que o pesquisador está investigando. A autora considera que a amostragem apropriada deve possibilitar abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

Para tanto, a amostra desse estudo foi definida a partir da aplicação desses dois questionários acima referidos e em função dos dados do Projeto da Residência Solidária. Estabeleceu-se como critério para a seleção desses Atores ou Instituições, e conseqüentemente para a definição da amostra, o número de vezes (pelo menos 3) em resposta às perguntas “Quem foram os apoiadores na fase inicial” e “Informe no quadro abaixo as entidades que tem contribuído para essa Associação” do Questionário 1 (aplicado às Associações de Triagem).

Foram identificadas pelas Associações de Triagem, como “apoiadores”, na fase inicial: a CUT (7vezes); o Poder Público (SMIC) (8vezes); a Igreja (10vezes); a “Comunidade” (8 vezes) e o CAMP (5vezes). Já como “parceiras” na fase atual foram apontadas: o Departamento Municipal de Limpeza Urbana/DMLU (13 vezes), o Programa Coletivos de Trabalho da Secretaria Estadual de Trabalho, (atualmente, Programa Frentes Emergenciais de Trabalho) e o Fundo de Mini Projetos, referidos (3 vezes); a CUT (4 vezes) e o CAMP (7 vezes).

A presença da CUT se fazia sentir através da atuação da Agência de Desenvolvimento Solidário/ADS, para tanto, essa entidade passou a representá-la. Com relação à parceria com a “Igreja” ela envolvia tanto a Igreja Luterana, como a Igreja Católica e Marista. Entretanto, quanto à igreja católica, foi impossível identificar quem poderia ser entrevistado, uma vez que, cada associação reportava a igreja do seu bairro, o que dificultou na identificação, e por esse motivo foi desconsiderada. Quanto à igreja luterana foi entrevistada a Fundação Luterana de Diaconia (FDL), que tem tido uma participação importante no âmbito da reciclagem. Assim, foi inserida na amostra por duas razões. Primeiro, por ser a entidade escolhida pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR) para ser a executora dos seus convênios, segundo, por ter legalidade para representar a própria igreja. No entanto, vale ressaltar que não se desconsidera a importância do MNCMR e a sua atuação no RS, mas infelizmente, pela limitação do tempo para a coleta de dados e na impossibilidade de encontrar informantes disponíveis nesse período, optou-se pela representação da FLD.

Em relação à “Comunidade”, foi desconsiderada para análise da rede institucional na medida em que, aparece associada apenas à participação inicial, isto é, de constituição dos coletivos de trabalho, e ainda assim distribuída em uma pluralidade de apoios individualizados, tais como a cessão de terreno, apoio político, conscientização etc.

Para o estudo da rede de apoio das Associações de Triagem na RMPOA e em função da Residência Solidária foram incluídos mais dois atores não referidos pelas Associações de Triagem na categoria de “parceiros”, mas cuja atuação se revelou fundamental. São eles: o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis/MNCR, e a Federação das Associações de Reciclagem do Rio Grande do Sul/FARRGS.

A amostra dos atores institucionais da Rede do Reciclo ficou assim representada pela CUT; pela ONG CAMP; Igreja Marista (CESMAR), DMLU, SMIC, FMPSUL e Secretaria

Estadual de Trabalho, que responde pelo Programa Frentes Emergenciais de Trabalho, bem como pela FARRGS e MNCR (representado pela FLD), atores esses os quais apesar de não referidos diretamente pelas empresas pesquisadas estão presentes, como se pôde constatar ao longo do período em que foi desenvolvida a Residência Solidária, com presença marcante na dinâmica de sustentabilidade das Associações de Triagem.

Foram realizadas assim dez entrevistas semi-estruturadas, representando nove entidades¹⁶, com a duração de 30 a 45 minutos cada, tendo por base em um roteiro previamente elaborado. Dessas, nove seguiram o roteiro (com exceção da SMIC)¹⁷. Todas foram gravadas e transcritas pela pesquisadora, e posteriormente analisadas.

Gomes (1999, p. 68) compreende a análise de dados em um sentido amplo, com a interpretação do que foi visto no campo. O autor considera que "a análise e a interpretação estão contidas no mesmo movimento: o de olhar atentamente para os dados da pesquisa". Gomes salienta, ainda, que em pesquisas qualitativas, a análise muitas vezes já ocorre desde a própria coleta, ainda que mencionemos em um capítulo ou seção distintos.

Gomes (1999) cita Minayo (1992) ao afirmar que a análise de dados tem por finalidade: (1) estabelecer uma compreensão dos dados coletados; (2) confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas; (3) ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte. Assim foi feita uma análise descritiva, confrontada em alguns momentos, com as entrevistas e com o referencial teórico, no qual se baseou esse estudo.

3.4 DIFICULDADES ENCONTRADAS

Durante a fase das entrevistas deparou-se com inúmeras dificuldades em localizar alguns elementos da amostra, em parte pela mudança de governo estadual em Porto Alegre. Até 2004 o estado do Rio Grande do Sul foi governado pelo Partido Trabalhista e atualmente pelo Partido do

¹⁶ Foram aplicadas duas entrevistas ao DMLU (gestor antigo e gestor atual). Em função do período que decorreu a pesquisa e devido a mudança do governo conforme apontando adiante.

¹⁷ Com a mudança de governo, deixou de atuar na área da reciclagem (vide análise)

Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em função disso houve também mudanças nas secretarias, o que dificultou a identificação de algumas pessoas que trabalharam diretamente com as Associações de Triagem no governo anterior, as quais se pretendiam entrevistar.

Uma outra dificuldade também derivada da mudança do governo foi a reestruturação da ADS (atualmente sem representação em POA). É uma entidade que foi criada no governo anterior, juntamente com a CUT, para dar suporte ao setor da reciclagem, e que consta como um dos parceiros importantes do setor de reciclo no Estado do RS. Após inúmeras tentativas sem sucesso, foi à última entrevista a ser realizada. Por um longo período, as pessoas que trabalharam nessa entidade não demonstraram “receptividade” para responder o meu roteiro de pesquisa. Pelos motivos já expostos, houve também dificuldades em localizar que informantes da igreja católica entrevistar e a disponibilidade dos informantes do MNCMR, em função do tempo disponível para a coleta dos dados. Situações acima descritas muitas vezes inviabilizam o bom andamento da pesquisa, no entanto, a pesquisadora reconhece que fazem parte desse processo

Ainda que haja essas dificuldades, vale ressaltar que, a pesquisadora contou com o apoio significativo de um “informante” da ONG CAMP-Centro de Aperfeiçoamento Multiprofissional, que tem tido um papel significativo no âmbito da Economia Solidária, e principalmente com as Associações de Triagem na RMPOA. O apoio consistiu, sobretudo, na identificação dos informantes e dos contatos para o agendamento das entrevistas.

3.5 AS LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O fato de o estudo centrar-se em uma região específica, no caso a RMPOA representa uma limitação. Todavia dado que se propõe como objeto de estudo um fenômeno, qual seja a existência de redes que está presente no conjunto dos empreendimentos solidários no Brasil, e cujas características guardam relação direta com o desafio da sustentabilidade a elas colocada, deverá minimizar a limitação acima apontada.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS (GIRS)

O Departamento Municipal de Limpeza Urbana foi criado como autarquia em 15 de dezembro de 1975, a partir da Divisão de Limpeza Pública, vinculada à Secretaria de Obras e Viação, com o objetivo de otimizar a realização dos serviços da limpeza pública da cidade de Porto Alegre.

A partir de 1989, com o início da gestão do Governo Municipal do Partido dos Trabalhadores (PT), o DMLU começou a construção e consolidação de uma nova missão, transformando-se em um instrumento gestor das políticas públicas de saneamento na área dos resíduos sólidos. Implementou o GIRS, onde foram desenhadas novas diretrizes no manejo dos resíduos, com o objetivo de diminuir o impacto ambiental causado pelos mesmos. O DMLU passou a dispor de autonomia necessária para garantir o suporte administrativo e gerencial ao sucesso desse sistema.

Com a consolidação do GIRS, o DMLU¹⁸ vem elaborando e implantando vários projetos orientados para o tratamento diferenciado dos resíduos sólidos e a educação ambiental para a conscientização da população.

É nesse contexto, que em 1990, sob a tutela do DMLU, entra em funcionamento a primeira experiência de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos em Porto Alegre, num bairro da classe média alta da cidade, o Bairro Bom Fim. E em 1996, em outros bairros da cidade de Porto Alegre. (ANDERSON: 2005)

¹⁸ O Código Municipal de Limpeza Urbana, Lei Complementar nº 234/90, é o instrumento legal para disciplinar a relação da população face à geração de resíduos e definir as competências da autarquia.

Assim, a lógica da Economia Popular e Solidária, (que prega a valorização do trabalho, sobre o capital, a solidariedade e a gestão democrática) foi então, a escolhida pelo Poder Público Municipal de Porto Alegre, a partir de 1989, para a organização sob a forma de associações, dos indivíduos que trabalhavam, até então, de modo atomizado, na coleta e separação de resíduos sólidos.

Paralelamente, esses empreendimentos recebem apoio, não apenas do Poder público Municipal, mas também de universidades, ONGs, empresas privadas, aportando diferentes tipos de recursos, com um objetivo comum: consolidá-los.

Com a implantação do Orçamento Participativo que se traduziu num novo modo de gestão pública, e que propiciou à comunidade porto-alegrense discutir e apresentar diretamente suas propostas de investimentos à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, os investimentos em saneamento têm se constituído como prioridade, com destaque para a ampliação dos serviços de limpeza, coleta e tratamento de resíduos sólidos.

Sob a tutela do Poder Municipal são implantados galpões para a separação dos resíduos coletados pela PMPOA, os quais eufemisticamente seriam denominados de Unidades de Triagem (UTs). Essas Unidades de Triagem, são os locais onde os catadores se estabelecem em forma de associação para separar o material recebido da Coleta Seletiva, beneficiando-o, armazenando-o e, posteriormente comercializando (ANDERSSON: 2005).

São nessas UTs, ou galpões, como são vulgarmente conhecidas, que trabalhadores, organizados sob a forma de associações (Associações de Recicladores¹⁹), realizam a atividade de triagem, ou separação de resíduos sólidos, conforme a exigência do DMLU para destinar-lhes resíduos.

¹⁹ Denominação dos grupos de catadores que ocupam as UTs. As Associações de Catadores são estruturadas numa Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul (FARRGS). (CAMPANI E HUERGO: 2002, apud ANDERSSON:2005).

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE TRIAGEM NA RMPOA



Figura 2 - Unidade de Triagem

Fonte: Autora

Grande parte das “Unidades de Triagem” é edificada em forma de galpões. É nesses galpões que trabalhadores, organizados sob a forma de associações, exercem as suas atividades e retiram seus sustentos.

As Associações de Triagem são constituídas na sua maioria, por mulheres com baixa escolaridade, normalmente chefes de família, com dois ou mais filhos, concentrando, em muitos casos, membros de uma mesma família²⁰. A presença de membros de uma mesma família nas iniciativas solidárias no Rio Grande do Sul foi identificada por Icaza (2004) em seus estudos.

Apesar da baixa escolaridade encontrada nos grupos de economia solidária, o investimento em educação não é prioridade dos empreendimentos nem dos órgãos apoiadores, (ICAZA: 2004).

As mulheres são as responsáveis pelo trabalho nos galpões. “Os homens quando existem, trabalham no processo de prensagem e no deslocamento dos fardos, que exigem maior força física” (CARRION e LOPES: 2004).

A composição das associações, na maior parte das vezes, é formada por “catadores na condição de ex-moradores de rua” (CARRION e LOPES: 2004). É comum existir parte da área do galpão utilizada como moradia.

²⁰ Dados da Residência Solidária

Conforme Carrion e Lopes (2004), as condições de trabalho são bastante precárias. “O uso de luvas mesmo se tratando de triagem de resíduos sólidos hospitalares não é uma prática em Porto Alegre”.

De acordo com a experiência de campo realizada como residente solidária, existe uma parceria com a Prefeitura Municipal com quase todos os galpões da Cidade. A responsabilidade do poder público, por intermédio do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), é de fornecer cada um dos empreendimentos certa quantidade de matéria prima. Contudo, a quantidade e a qualidade da “matéria prima” dependem do relacionamento que os representantes dos galpões possuem com os responsáveis pelo DMLU. Esta constatação também corrobora os estudos de Carrion e Lopes (2004).

Muitas se queixam da falta de matéria prima para realização do seu trabalho, embora seja da responsabilidade do DMLU fornecê-la às Associações de Triagem conveniadas.

Na tentativa de resolver o problema, as Associações de Triagem adotam várias estratégias: quais sejam: aquisição dos resíduos de carrinheiros e carroceiros autônomos, tentativa de “parcerias”, dependência de doações sistemáticas de empresas privadas e órgãos públicos, ou a ida dos catadores associados, diretamente às ruas. (CARRION e LOPES: 2004)

De acordo com dados (CARRION e LOPES: 2004) são produzidas 300 toneladas de resíduos recicláveis diariamente pela população de Porto Alegre, apenas 60 toneladas são coletadas através do Sistema de Coleta Seletiva, e encaminhadas as UTs conveniadas com o DMLU.

Enquadradas nas políticas públicas do Poder Público Municipal, as Associações de Triagem recebem apoio não apenas desse órgão, como também de universidades, ONGs e empresas privadas. Todavia enfrentam inúmeros problemas, entre os quais: de recursos financeiros, qualificação, baixa escolaridade, questões de poder, entre outros.

4.3 APRESENTAÇÃO DAS ENTIDADES DE APOIO

É importante fazer uma breve apresentação das entidades que compõe a rede de apoio das Associações de Triagem do setor de reciclo na RMPOA e que foram tomadas como amostra para a análise da existência dessa rede (ver quadro 4). Desta forma, a amostra totaliza nove entidades, sendo a escolha destas, feita de acordo com o número de indicações que receberam (mínimo de 3), enquanto apoiadoras e parceiras, por parte das Associações de Triagem entrevistadas, com exceções das entidades C2 (FARRGS) e C6 (FLD), e ainda, de acordo com os dados da Residência Solidária.

CÓDIGO	SIGLA	ENTIDADE	NATUREZA
C1	CAMP	Centro de Aperfeiçoamento Multiprofissional	ONG
C2	FARRGS	Federação das Associações de reciclagem no Rio Grande do Sul	ONG
C3, C8	DMLU	Departamento Municipal da Limpeza Urbana	Poder Público
C4	FMPSUL	Fundo de Mini Projetos da Região Sul	Grupo de ONGs
C5	CESMAR	Centro Social Marista	Religiosa
C6	FLD	Fundação Luterana Diaconia	Religiosa
C7	PFET	Programa Frentes Emergenciais de Trabalho	Programa governamental
C9	SMIC	Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio.	Poder Público
C10	ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário	Origem Sindical

Quadro 4 - Apresentação das entidades de apoio do setor do reciclo na RMPOA

Assim, do universo dessas nove entidades entrevistadas, aqui identificadas por C1, C2, C3²¹ C4, C5, C6, C7, C9, C10, três são entidades públicas pertencentes aos governos municipal e estadual, três são ONGs, duas são de origem religiosa, e uma de origem sindical. São elas: o DMLU/ DSR - Departamento Municipal de Limpeza Urbana, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - Divisão de Projetos Sociais e Reaproveitamento e Reciclagem (do qual são tomados dois informantes: um representando o governo municipal atual e um representando o governo municipal anterior); a SMIC - Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio - Departamento de Supervisão da Economia Solidária da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (no qual não foi utilizado o roteiro da entrevista); o PFET - Programa Frentes Emergenciais de Trabalho, da Secretaria Estadual do Trabalho Cidadania e Assistência Social - Divisão de Geração de Emprego e Renda; a Ong CAMP – Centro de Aperfeiçoamento Multiprofissional; o FMPSUL - Fundo Mini Projeto da Região Sul (grupo de ONGs), a FARRGS - Federação das Associações de Triagem do Rio Grande do Sul; a FLD - Fundação Luterana de Diaconia; o CESMAR - Centro Social Marista, e a ADS/CUT- Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única de Trabalhadores.

4.3.1 CAMP- Centro de Aperfeiçoamento Multiprofissional

O CAMP foi fundado em 27 de março de 1983, por um grupo de jovens religiosos, sindicalistas e ativistas dos movimentos sociais, rural e urbano. Desde a sua fundação organiza trabalhadores urbanos e rurais, auxilia na qualificação das suas lutas e capacita lideranças e dirigentes.

Tem por objetivo construir uma sociedade civil ativa, que construa sua cidadania por meio de organizações autônomas e democráticas. Seu trabalho busca assegurar às classes populares o poder de governarem seu destino em um Estado democrático, com participação e controle popular. A sua prática busca qualidade de vida para o povo brasileiro, distribuição da renda e do poder e a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

²¹ C3 e C8 representam à mesma entidade (o DMLU)

Ao longo da sua existência já assessorou mais de 100 mil trabalhadores²² urbanos e rurais. Participou da criação da Central Única de Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), da Central de Movimentos Populares (CMP) e da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong). Esteve presente também na formação de lideranças dos movimentos sociais, das pastorais populares e na organização autônoma de base dos trabalhadores do campo e da cidade.

Atualmente se define como uma ONG, que a partir de 2000 voltou a sua atuação também para os chamados grupos de EPS. No entanto, segundo o Entrevistado¹, essa designação de ONG, é uma designação recente.

(...) essa designação ONG, é uma coisa mais recente, nos últimos 10, 15 anos. O CAMP se constitui enquanto centro de educação popular, a conscientização política, a organização social para a mudança do modelo. Isso que estava na sua origem. Hoje “temos essa mesma visão, mas trabalhamos mais para construir um projeto de desenvolvimento alternativo”. (CAMP)

O CAMP tem tido uma importante atuação no campo da EPS, mais precisamente na área da reciclagem. Suas ações têm sido no âmbito da formação e acompanhamento das Associações de Triagem na RMPOA. Esse apoio é feito diretamente através da FARRGS. Participa da administração e da gestão do FMPSUL, e foi a entidade contratada, pelo governo estadual para fazer a capacitação das Frentes Emergenciais de Trabalho.

4.3.2 FARRGS - Federação das Associações de Triagem do Rio Grande do Sul.

A FARRGS é uma instância de representação das Associações de Triagem no RS. Nesse estado as associações tramitam entre dois atores, a FARRGS e o MNCMR, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Essas associações se vinculam a uma ou outra entidade.

Ainda que na origem o MNCMR estivesse articulado à FARRGS, existe essa divisão entre as Associações de Triagem, motivado por problemas de disputa por liderança entre as duas entidades.

²² Disponível em: www.camp.org.br

Atualmente, a FARRGS conta com 39 Associações de Triagem filiadas em todo o Estado RS, entre os quais 13 associações sediadas na Região Metropolitana de Porto Alegre, e que fazem parte da Coleta Seletiva.

O objetivo da Federação, para além de representar as associações, é apoiar e estimular à formação, o intercâmbio, a comunicação, e a articulação entre elas.

4.3.3 DMLU - Departamento Municipal de Limpeza Urbana

O Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) é responsável pela Coleta Seletiva do lixo urbano, em Porto Alegre. Visando melhor desempenhar a realização dos serviços de limpeza pública da cidade de Porto Alegre, o DMLU foi criado como autarquia pela Lei nº 4080, de 15 de dezembro de 1975²³, a partir da Divisão de Limpeza Pública, vinculada à Secretaria de Obras e Viação.

No início da década de 90, o DMLU adotou o Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (GIRS), onde são estabelecidas novas diretrizes no manejo dos resíduos, com o objetivo de diminuir o impacto ambiental causado pelos mesmos, isto é, ganha o status de autarquia, a fim de dispor de autonomia necessária para garantir o suporte administrativo e gerencial para o sucesso desse sistema.

A partir da consolidação do GIRS, o DMLU vem elaborando e implantando vários projetos orientados para a coleta, o tratamento e a destinação diferenciados dos resíduos sólidos e, também, ações de educação ambiental para sensibilizar a população sobre a importância do tema.

O Código Municipal de Limpeza Urbana, Lei Complementar nº 234/90, é o instrumento legal que define as competências da Autarquia e disciplina a relação da população face à geração de resíduos.

²³ Disponível em: www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/

Em POA, existem 14 associações conveniadas com a PMPOA, pertencentes ao GIRS, que recebem resíduos sólidos da Coleta Seletiva. Muitas delas funcionam em prédios que foram construídos com recursos públicos e em terrenos do município.

Vale ressaltar que um dos critérios utilizados para a definição da amostra foi o fato da entidade ter realizado no mínimo uma ação no setor da reciclagem, no período entre junho de 2004 a junho de 2005. No entanto, durante esse período houve mudança de governo em Porto Alegre e conseqüentemente mudanças nesse departamento. Motivo este que levou a pesquisadora a fazer duas entrevistas com essa entidade. A primeira foi feita com Diretor da Divisão de Projetos Sociais e Reaproveitamento e Reciclagem, que exerce a função desde Fevereiro de 2005, e a segunda foi feita com o antigo Diretor de Projetos Sociais do DMLU, que desempenhou a função no período compreendido entre junho de 2003 a Dezembro de 2004. Assim por mera questão de identificação optou-se por referenciar o primeiro entrevistado DMLU (gestor público atual), e o segundo DMLU (gestor público antigo).

4.3.4 FMPSUL – Fundo de Mini Projetos da Região Sul

O FMPSUL surgiu em 1992, por iniciativa de algumas agências de cooperação internacional quais sejam: Christian Aid, da Inglaterra, Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) e a Solidariedade ambas da Holanda, Pão para o Mundo, da Alemanha, e ONGs do Rio Grande do Sul.

Em 1994, a atuação se expandiu para os outros dois estados do sul, Paraná e Santa Catarina, passando a operar através de um sistema de gestão em rede. Essa gestão é democraticamente partilhada por entidades da Sociedade Civil.

No Brasil, o conselho do Fundo é formado pelo Centro de Educação Popular (Camp), Associação de Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER); Ação Social Arquidiocesana (ASA), Associação de Estudos e Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR), e o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA). Também integram o conselho, o Movimento Nacional de Luta pela

Moradia, o Movimento Nacional dos Catadores e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e além das seguintes organizações parceiras: ADS/CUT, CUT/SC, Avesol, MPA, IEEP, MNLM, CEAP, MAB, Fetraf/Sul, MRI, CEPO, MNCMR, MTD, CNBB, e o Fórum Metropolitano e Conselho Estadual de Economia Solidária.

Nesses três estados o FMPSUL já apoiou mais de 700 pequenos projetos²⁴. Através da interação entre as dimensões educativa, política e econômica promove experiências populares sintonizadas com a construção de projetos alternativos de desenvolvimento.

Esse fundo apóia financeiramente grupos solidários, atuando na área da geração de renda, em projetos de formação, projetos culturais e agro-ecologia. No caso das Associações de Triagem, na maioria das vezes, esse financiamento é para a compra de equipamento.

Atualmente, o FMPSUL está na campanha para firmar novas parcerias com entidades públicas ou privadas do Brasil, ou do exterior, também comprometidas com o enfrentamento do desemprego e da exclusão social, tendo como desafio a construção de um país mais justo e solidário.

4.3.5 CESMAR - Centro Social Marista

A Congregação Marista está presente em cinco continentes e em 77 países em trabalhos com foco em educação e solidariedade, mantêm colégios, obras sociais, hospitais e universidades. No Brasil, os Irmãos Maristas estão divididos, em unidades denominadas Províncias. Atualmente são em número de três: Província Marista Brasil - Norte, Província Marista Brasil Centro-Sul e Província Marista do Rio Grande do Sul.

A Província Marista do Rio Grande do Sul foi criada em 21 de julho de 2002. A ela estão ligadas as três mantenedoras de colégios e obras sociais:

- Sociedade Meridional de Educação (SOME)
- União Brasileira de Educação e Assistência (UBEA)

²⁴ Dados obtidos de documentos do FMPSUL cedidos à pesquisadora

- União Sul Brasileira de Educação e Ensino (USBEE)

As três unidades administrativas são responsáveis por uma rede de educação composta por 22 escolas. Na assistência social, a Rede Marista de Solidariedade reúne 28 obras localizadas em diversas cidades gaúchas. São 30 mil pessoas atendidas gratuitamente, a cada ano, nas áreas sócio-educativas, educação e assistência à saúde.

É nesse contexto que se insere a CESMAR, um centro social marista que tem por objetivo “atender aos vulneráveis”, (entrevistado5). Dedicar-se a atender crianças, adolescentes, jovens e adultos, através de diversos cursos e oficinas. Funciona em três turnos e no horário inverso à escola. Apóia as entidades da comunidade onde se insere (zona Norte de POA, entre 4 vilas).

Há quase uma década que vem apoiando duas Associações de Triagem e incubou duas cooperativas. Para breve tem em vista a incubação de mais alguns grupos (ENTREVISTADO 5).

4.3.6 FLD – Fundação Luterana de Diaconia

A FLD é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). É definida como uma organização da sociedade civil de interesse público que se propõe prestar serviços à sociedade, sem discriminação de raça, sexo, ou credo religioso.

Tem por missão apoiar e acompanhar programas e projetos de grupos organizados da sociedade civil, que promovam qualidade de vida, cidadania e justiça social. Além do apoio direto a projetos com recursos financeiros, atua nas áreas de formação, no âmbito da capacitação e treinamento de lideranças comunitárias, planejamento estratégico, viabilidade econômica de iniciativas comunitárias de geração de renda e na elaboração de projetos para o desenvolvimento.

A sua atuação prioriza as seguintes áreas: geração de emprego e renda; educação popular; ecologia e meio ambiente; agricultura e agro ecologia; e saúde comunitária.

O apoio da FLD às Associações de Triagem começou a partir de um apoio para a construção de um galpão de reciclagem na região de inter-bairros. Seguidamente, houve apoios pontuais, a nível nacional para galpões de recicladores (entrevistada 6).

Ainda que não atende ao critério que foi inicialmente estabelecido para a composição da amostra, a FLD tem tido uma atuação importante junto ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR). No ano de 2003 a pedido desse movimento, assinou um convênio com a Petrobrás, na qualidade de entidade executora, cujo objetivo é o fortalecimento da cadeia produtiva dos catadores. Esse convênio consiste em financiar equipamentos para alguns galpões relacionados ao movimento e a capacitação em áreas de gerenciamento, separação do lixo, e a construção de uma cadeia de comercialização dentro do movimento.

A Fundação assinou ainda um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social, junto com o MNCMR, como entidade responsável pelo processo de capacitação do Movimento dos Catadores dos três estados do sul.

A estratégia da FLD em relação aos catadores consiste na identificação do MNCMR como um movimento fundamental, como um ator central.

O papel da fundação em relação a esse movimento é de facilitador de discussões, oportunizando momentos de planejamento em conjunto. A gente realiza um diagnóstico de todo o RS, das necessidades que tem de capacidade em cada um dos galpões, quantas pessoas envolve, inclusive para depois mapear junto com os catadores para onde que vão determinados materiais para que eles possam estar fortalecendo esses locais e ao mesmo tempo poder fazer a rede de comercialização. Esse é um pouco o nosso trabalho, é mais identificar junto do MNCMR. Aqui no sul tu tens a Federação e tem o movimento. Nós trabalhamos mis com o movimento. Identificando as bandeiras e as estratégias que o Movimento. Já elaborou como sendo as estratégias e as bandeiras fundamentais. Então eles são os protagonistas e o nosso papel é fortalecer os protagonistas e não substituir o trabalho e a militância deles. (ENTREVISTADA 6)

4.3.7 PFET – Programa Frentes Emergenciais de Trabalho

O PFET é um programa criado pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul em exercício desde 2003, no exercício de acordo com a Lei 11.628, de 14 de maio de 2001.

Segundo o entrevistado 1 “o PFET foi um programa do governo estadual que foi pleiteado pelo MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados”. Esse programa tem por objetivo

oportunizar trabalho e renda em caráter emergencial a trabalhadores desempregados, particularmente aqueles atingidos por calamidades públicas, quais sejam elas declaradas por grandes quebras na safra agrícola, longos períodos de estiagens e ou inundações, bem como grupos que se encontram em situação de fragilidade frente uma atividade econômica precária, caracterizando a comunidade em que vivem como de alto grau de vulnerabilidade social.

Conforme consta do Caderno Metodológico²⁵ do Programa Frentes Emergenciais de Trabalho:

O Programa Frentes Emergenciais de Trabalho produz uma articulação estratégica entre dois eixos - o emergencial e o auto-sustentável, que podem trazer benefícios imediatos nas condições de vida dos trabalhadores e de suas comunidades, apoiando o desenvolvimento de iniciativas auto-sustentáveis de geração de trabalho e renda, através de ações de qualificação profissional, de alcance a médio e longo prazo.

A dimensão emergencial visa minimizar os efeitos da exclusão a que os trabalhadores e suas famílias estão submetidos, especialmente aqueles relacionados às necessidades básicas e às condições precárias do meio em que vivem, como problemas de infraestrutura, equipamentos sociais, além de outros que, pelo critério “qualidade de vida”, contribuem para identificá-los como núcleos urbanos em situação de vulnerabilidade social. A dimensão de trabalho auto-sustentável, centrada em ações de caráter cooperativo, visa a alterar as condições adversas relacionadas ao perfil ocupacional dos trabalhadores envolvidos, bem como a enfrentar os obstáculos a sua adequada inserção produtiva.

O programa apresenta como diretrizes: o estímulo à participação social, a promoção da qualidade de vida; a integração com demais ações públicas; e a viabilização da reinserção produtiva. Conta com recursos do Orçamento do Estado. Não obstante, as organizações proponentes estão comprometidas a contribuir ou articularem recursos complementares, seja, financeiros, humanos, técnicos, ou relacionados a equipamentos, instrumentos de trabalho, etc.

A primeira edição do PEFT contemplou mais ou menos 600 vagas em todo o estado do RS. Esses grupos de trabalhadores foram divididos em diferentes áreas: agricultura, confecção, artesanato e reciclagem. A capacitação das Frentes Emergenciais de Trabalho ficou a cargo do CAMP, entidade contratada pelo governo estadual para executar essa atividade.

Atualmente, por reivindicação do MTD, “o PFET beneficia duas Associações de Triagem em Porto Alegre” (ENTREVISTADA 7), e já beneficiou mais de 2000 pessoas em todo o estado.

²⁵ Disponível em: www.stcas.rs.gov.br

4.3.8 SMIC – Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio.

A Secretaria Municipal da Produção, Indústria, e Comércio foi criada em 17 de julho de 1956 com o nome de Secretaria Municipal da Produção e do Abastecimento. Em 03 de dezembro de 1975, pela Lei nº 4.062, recebeu o atual nome, com competência para atuar nas áreas de desenvolvimento agropecuário, industrial e comercial. Cabe-lhe incentivar a produção agropecuária do município, controlar e fiscalizar entrepostos, mercados e feiras livres, licenciar e controlar o comércio, e aplicar a parte do código de posturas de Porto Alegre relacionada à sua área de competência²⁶.

A Secretaria abrange as áreas de desenvolvimento dos projetos de qualificação, geração de renda e empregos. Atua também em projetos e ações referentes às políticas de Segurança e Abastecimento Alimentar, voltadas ao desenvolvimento rural de Porto Alegre, e desenvolve projetos que contribuem para formação e consolidação no mercado de empresas de base tecnológica, bem como a qualificação técnica e gerencial dos empreendedores.

A sua missão consiste em “articular e induzir os agentes econômicos e sociais no Município, na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável, com base nos princípios da cooperação, solidariedade e ética, para promover a inclusão e a justiça social” (SMIC: 2005). Suas políticas e ações têm por finalidade o combate à miséria absoluta e à reinserção social.

Durante a governação do Partido Trabalhista à frente da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a SMIC era composta por duas Divisões, de Licenciamento e Fiscalização e três Supervisões, a de Abastecimento, de Apoio a Empreendimentos, e de Desenvolvimento Tecnológico.

Ao longo desse período, a SMIC teve um papel importante na formulação de políticas para a Coleta Seletiva junto ao DMLU não apenas na fiscalização, mas também no sentido de “promover políticas que possibilitassem programas para a manutenção das UTs, bem como a aquisição de novos equipamentos” (ANDERSSON:2005).

²⁶ Disponível em www.portoalegre.rs.gov.br

Conforme aponta Andersson (2005), o DMLU atuava na rede de reciclagem em Porto Alegre como um operacionalizador de políticas públicas que são formuladas pela SMIC, na medida em que, todos os projetos envolvidos com as UTs são fiscalizados pelo DMLU, assim como a contratação de obras e equipamentos. No entanto, a dotação orçamentária é proveniente da SMIC.

Havia uma série de ações desenvolvidas pelo Poder Público, (DMLU, e SMIC) em prol do Setor da Reciclagem (ANDERSSON: 2005). Com a mudança do governo no poder no estado do RS, houve alterações na sua estrutura. Ações que antes eram desenvolvidas pela SMIC, algumas passaram a fazer parte de outros programas e outras deixaram de existir. Conforme aponta o entrevistado 9.

Atualmente o governo se estrutura em **três eixos**: eixo ambiental, eixo social; eixo econômico. **Eixo ambiental** envolve: todas as secretarias, departamentos, empresas que lidam com as questões do meio ambiente, planejamento urbano, transporte, obras viação, esgoto, saneamento, limpeza urbana e circulação.

O Eixo social é composto pelas áreas que atende os serviços sociais da cidade, como direitos humanos, segurança, cultura, desporto e lazer, educação, juventude, saúde e assistência social. **O Eixo econômico** atua os setores com foco no desenvolvimento econômico do município.

Diferentemente do governo anterior, a PMPOA, atualmente, está baseada em programas, não mais estruturado em secretarias com seus respectivos programas. Para dar sentido a essa constatação, o entrevistado 9, confirma que “o novo projeto do Governo não funciona mais por secretarias, mas por programas e as secretarias têm ações dentro dos programas”, e que hoje existem 21 programas.

As mudanças aconteceram tanto no âmbito da estrutura das secretarias, como no âmbito do financiamento das ações. O entrevistado 9, confirma a hipótese, afirmando que, “antigamente as verbas eram liberadas pelas secretarias, e hoje é feito pelos programas. E cada ação depois vai ter o seu percentual de quanto daquela ação vai ser do DMLU, da SMIC, etc, para podermos ter uma idéia de cada ação”

Existe um gerente, ou seja, um funcionário público que gerencia cada programa. É um novo programa da PMPOA em andamento e está sendo feita gradativamente, por etapas. Primeiro se fez o cadastramento dos gerentes, depois os gerentes das ações, e por último o cadastramento

dos núcleos. Cada secretaria tem um núcleo formado para desenvolver essas ações. Um programa pode estar ligado a muitas secretarias.

Nessa nova estrutura do governo, a SMIC nega qualquer envolvimento com as Associações de Triagem, conforme defende o entrevistado 9 “quem trabalha com a reciclagem atualmente, é o DMLU”. A SMIC, isto é o departamento da supervisão da ES, tem envolvimento em termos de funcionalidade, parceria e fiscalização, mas os projetos são todos desenvolvidos pelo DMLU. O entrevistado 9 aponta ainda que, o Secretário da SMIC é contra a reciclagem, alegando a não existência de mais lixo na cidade.

O Projeto Reciclar desenvolvido pela SMIC e que envolvia ações como: a Usina de Material Plástico; o Projeto Modernização das Unidades de Triagem, a Central de Comercialização de Materiais Recicláveis, (ANDERSSON: 2005), deixaram de existir. Segundo alega o mesmo entrevistado:

O Projeto Reciclar especificamente não existe mais. Os programas até eles continuem, mas a Unidade de Triagem do DMLU que praticamente pegou (...), o Projeto Papel Social, é uma ação dentro do programa e que agora está acontecendo, mas dentro do Programa Porto Alegre Mulher. Essa Central de comercialização a SMIC não tem mais, o Projeto de Modernização das UTs, essas UTs é o que o DMLU está fazendo. O PIEC também está sendo criado uma Unidade de triagem, mas está dentro de um outro programa.

Nesse novo contexto, as ações voltadas para a ES da SMIC estão inseridas dentro do Programa Porto da Inclusão, mas que ainda está sendo desenvolvida. No entanto, existem algumas ações da ES com os grupos de geração de renda que envolvem o artesanato e a alimentação. Faz parte dessas ações às feiras municipais, lojas no mercado municipal, no Bom Fim, a loja Etiqueta Popular no Shopping Total. A SMIC pretende fazer um novo decreto normalizando o funcionamento dessa loja e desses grupos que trabalham nesse espaço. (ENTREVISTADO 9).

Para o Departamento de Supervisão da Economia Solidária da SMIC, esse departamento ajuda a funcionar a ES, “a idéia é não dar nada a essas pessoas e grupos, mas sim, fazer com que eles fazem as coisas, porque estavam acostumados a receber tudo” (ENTREVISTADO 9).

O mesmo entrevistado justifica ainda a pouca importância atribuída recentemente à reciclagem, afirmando que:

Hoje tem várias empresas que estão querendo comprar o lixo da cidade e eles mesmos fazem todo o tipo de reciclagem. Acho muito difícil esse negócio da reciclagem hoje, porque o que acontece hoje com a reciclagem. Onde vem o grande lixo? Vem das indústrias. E elas começaram a ver que lixo é dinheiro, então a própria indústria, só coloca fora o que não presta.

Hoje os fornecedores dos supermercados já descarregam, tem acordos com eles, para descarregar e levarem as caixas de papelão. Tudo é dinheiro. A empresa troca, aquele lixo entra e os caras pagam metade dos funcionários, ou às vezes um setor só com o dinheiro do lixo. Fazem festas de funcionários só com o dinheiro do lixo.

O que acontece hoje passa esses catadores na rua e simplesmente quando o DMLU vai para recolher e entregar as Associações de Triagem, já não tem nada. Então não tem como, a tendência é não ter mais lixo para o DMLU.

O cenário atual da relação entre o poder público e as UTs leva-nos a contatar, que a mudança de governo em Porto Alegre, representa um retrocesso em relação às ações que estavam sendo desenvolvidas anteriormente pela PMPOA, no âmbito da reciclagem. A desarticulação do Fórum das UTs, espaço onde se reunia e discutia questões relativas às Associações de Triagem, quais sejam: a política do DMLU, a relação produtiva, a questão da comercialização, podem ser citadas como exemplo desse retrocesso.

Esse fato foi identificado por uma das entidades de apoio da rede da reciclagem na RMPOA, como sendo um fator que gera competição entre as Associações de Triagem, na medida em que,

Quem tem mais poder de negociação, de barganha junto ao DMLU consegue mais cargas, e os que não tem muita capacidade de negociação, tem que estar telefonando, correndo atrás, solicitando e nem sempre são atendidos. A rede representada por esse fórum está em crise, digamos assim. (CAMP)

Constata-se ainda que, o gestor público em Porto Alegre, exerce um importante poder sobre a rede das UTs. Ela existia enquanto houvesse vontade política ideológica na aposta desse tipo de organização, a partir do momento que desinteressou à nova administração, ela tende a enfraquecer.

Frente a esse cenário, é necessário ressaltar que é importante que a rede ou qualquer forma de organização seja autônoma em relação ao poder público e seja convocada pela sociedade civil, na medida em que, pode ficar a mercê de mudança política ideológica da administração, provocando o seu enfraquecimento.

Embora, a SMIC apareça como um dos integrantes da amostra, o roteiro da entrevista utilizado para as outras entidades de apoio do setor do reciclo não foi aplicado a essa entidade, uma vez que, não possui mais envolvimento na área da reciclagem conforme descrito anteriormente. Para tanto, não foi tratada de igual modo durante a análise, consta como dado da pesquisa.

4.3.9 ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário

A ADS é uma agência de fomento que foi criada em 1999 pela CUT - Central Única dos Trabalhadores juntamente com a Unitrabalho, a DIEESE, a FASE e outras organizações da sociedade. Entre os seus objetivos se destacam: fomentar os valores da solidariedade na sociedade, facilitar e ampliar o acesso dos trabalhadores ao crédito, proporcionar a formação de agentes na construção da economia solidária e a formação profissional voltada para a ampliação da autonomia e da capacidade de gestão, apoiar a criação e a viabilização (incubação) de empreendimentos solidários, organizar redes de economia solidária articuladas a estratégias de desenvolvimento sustentável, incentivar organizações de representação dos empreendimentos solidários e autogestionários em âmbito local, regional, estadual e nacional.

A ADS constitui uma nova fase para os trabalhadores, a busca de novos referenciais de geração de trabalho e renda e de alternativas de desenvolvimento. Vem consolidando suas ações na promoção da economia solidária e no desenvolvimento sustentável para o fortalecimento e constituição de cooperativas e de empreendimentos coletivos solidários como um meio de gerar trabalho e renda para os trabalhadores que buscam formas alternativas de inserção social.

Tem por missão promover a constituição, fortalecimento e articulação de empreendimentos autogestionários, buscando a geração de trabalho e renda, através da organização econômica, social e política dos trabalhadores, inseridos num processo de desenvolvimento sustentável e solidário visando contribuir para a construção de uma sociedade democrática, organizada de forma solidária e participativa, voltada para satisfazer as condições

de vida, considerando seus aspectos sociais, ambientais, políticos, sindicais, culturais e econômicos.

A ADS apresenta como eixos estratégicos, os complexos cooperativos e a comunidade²⁷. Aparece como uma importante parceira das Associações de Triagem na RMPOA. Em parceria com ao CAMP elaboraram projetos de formação, prestando assessoria á FARRGS no sentido de se afirmar enquanto entidade de representação das associações e participou junto ao poder público de algumas negociações no âmbito da reciclagem. No entanto, desde abril de 2005 está em processo de reestruturação.

Conforme confirma a entrevistada 10 “a ADS continua existindo, mas para que ela tenha equipes, ela depende de projetos embora esteja com um pouco de dificuldades”. Recentemente, firmou convênio com o MEC no qual foram priorizados os setores da reciclagem e do artesanato.

Com essa nova reestruturação, pretende retomar com uma equipe a ser formada para trabalhar nesses setores. Vai ter quatro escritórios regionais. Na região sul estará sediada em Santa Catarina.

4.4 O CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O debate conceitual sobre a Economia Solidária, se tornou necessário para a compreensão do papel desses atores na rede. Assim, ao analisar a concepção do que seja a Economia Solidária para as entidades de apoio das Associações de Triagem do setor do reciclo na RMPOA, obtiveram-se uma multiplicidade de respostas. Prevalece entretanto, a idéia de que a Economia Solidária é uma forma alternativa de organizar a economia, de superar a questão do desemprego numa lógica diferenciada da do modelo existente, pressupondo alguns princípios, quais sejam: a solidariedade, a auto-gestão, a distribuição equitativa dos resultados, participação, democracia.

²⁷ Complexos Cooperativos é o conjunto de empreendimentos com a afinidade setorial e territorial. Eles se organizam na perspectiva de, coletivamente, construir alternativas de superação de seus problemas e dificuldades e, de forma articulada com outros atores sociais, intervirem no desenvolvimento local e na luta por políticas públicas para a economia solidária. Comunidade - desenvolver ações na perspectiva de articular as organizações e entidades locais, visando à elaboração e gestão participativa de projetos de desenvolvimento da localidade, micro-região ou setor econômico, apoiando a criação de grupos de gestão local, como espaços de intervenção comunitária.

As respostas podem ser separadas em quatro grupos (ver quadro5). O primeiro deles é representado pela interpretação de que, a economia solidária é uma forma alternativa ao modelo vigente, com a existência de uma preocupação maior nas pessoas, e não no lucro, como mostram as seguintes entrevistas:

É uma economia que consegue se organizar de forma, paralela ao próprio mercado. Consegue se organizar não entrando naquela máquina de exploração, que o mercado usa. Ou seja, uma economia de subsistência, é um novo modelo. (CESMAR)

No meu entender é o desenvolvimento de relações econômicas, operação dentro do mundo da economia, numa forma alternativa ao sistema empresarial e capitalista, desenvolvendo entre os agentes econômicos, relações de solidariedade que visam o funcionamento do ponto de vista econômico, mas não essencialmente a busca do lucro, mas sim evolução geral dentro de laços de solidariedade e não competição. (DMLU-gestor público antigo)

O segundo grupo entende que a economia solidária envolve várias coisas, entre os quais, entendida como uma forma de geração de renda e trabalho:

Uma nova forma de se organizar financeiramente. Seriam vários aspectos, uma nova forma de se organizar a população mais carente para enfrentar o desemprego. Uma nova forma que se vê que está surgindo, que está se organizando, da população mais empobrecida de enfrentar o desemprego e a partir das potencialidades de cada pessoa, o que ela sabe fazer, da organização em grupos das comunidades para que elas possam enfrentar o mercado que exclui a grande maioria da população. (FMPSUL)

A ES seria a parceria entre a comunidade, ou alguma forma de geração de renda, em que as pessoas desenvolvem algum trabalho solidário ou cooperativado e que isso agrega uma renda para a sua subsistência. (DMLU - gestor público atual)

O terceiro grupo entende a economia solidária como um conceito que envolve várias visões e campos, no entanto, não é vista como um novo paradigma, nem se tem uma visão utópica de que vai substituir o modelo capitalista.

Tem vários campos. A economia solidária não é o novo paradigma econômico. Acho que têm grupos de iniciativas voluntárias, que procuram se organizarem em rede, dentro duma lógica que busca algumas coisas. Uma é sobrevivência a outra é combater, lutar contra uma lógica de mercado que ela é fechada e é buscar toda uma outra rede de sistema de troca entre os grupos. É uma nova forma, com empreendimentos que têm uma outra estrutura de produção. Que não é uma estrutura com uma lógica capitalista, do lucro. (FLD)

Tem muitas visões sobre a ES, mas em grosso modo é uma tentativa, uma forma de organizar a economia de uma forma alternativa ao modelo vigente, com base na

participação das pessoas, na autogestão, na distribuição dos resultados, na preocupação ambiental. (CAMP)

ES pressupõe a questão dos trabalhadores estarem organizados para fazer a gestão da sua forma, do seu trabalho e isso implica uma série de outras coisas. A questão do serem sujeitos do seu negócio, a questão da democracia, dos recursos, de não estar sendo explorados, de ter uma democracia econômica, não é igual para todos, é a questão da equidade mesmo. Mas que isso não é só para dentro do empreendimento, depende duma questão de valores mesmo para a sociedade, (...) o sentido de não adianta estar fazendo ES no teu empreendimento e no resto tomar coca-cola e comer salgadinho e jogar lixo no chão. Há um série de outras coisas que vem junto, pensando na sustentabilidade do planeta, no respeito, na relação com os outros que são iguais. (ADS)

Finalmente, houve duas entrevistadas (C2 e C7) que não souberam definir, ou elaborar um conceito claro do que seria a economia solidária, ainda que afirmem estar atuando no âmbito da economia solidária:

Ter essa clareza que se a gente comprar de outros grupos de ES que produzem conserva, panelas, roupas, alimentação, artesanato, tudo é fazer ES. (FARRGS)

ES, nós costumamos discutir aqui, e dizer que ela não sai da teoria. Acho que ela não é muito diferente da economia que temos. (PFET)

Conceito de Economia Solidária			
1º Grupo	2º Grupo	3º Grupo	4º Grupo
É uma forma alternativa ao modelo vigente, com a existência de uma preocupação maior nas pessoas, e não no lucro.	Envolve várias coisas, entre os quais, entendida como uma forma de geração de renda e trabalho.	É um conceito que envolve várias visões e campos, no entanto não é vista como um novo paradigma, nem se tem uma visão utópica que a economia solidária vai substituir o modelo capitalista.	Não souberam definir, ou elaborar um conceito claro do que seria a economia solidária.

Quadro 5 - Conceito de economia solidária segundo as entidades de apoio

Ainda que cada entrevistado apresentasse teoricamente um conceito de economia solidária, na prática à articulação entre estes não é tão solidária. Dados do projeto residência solidária, revelaram constantemente “sintomas” de disputas entre lideranças das Associações de Triagem e entre as próprias entidades de apoio. Se for verdade, que conseguem identificar nas Associações de Triagem, características de empreendimentos solidários é também, verdade, a

existência de discordância entre o que é pregado sobre ES e a realidade. Conforme Cattani (2002* *apud* ANDERSSON: 2005), não resta dúvidas sobre a nobreza dos propósitos da economia solidária, no entanto, existe um discurso por parte dos teóricos que estudam o tema, aspectos que talvez sejam apenas idealizados, já que a experiência da prática tem demonstrado o contrário. Nessas condições, a questão que fica nesse momento seria, é possível pensar em rede?

4.4.1 Origem da ES e Existência de Empreendimentos Solidários

Quando indagados sobre a origem da economia solidária e a existência de empreendimentos solidários, as entidades C2, C4, C5, C3 (DMLU- gestor público antigo), e C10 afirmam que a economia solidária tem a sua origem no enorme contingente de pessoas excluídas do mercado de trabalho, colocando essa economia como uma nova forma de organizar o trabalho onde as pessoas buscam novas formas de gerar renda e produzir bens, diferentemente, do modelo capitalista. A entidade C1 reforça que, a origem da economia solidária tem um pouco dessas duas origens, um pouco movimento político ideológico, mas também, um resultado concreto da exclusão social. No entanto, não se pode negar a existência de outros fatores na origem da economia e dos empreendimentos como: a falta de qualificação da população (C4); o surgimento como uma forma de ativismo dentro de um espaço econômico, onde setores excluídos economicamente, entram na cena econômica estabelecendo sua viabilidade econômica, e uma disputa de visão ideológica sobre o funcionamento econômico da sociedade (C3 - gestor público antigo). Para a entidade C6, essa origem está na organização dos grupos de catadores e outros, a partir dos anos 90 quando se começa a falar de grupos de geração e renda e se dá a articulação dessas iniciativas com impulso de Ongs, e de algumas pessoas (Paul Singer, Marcos Arruda, Cláudio Nascimento). A C10 enfatiza que, além da questão da exclusão social, a economia solidária tem a sua origem no cooperativismo. Aponta que, o que define se uma associação ou outro empreendimento informal está na economia solidária ou não, são os próprios valores que o

* CATTANI, Antônio David. Crítica da Economia Solidária. IN: **Cultura Vozes**. São Paulo: n. 6 – Volumes 96- p.10-21, Nov. Dez, 2002

grupo está estabelecendo para a sua prática de relação interna e externa. Houve ainda quem não soube responder a pergunta, no caso da entidade C7.

O debate sobre a origem da economia solidária e a existência de empreendimentos de economia solidária não goza de um consenso. Entretanto, percebe-se que é uma economia que consegue se organizar de forma paralela ao mercado, isto é, as iniciativas populares de geração de emprego e renda existem no cenário de uma economia de mercado.

4.4.2 A ES e a sua Inserção na Proposta das Entidades de Apoio

De acordo com três dos entrevistados, (C3 -Gestor público atual, C5 e C6), a proposta da Economia Solidária se insere nos grupos ou programas de geração de renda. Para a entidade C3 (Gestor público antigo), foi uma opção programática ideológica, já para a entidade C1, a economia solidária é um dos eixos principais do programa da sua instituição, afirma também a entrevistada 2 (C2) que ao tomar conhecimento da ES, a sua instituição passou a integrar dos espaços com outros grupos da economia solidária. A economia solidária se insere como estratégia para a questão da criação de postos de trabalhos, (C10).

Assim, o apoio aos grupos de geração de trabalho e renda, visando à inclusão dos mesmos tem sido uma prática das entidades de apoio. No entanto, no âmbito reciclagem, o formato da economia solidária foi escolhido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com a implementação do Sistema da Coleta Seletiva do lixo. Na seqüência dessa demanda e para garantir a sustentabilidade dessas associações, as outras entidades de apoio também adotaram esse formato. Nesse sentido, pode-se afirmar que a Economia Solidária é uma política pública de suporte aos grupos de geração de trabalho e renda no RS, buscando alternativas para a superação da problemática do desemprego e geração de renda, especialmente, para as pessoas e grupos que trabalhavam na coleta do lixo da cidade de forma atomizada.

Utilizando-se do modelo teórico desse estudo, essas conclusões corroboram com estudos de FRANÇA FILHO e LAVILLE (2004), ao afirmarem que é na busca de alternativas

para a superação da problemática do desemprego e geração de renda que se atribui a ênfase a essa economia, como uma proposta inovadora, ou “plural” de desenvolvimento, capaz de minimizar o problema da exclusão social.

4.4.3 A Atuação das Entidades na ES e o Apoio Prestado às Associações

A atuação da maioria dessas entidades de apoio centra-se na formação e no apoio financeiro, excetuando o DMLU que tem como principal atuação a entrega do resíduo sólido para as Associações de Triagem. Vale ressaltar que, os dois entrevistados 3 e 8, representando o DMLU (gestor público atual e gestor público antigo), têm posições bem diferenciadas, quanto à atuação dessa entidade na ES. Para o gestor público antigo, a atuação do DMLU na ES, especificamente no setor da reciclagem, vai além da entrega de resíduos. Passa pela idéia de auto-organização, e independência em relação ao poder público, ou seja, estimular os grupos a serem agentes desse processo, visando o resgate da cidadania, conforme demonstra o seguinte trecho:

A principal contribuição foi exatamente essa, a abertura desse processo do reaproveitamento de resíduos, reconhecendo um espaço de exclusão social dentro da cidade e chamando um conjunto de pessoas que operava na informalidade a operar na formalidade. Primeiro do ponto de vista de parceiros do poder público, mas tentando introduzir neles a idéia de auto-suficiência organizativa para que pudessem se tornar agentes que não dependessem exclusivamente da tutela do poder público nessa política. Um caminho, diga-se de passagem, muito difícil.

Já para o gestor público atual, a atuação do DMLU na economia solidária consiste, sobretudo, “na entrega do resíduo da Coleta Seletiva”. Entretanto, dados da pesquisa demonstram ainda outros tipos de apoio prestado as Associações.

As entidades C1, C2 e C10 para além de desenvolverem em conjunto ações de formação, capacitação e elaboração de projetos, fazem o acompanhamento e auxiliam as associações na organização. Por sua vez, a entidade C5 tem tido atuação no financiamento, na incubação de novos grupos, na reorganização e em negociações dos galpões que apóia.

Na descrição do apoio prestado, encontra-se uma multiplicidade de ações e de formas de suporte à economia solidária. Se observa uma concentração de ações no sentido do apoio material às associações, (sob a forma de apoio financeiro para a compra de equipamentos, de cedência de

terreno ou de prédio, e do pagamento de contas de energia elétrica e água) e no âmbito da formação e capacitação. Além destas ações, encontramos: o acompanhamento das associações; recursos de transporte e alimentação; troca de experiências entre associações através de visitas; fornecimento e entrega de matéria-prima (vinculado ou não à Coleta Seletiva); intermediação de convênios com empresas; pagamento de bolsa-auxílio; atendimento aos filhos dos associados; negociação dos conflitos internos; apoio moral; etc.

Percebe-se que os dados corroboram com as conclusões de Coelho (2001), quando afirma que no Brasil, as experiências de ONGs e entidades que atuam na constituição de uma economia solidária, são recentes, e se centraram muito mais no campo da capacitação e do crédito. (ver quadro 6)

De fato, foram entre os anos de 1999 e 2000 que sete das entidades entrevistadas iniciaram o apoio às Associações de Triagem. No caso da entidade C3 (DMLU) o apoio às Associações de Triagem remonta ao ano de 1990 em função da implementação do Sistema da Coleta Seletiva. Outra entidade que vem acompanhando as Associações desde a década de 90 foi a C2 (FARRGS). A federação foi criada como instância de representação das Associações de Triagem no RS em decorrência da exigência do DMLU que utilizou como critério para integração do programa da Coleta Seletiva a organização das pessoas que trabalhavam individualmente na catação do lixo em associações.

É possível afirmar, que existem semelhanças no tipo de apoio prestado pelas entidades de apoio, independentemente, do número de associações apoiadas, ou seja, o apoio é quase o mesmo (financeiro e de formação). Um ponto a destacar seria uma maior ou menor variabilidade das formas de apoio das instituições quando tomadas individualmente: no caso de C1 (CAMP), C3 (DMLU), C4 (FMPSUL), C6 (FLD) e C7 (PFET) seu apoio restringe-se a uma ou outra das formas (capacitação ou suporte material); enquanto nos casos de C2 (FARRGS) e C5 (CESMAR) são unidas as ações de formação e de ajuda material, bem como são incluídas atuações não citadas por outros entrevistados (apoio moral, atendimento aos filhos, promoção da troca de experiências, etc.).

ENTIDADES DE APOIO	ATUAÇÃO NA ES
CAMP	Formação e elaboração projetos Acompanhamento Capacitação
FARRGS	Acompanhamento Formação e elaboração projetos
DMLU (Atual)	Entrega de resíduos sólidos, cedência de terrenos, pagamento de eletricidade, água e telefone.
FMPSUL	Financiamento de projetos
CESMAR	Financiamento Incubação de novos grupos Reorganização Negociações
FLD	Formação Capacitação Apoio financeiro
PFET	Bolsa auxílio - Apoio financeiro
DMLU (Antigo)	A abertura do processo do reaproveitamento de resíduos, Reconhecimento de um espaço de exclusão social dentro da cidade e chamando um conjunto de pessoas que operava na informalidade operar na formalidade.
SMIC	A partir de 2005 passou a operar com outros grupos de ES (exceto a reciclagem).
ADS/ CUT	Assessoria Cursos de formação em ES

Quadro 6 - Atuação das entidades de apoio na economia solidária nos últimos 5 anos

4.4.4 O Apoio às Associações Inserido em uma Proposta Estruturada no Planejamento Estratégico das Entidades

Apenas uma entidade (C4) não tem o apoio às Associações de Triagem inserida como proposta ou projeto estruturado no seu Planejamento Estratégico. Igualmente, no que se refere à existência de recursos financeiros específicos alocados para a atuação na economia solidária, é a única de todas as entidades de apoio, que não possui alocação de recursos. Entretanto, apenas um representante das entidades (C2) tenha conseguido indicar o montante destinado ao apoio as Associações de Triagem.

Ainda que a maioria das entidades de apoio possuísse recursos financeiros alocados para o apoio às Associações de Triagem, não existe um montante específico destinado apenas ao setor

do reciclo. Na maioria dos casos, o recurso financeiro é global para o financiamento de projetos inseridos na geração de renda, formação e capacitação, acompanhamento, como é o caso das entidades C1, C4, C5, C6 e C10. A maioria dos entrevistados não soube precisar o montante utilizado no apoio as Associações de Triagem. O mesmo acontece com as entidades do Estado.

No caso das entidades governamentais C3 e C7, o recurso alocado é previsto no orçamento do município ou da federação, e igualmente, em relação às outras entidades, a C7 não possui recursos específicos apenas para a reciclagem. O recurso está contido no orçamento destinado ao programa.

Pode-se concluir que a promoção de oportunidade de trabalho e geração de renda faz parte dos objetivos de todas elas. Desta forma, é possível inferir que todas as entidades, têm por foco o indivíduo em situação de risco social. E que a proposta da EPS é entendida como uma proposta que contribui apenas para amenizar as dificuldades enfrentadas por essas pessoas ou grupos.

4.4.5 Associações de Triagem Apoiadas

Existem dificuldades por parte das entidades de apoio na identificação das Associações de Triagem apoiadas, por três razões: o apoio concedido é feito via outra entidade; ou está inserido no conjunto de apoios a outros grupos de ES, ou ainda, o apoio centra no financiamento de projetos (ver quadro7). Não existe um apoio específico para as Associações apoiadas.

Cada uma das entidades dá várias formas de suporte a diferentes associações. C1 (CAMP) e C10 (ADS) prestam apoio via FARRGS e C6 (FLD) apóia as associações através do MNCMR (Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável). Neste ponto podemos analisar esta relação tanto como um reforço nos laços da rede, (no momento em que os membros da rede se comunicam e se apóiam entre si), quanto, como um indício de divisão e, portanto, enfraquecimento da rede (dadas às divergências entre FARRGS e MNCMR vislumbradas durante a residência solidária e durante as entrevistas). As outras entidades apóiam, respectivamente: C2 e C3 - 13 Associações na RMPOA; C4 - 5 Associações; C5- 3 Associações; C7- 2 Associações (além de outros grupos). Aqui, podemos observar que, as entidades que prestam apoio direto ao maior número de associações (C2 e C3) constituem entidades que têm em seu principal propósito (C2-FARRGS) ou entre seus objetivos básicos (DMLU/ C3 e C8), o suporte às Associações de

Triagem. Por outro lado, o restante das entidades ou presta apoio a considerável número de associações de forma indireta, ou, apesar de ter este apoio em seu Planejamento Estratégico, abrangem poucas associações. Cabe também ressaltar, o número reduzido de associações apoiadas por C7 (Programa Frentes de Trabalho), uma vez que, de acordo com os seus objetivos e tendo em conta ser um programa governamental oficial, pressupõe que deveria atingir uma ampla parcela da população desempregada.

Associações Pertencentes ao GIRS	Entidades de Apoio
Ilha Grande dos Marinheiros - Associação de Catadores de Materiais de Porto Alegre	FARRGS DMLU CESMAR CAMP – via FARRGS ADS/ CUT – via FARRGS
Santíssima Trindade - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis	FARRGS DMLU CAMP – via FARRGS ADS/ CUT – via FARRGS
Wenceslau Fontoura - Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta	FARRGS DMLU CESMAR CAMP – via FARRGS ADS/ CUT – via FARRGS
Aterro da Zona Norte - Associação dos Recicladores de Resíduos da Zona Norte	FARRGS DMLU CAMP – via FARRGS ADS/ CUT – via FARRGS
Centro de educação Ambiental da Vila Pinto - CEA	DMLU
Cavanhada - Associação dos Recicladores do Loteamento Cavanhada	FARRGS DMLU FMPSUL PFET CAMP – via FARRGS ADS/ CUT – via FARRGS
Restinga - Associação de Trabalhadores Urbanos para Ação Ecológica	FARRGS DMLU CAMP – via FARRGS ADS/ CUT – via FARRGS

Continua.

Continuação.

Campo da Tuca - Associação Comunitária Campo da Tuca	FARRGS DMLU CAMP – via FARRGS ADS/ CUT – via FARRGS
São Pedro – Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem do HPSP- ATUT	FARRGS DMLU CAMP – via FARRGS ADS/ CUT – via FARRGS
Profetas da Ecologia	CAMP FARRGS DMLU CAMP – via FARRGS ADS/ CUT – via FARRGS
Padre Cacique – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis dos Movimentos dos Moradores de Rua	FARRGS DMLU FMPSUL CAMP – via FARRGS ADS/ CUT – via FARRGS
Novo Cidadão – Associação dos Catadores Novo Cidadão	DMLU
Arevipa – Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros	FARRGS DMLU CAMP – via FARRGS ADS/ CUT – via FARRGS
UTC – Unidade de Triagem e Compostagem – Associação de Triagem de Resíduos Sólidos Domiciliares	FARRGS DMLU CAMP – via FARRGS ADS/ CUT – via FARRGS
Outras Associações Apoiadas	Entidades de Apoio
Gravatai	FMPSUL
Alvorada	FMPSUL
Dois irmãos	FMPSUL
Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis	FLD
Associação de Reciclagem de Consolação	PFET

Quadro 7 – As associações pertencentes ao GIRS e as entidades de apoio

4.4.6 Características do Capital Humano Envolvido

Exceto as entidades C2 (FARRGS) e C3 (DMLU) que apresentam um número “considerável” de pessoas envolvidas no apoio às Associações de Triagem (direção da C2 é composta por 11 pessoas, e a C3 DMLU por mais de 50), as outras entidades, apontam à escassez de pessoal como uma grande limitação para a atuação.

A maioria das entidades, tramita entre uma á cinco pessoas responsáveis pelos programas de geração de renda. Esses programas não englobam apenas a reciclagem, contemplam ainda, grupos de artesanato, vestuário, e alimentação. Entretanto, é comum a disponibilidade de única pessoa na área da reciclagem.

Ainda que, exista escassez de recursos humanos para atuar na ES, o mesmo já não acontece com a formação dos membros das entidades de apoio. No universo das dez pessoas entrevistadas, apenas uma não possui curso superior de graduação (C2), mas, defende possuir larga experiência com movimentos sociais. Os entrevistados 7 e 10, possuem cursos de pós-graduação. Entre a formação dos entrevistados, se tem, engenheiro, economistas, sociólogos, advogado e administrador de empresa.

Quanto ao tempo dedicado, apenas a entidade C2 (FARRGS) dedica às 40 horas semanais exclusivamente para a atuação nas Associações de Triagem. As outras entidades (C1, C4, C5, C6, C7, C10) dividem essas horas entre a reciclagem e outros projetos. Houve quem afirmou ultrapassar as horas semanais se levar em conta às necessidades de trabalharem finais de semana ou abrir mão das férias. De modo geral, as intenções são boas, restam no entanto, ações concretas.

4.4.7 Motivo do Apoio

Questionados quanto à motivação da prestação de apoio, as entidades indicaram objetivos diversos, tais como: a busca por conhecer e acompanhar de forma mais próxima e concreta a dinâmica interna das associações; as demandas das próprias associações através de projetos; a integração destas associações ao processo da Coleta Seletiva; a iniciativa de lideranças ligadas ao

setor do reciclo em buscar apoio; a percepção das dificuldades por que passam as associações na área da captação de recursos (envolvendo tanto o excesso de burocracia quanto a dificuldade na elaboração de projetos enfrentada pelas Associações de Triagem); reivindicações por parte do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) pela criação de uma política de apoio a esses grupos; a atuação de acordo com o instrumental do partido a que respondia (DMLU – gestor municipal antigo) buscando reproduzir idéias como o protagonismo e o combate à exclusão social; o objetivo de aumentar a renda e, conseqüentemente, a auto-estima dos trabalhadores; existência de um grande número de trabalhadores envolvidos com a reciclageme, a alta taxa de desemprego.

Pode-se aqui observar a variedade de motivações envolvidas na rede de apoio das Associações de Triagem, havendo tanto uma motivação humanitária, vislumbrada pela descrição dos grupos apoiados, como uma motivação política, de uma proposta político ideológica, que se propõe ao resgate da cidadania.

Percebe-se que, a motivação do apoio prestado pelas entidades C3 (DMLU) e C7 é de caráter eminentemente político. Para aportar sentido a essa afirmação, remete-se à origem do programa. Conforme sinaliza a entrevistada 7, o motivo que levou o apoio as Associações de Triagem e outros grupos de ES “foi uma reivindicação do Movimento dos Trabalhadores desempregados, para que criasse uma política de apoio a esses grupos”.

O entrevistado 1 (CAMP) também, reforça essa idéia, ao explicar o surgimento do PFET. Afirma que, “o PFET foi um programa do governo estadual que foi pleiteado pelo MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados”.

Outro dado que justifica o motivo político, pode ser confirmado pelo entrevistado 8 (DMLU- gestor público antigo) ao defender que :

(...) essa política era implementada em cima do instrumental teórico ideológico e político da política da Frente Popular. Então DMLU como qualquer outra secretaria, tentou reproduzir na sua área, na área ambiental de gerenciamento de resíduos a idéia do protagonismo, no combate a exclusão social, da diferença digamos das exclusões econômicas na sociedade, através das políticas ambientais.

O caráter humanitário subjacente na motivação das entidades C1, C4, C6 e C10, faz-se presente na identificação dos seguintes aspectos: no sentido de reconhecerem o enorme

contingente de desempregados, a exclusão social, e as dificuldades pelas quais passam esses indivíduos. A C5 defende que, o apoio às Associações de Triagem não está descrito no seu planejamento estratégico, mas afirma que, a motivação para o apoio é o fato de:

As características das Associações de Triagem têm a ver com os objetivos gerais da entidade. Claro que cada associação é uma associação. Mas quando chega um projeto vai ser analisar se realmente essa associação tem relação com as outras associações, está inserida dentro da ES.

4.4.8 Problemas Identificados nas Associações

Os problemas identificados nas Associações de Triagem, são diversos. De acordo com as falas dos entrevistados, não foi possível apontar os que seriam mais recorrentes. Entretanto, se pode observar que, as dificuldades apontadas possuem fortes inter-relações. Foram apontados problemas como: resistência dos empreendimentos solidários de se utilizar ferramentas de gestão frequentemente sob o argumento de que são técnicas vistas por estes – pejorativamente – como “capitalistas”; dificuldades de concorrerem no mercado; não identificação dos trabalhadores com a proposta da EPS (proposta imposta); despreparo dos trabalhadores e conseqüentemente a falta de responsabilidades; as origens dos trabalhadores (grupos pobres, excluídos e de baixa escolaridade, muitas vezes vindos de contextos de violência); grande rotatividade dos membros; baixa remuneração e baixa auto-estima; problemas de relacionamento; etc. Parece que a manutenção das dificuldades provoca um círculo vicioso nas relações interpessoais e inter organizacionais, isto é, continuarão existindo enquanto as dificuldades não forem superadas.

A origem social dos trabalhadores não lhes permite um aporte prévio com relação aos princípios e práticas nem da economia solidária, nem da economia capitalista, estes acabam por permitir a ingerência de direções que, muitas vezes, são também pouco capacitadas para a atuação nos empreendimentos solidários. Por outro lado, tais questões, que podem ser consideradas mais “estruturais”, conjugam-se com questões pessoais e subjetivas (inclusive do problema com a droga e alcoolismo), permitindo que se afrouxem os laços intra, e inter associações, e interorganizacionais (entre as associações e as entidades de apoio).

Acredita-se que, o caráter de exigência da proposta da economia solidária vai além da autogestão e da distribuição equitativa dos resultados. Conforme anunciado, necessita de uma compreensão maior sobre a sua concepção por parte dos envolvidos e, sobretudo, a sensibilidade e vontade de cada participante em visualizar essa proposta, não apenas como uma alternativa de emprego, mas também, como uma proposta de inclusão social.

4.4.9 Possíveis Soluções Identificadas

Paralelamente, ainda que de modo geral, tenha sido identificado um leque de problemas nas Associações de Triagem, as entidades de apoio consideram que, a solução para estes problemas é um grande desafio a ser enfrentado. De entre as possíveis soluções identificadas se destacam: possibilidades de desenvolver e adaptar modelos e ferramentas de trabalho do sistema capitalista; necessidade de uma administração adaptada para empreendimentos de economia solidária; repensar o trabalho com as lideranças formadas; menos envolvimento político das lideranças; criação de políticas públicas que apoiem e incentivem áreas da formação e equipamentos ou maquinários; trabalhar a idéia do coletivo; da autonomia, da cidadania, e de formalização das relações de trabalho.

No sentido de que tais problemas sejam solucionados, e para que as associações se tornem auto-sustentáveis, os entrevistados apontam diferentes tipos de apoio como necessários. Novamente, são enumeradas questões como: o apoio material (financeiro e de estrutura física); suportes no sentido da organização, gestão e administração do negócio; formação; políticas públicas e legislação específica para o setor; modernização e reaparelhamento dos galpões e organização da associação são enfatizadas. Resumem-se na falta de políticas públicas, descontinuidades dos projetos; falta de investimentos; e falta de vontade política.

4.4.10 Futuro da Economia Solidária

As entidades C1, C2, C3 (DMLU-gestor público atual), C4, C5 e C6 demonstram um otimismo em relação ao futuro da economia solidária. Apontam como caminho a seguir, o seu fortalecimento, através de qualificação dos grupos; a sua organização em rede; maior divulgação sobre a produção dos grupos; criação de políticas públicas; maior visibilidade e espaços nas políticas públicas; visão empresarial; rompimento de barreiras de exportação. O mesmo já não acontece com o entrevistado 8 (DMLU- gestor público antigo), e a entidade C10. O entrevistado 8, C6, e C10 apresentam certa descrença em relação á economia solidária. O entrevistado 8 crítica a fraca intervenção do estado brasileiro que apenas atenua os conflitos sociais, no entanto, com a multiplicação das grandes corporações mundiais não tem coragem de enfrentar modelos tradicionais de sociedades capitalistas, mantendo-se e se tornando reféns dos conceitos clássicos de mercado. A C6 crítica a falta de financiamento para os grupos de economia solidária. Mas, acredita que, o futuro vai depender dos passos que estes darão no sentido da criação de políticas públicas. A C10 também apresenta um ceticismo em relação ao futuro da economia solidária. Admite que é uma economia que continuará com dificuldades, na medida em que, os empreendimentos enfrentam dificuldades de várias ordens, entre elas: estrutural, logística e de capacitação dos recursos humanos.

Tanto as entidades que prevêem um futuro otimista, como as mais cépticas, não têm a pretensão de que a economia solidária vai substituir a economia capitalista. Acreditam que, a economia solidária não é só um calmante para o capitalismo ou um paliativo (C10), mas conviverá juntamente com a economia capitalista, mesmo com as suas dificuldades.

A entidade C7 não se pronunciou sobre a questão. Essa postura se manteve ao longo de quase toda a entrevista. É curioso notar a falta de visão da informante sobre o tema. É difícil conceber que um programa desse tipo seja coordenado por alguém com fraco aporte teórico e conhecimento da realidade do objeto em que se insere.

Se pensarmos a relação teoria *versus* práxis, ainda que não seja a pretensão desse estudo, é passível de afirmar que muitas pessoas possuem práxis no desempenho das suas funções,

entretanto, teoricamente têm dificuldades ou desconhecimento em elaborar conceitos mesmo que estes façam parte da sua área da atuação, como no caso da entrevistada 7.

4.4.11 A Importância das Entidades para a Sustentabilidade das Associações

Na visão de todas as entidades, o apoio prestado têm sido importante no sentido de contribuir para a sustentabilidade das Associações de Triagem. Ainda que, haja uma posição de autocrítica em relação à limitação do apoio (C4), algumas entidades (C5 e C6) reconhecem que se for levado em conta as enormes dificuldades enfrentadas por esses grupos, um pequeno apoio (financiamento de um equipamento, balança ou prensa), por vezes, significa um ganho substancial para a associação, conforme mostram os trechos seguintes:

[...] acho que a importância se dá justamente nessa questão deles não conseguirem aportar recursos para financiar uma pequena construção, uma pequena reforma, ter alguém aí para dar uma força, para conversar. (CESMAR)

Ela é uma contribuição, que consiste nesses pequenos aportes financeiros de um ou outro equipamento. (FLD)

Já a C6, defende que a principal questão no que tange a discussão sobre a sustentabilidade, é o otimismo metodológico que a entidade tem dentro da sua estrutura. Sustenta que, a sua entidade trabalha com a idéia da capacitação dos catadores e dos galpões, como sujeitos do processo de produção e como protagonistas. Reconhece que, se não se trabalhar com essa lógica, dificilmente, as Associações terão sustentabilidade futura, já que, ao terminar a relação com a entidade de apoio, ou terminar o financiamento, o grupo corre o risco de desaparecer.

Existem entidades (C1 e C10) que defendem a idéia de estar contribuindo para a sustentabilidade das associações, através da sua instância de representação (a FARRGS), de forma a fortalecer e dar maior visibilidade as mesmas, uma vez que, ela tem por objetivo representar as associações e estimulá-las a serem autogestionárias (ENTREVISTADA 2).

O entrevistado 3 (gestor público atual), além de defender que o DMLU iniciou o trabalho com a idéia de reinserção das pessoas no mercado de trabalho, em que trabalhar com a

reciclagem seja apenas um trabalho passageiro, atribui à Coleta Seletiva grande importância para a sustentabilidade dessas associações. “Na verdade a Coleta Seletiva é muito importante, sem a coleta essas associações não se sustentariam” [grifo do entrevistado].

Confrontando as falas dos dois entrevistados do DMLU, percebem-se duas posições bem diferenciadas. Enquanto que, o entrevistado 8 (gestor público antigo), enfatiza o impacto que a política da reciclagem gerou em POA e na RM, e defende a perseguição de idéia de construção da cidadania, através da inclusão dos excluídos do mercado de trabalho, o entrevistado 3 (gestor público atual) não reconhece o trabalho com o lixo um trabalho decente, que pode levar a inclusão do sujeito.

A política de reciclagem acabou gerando um impacto inclusive na RMPOA, porque POA foi o grande carro motor de replicar em outros municípios a auto-organização e a adoção dessa política por outros municípios. Nosso objetivo foi sempre a perseguição da idéia da construção de cidadania, ou seja, pegar o elemento excluído, ainda mais simbolicamente excluído, que é aquele que trabalha com restos do que a sociedade produz e tentar inculcar nessas pessoas de maneira individual e coletiva a idéia de cidadania, de resgate, de enxergar aquele trabalho como um trabalho com um grau de dignidade, grau de aceitação, como qualquer outra forma de renda de qualquer tipo de cidadão. (Gestor público antigo)

Nós aqui no DSR/ DMLU iniciamos esse trabalho com a visão de que a pessoa se insira no mercado de trabalho, talvez o mais rápido possível. Que aquilo seja uma passagem. Estar hoje ali reciclando o material, não sendo preconceituoso em relação à catação do lixo. Mas nós sabemos que é uma das atividades que hoje ocorre ou pode ocorrer risco de vida, porque muitas vezes as pessoas não condicionam o material seletivo corretamente, material hospitalar, de triagem. Então esse material às vezes acaba dentro das Uts porque é feita a coleta na cidade e é destinada as Uts, não existe um triagem antes para ver o que é que tem no material, as próprias pessoas aproveitando esse dia da CS coloca aí o lixo domiciliar (rejeito, a borrega) também, e que acaba chegando dentro das Uts. (Gestor público atual)

Com base nessa questão, constata-se ainda, outras contradições. De um lado, o DMLU (gestor público atual), defendendo uma passagem rápida desses grupos na reciclagem visando uma inserção no mercado de trabalho, por outro, a FARRGS, afirmando o estímulo à autogestão das Associações de Triagem. Será a política de reciclagem, um projeto fadado ao desaparecimento?

Retomando ainda, a importância do apoio para a sustentabilidade das Associações de Triagem, a C5 confirma que, além de apoiar financeiramente as associações, a sua entidade presta

um apoio relevante ao exercer o papel de negociador das associações apoiadas junto ao poder público. O entrevistado 5 defende a existência de uma baixa representatividade simbólica desses grupos, em função da sua baixa auto-estima.

(...) Mas acho que a importância se dá justamente nessa questão deles não conseguirem aportar recursos para financiar uma pequena construção, uma pequena reforma, ter alguém aí para dar uma força, para conversar. Também a questão da representatividade pouca simbólica que a gente tem, a gente como uma entidade grande as tantas as negociações a gente entra um pouco com eles e exerce um papel um pouco de pressão de alguém que está aí para batalhar até para conseguir as coisas com maior facilidade, as reivindicações, que é uma presença que se dá também através do OP. (CESMAR).

De igual modo que a C5, a C10, também reconhece a sua contribuição como um negociador junto do poder público. “A ADS tem um Know How, da própria visão estratégia e acho que contribui bastante nas negociações com o poder público” (ENTREVISTADA 10).

A pergunta que não foi feita, mas que caberia fazer é, o que esses atores entendem por sustentabilidade? A visão de sustentabilidade aqui demonstrada parece ser entendida por sobrevivência, numa visão de curtíssimo prazo.

Entretanto, é relevante pensar a composição das Associações de Triagem na RMPOA. Normalmente, são compostas por trabalhadores oriundos de situações as mais diversas, o que faz com que tenham uma baixa auto-estima. Fatores como desemprego; exclusão social; localização e estrutura dos galpões; objeto de trabalho (lixo); baixa escolaridade e renda; desestruturação familiar; dependência química; contribuem para intensificar a baixa auto-estima desses grupos. Um fator que pode ser considerado de peso nessa questão, é o objeto de trabalho desses grupos, o lixo. Ou seja, trabalham com o rejeito ou sobras da sociedade.

Diante desse cenário, vale ainda questionar, como contribuir para a sustentabilidade de organizações sociais, cuja base, é formada por pessoas com escassas oportunidades de desenvolvimento, discriminadas e excluídas pela sociedade?

Mesmo tendo claras as características desse público e as dificuldades enfrentadas, as entidades de apoio das Associações de Triagem na RMPOA, criticam a falta de visão empreendedora; o imediatismo; o assistencialismo; e o fato destas não se considerarem agentes autônomos ou protagonistas do processo.

A pesquisa evidencia, a existência de um conjunto de atores trabalhando em várias direções. No entanto, mesmo em momentos de elaboração de ações conjuntas de formação, cada entidade, aporta a sua contribuição de forma independente.

O reconhecimento dos problemas, das dificuldades estruturais e psicológicas, que as Associações de Triagem enfrentam, e a apresentação de propostas ou alternativas para a superação desses limites por parte das entidades de apoio, não impede a continuidade dos mesmos. É possível afirmar a falta de vontade política por parte do conjunto de atores que apóiam as associações na RMPOA. Certamente, não bastam apenas intenções, é necessário intenções com ações concretas e efetivas.

4.4.12 A Contribuição das Entidades para a Sustentabilidade da ES

Ainda que, haja entidades que admitem a insuficiência da sua atuação e apoio (C1 e C4), todos os entrevistados reconhecem que, a sua atuação e o apoio em relação às Associações de Triagem na RMPOA, contribui para a sustentabilidade da economia solidária.

A C1 faz uma autocrítica em relação a sua atuação. Reconhece que, embora, tenha havido avanços na organização interna dos grupos, e na separação dos materiais, são necessárias ações mais efetivas, sobretudo, no que diz respeito à intervenção no mercado, na comercialização e na cadeia produtiva.

Já as entidades C2, C3 e C8 (gestor público atual e antigo), C4, C5, C6, C7, e C10, são mais otimistas. Acreditam que, mesmo sendo um apoio que pode parecer pequeno, e restrito ao seu limite e foco de atuação, tem um peso substancial para a sustentabilidade da economia solidária.

Essa atuação é assim vista pelas entidades de apoio, por estar contribuindo para o resgate social de um conjunto de pessoas excluídas (C6, C7, C8, C10); por estar a capacitar os grupos (C5 e C10); auxiliar nas negociações (C5, C10); possibilitar a compreensão da concepção dos princípios da economia solidária (C2); e por desenvolver um trabalho que, acreditam ser viável (C3-gestor público atual).

4.4.13 As Políticas Públicas Importantes para a Sustentabilidade das Associações

Algumas políticas públicas existentes, (Coleta Seletiva) e sugestões de outras a serem criadas (no âmbito legal, jurídico e, sobretudo econômico) foram apontadas pelas entidades, como importantes para a sustentabilidade das Associações de Triagem.

Quanto às sugestões de políticas a serem criadas foram apontadas as seguintes:

- O reconhecimento, a valorização e regulamentação da profissão catador;
- A reestruturação da política da Coleta Seletiva com a criação de novas leis, incluindo a punição e multa pela má separação do lixo;
- Organização dos catadores individuais espalhados pela cidade;
- Subsídios das Prefeituras para os catadores;
- Programa de apoio ao empreendedorismo²⁸
- Fazer da Coleta Seletiva uma política pública efetiva;
- Criação de uma taxa paga pelo contribuinte a ser utilizado na modernização dos galpões;
- Criação de linha de crédito;
- O estado assumir a capacitação efetiva desses grupos;

De todas as sugestões apresentadas, ganha destaque em grau de importância maior, a política da Coleta Seletiva. Ela é vista como o motor do setor da reciclagem. Entretanto, as posições se divergem. A entidade C3/C8 (dois Gestores públicos) reconhece que sem a Coleta Seletiva não existiria Associações de Triagem.

Mesmo reconhecendo a grande importância da Coleta Seletiva na RMPOA, algumas entidades (C1, C5, C6, C10) apresentaram várias críticas a essa política. Críticas essas que passam pela: queixa da falta de lixo por parte das Associações de Triagem; maior poder de barganha de algumas associações junto ao DMLU em relação a outras; não reconhecimento desse

²⁸ Segundo a entrevistada é um programa novo do governo estadual, em fase de montagem, que consiste em repassar para a entidade, capital de giro e investimentos para sua formação.

trabalho como um trabalho público que as prefeituras deveriam subsidiar; má qualidade do material entregue às associações devido ao desvio por parte dos funcionários da PMPOA que o trocam por drogas nos galpões, ou vendem para os atravessadores; e a melhoria da estrutura e modernização dos galpões por parte da PMPOA.

Parece haver um tratamento diferenciado do poder público (DMLU) em relação às Associações de Triagem. Quem tiver maior poder de barganha junto dessa entidade recebe maior quantidade de material, ainda que, o entrevistado 3 (Gestor público atual), defenda a igualdade de tratamento para com as Uts. Afirma não existir distinção com relação a elas. Ressalta, entretanto, que existem algumas que estão organizadas há muito mais tempo, e tem uma visão gerencial, empresarial, bem mais forte que outras. Ainda que seja verdade que, subjacente à disputa entre as Associações de Triagem, está na base um sistema de relações alimentado por ranços clientelistas, tendo como ator central o poder público²⁹, não se têm argumentos concretos nesse estudo, para aportar sentido a essa constatação.

4.4.14 Características de Empreendimentos Solidários

Questionados se as Associações de Triagem na RMPOA apresentam características de empreendimentos solidários às posições ficaram divididas. Aparente certa dúvida e pontos contraditórios nas respostas (são apontados vários problemas nas associações, com ênfase na necessidade de melhoria na gestão e na qualificação para a autogestão destes grupos), entretanto, quatro dos entrevistados acreditam que, as associações apresentam características de empreendimentos solidários.

As entidades que consideram que as associações apresentam características ligadas à economia solidária, justificam a sua afirmação, ressaltando que: o trabalho é feito de forma autogestionária; existe distribuição dos resultados de forma equitativa; práticas de solidariedade entre as pessoas (principalmente em casos de dificuldades); e trocas entre os galpões.

²⁹ Dados preliminares do relatório da pesquisa: inovações em economia solidária: potencialidades, desafios e limites. Estudo na RMPOA. Cedidos pela Coordenadora

Atendendo as respostas dos entrevistados e remetendo ao referencial teórico desse estudo, é possível afirmar que as Associações de Triagem na RMPOA possuem características de empreendimentos solidários, uma vez que, a empresa solidária é identificada a partir das formas de organização autogestionárias. No entanto, os mais céticos (C 4, C3-gestor público antigo, C10), acreditam que existem muitas limitações, sobretudo, em relação à autogestão, considerado como algo utópico. Asseguram que houve pouca evolução dos grupos, ao longo do processo de estruturação da política pública da reciclagem.

Os empreendimentos de economia solidária parecem ser “obrigados” a conviver com essa ambigüidade. De um lado, ter que enfrentar as formas de subordinação do modelo vigente já que estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e às regras impostas ao conjunto dos agentes econômicos e por outro, são obrigados a utilizar a base técnica do capitalismo, como modo de manter as premissas de competitividade impostas pelo sistema.

A autogestão é apontada em vários estudos sobre economia solidária, como um princípio fundamental. Consiste em, todos os trabalhadores da empresa, participam de sua gestão e todos os que participam na gestão trabalham na empresa. Revela-se um aspecto bastante contraditório. Ao longo das análises, é notável como as entidades de apoio parecem “implorar” pela necessidade das associações terem uma visão empresarial e de gerenciamento. O que é apontado como uma das dificuldades para a sustentabilidade das mesmas.

No caso das Associações de Triagem na RMPOA, parece que a autogestão ainda está longe de ser um princípio adotado, posto que, existem inúmeros fatores determinantes (sobretudo, subjetivos) que influenciam na manutenção dessa prática. Experiências práticas, entretanto, têm demonstrado a fraca capacidade dos membros na tomada de simples decisões³⁰, a queixa por parte da coordenação das associações das dificuldades dos associados em se relacionarem, no cumprimento de horários, o estranhamento às regras vivenciadas, do ritmo de trabalho, entre outros. Em meio a essas constatações, compete aqui questionar o seguinte, será possível falar em autogestão nas Associações de Triagem na RMPOA?

³⁰ Experiência pessoal da pesquisadora no projeto de extensão da Residência Solidária, através da observação participante.

4.5 RELAÇÃO APOIADOR *VERSUS* ASSOCIAÇÕES APOIADAS

4.5.1 Dificuldades em Apoiar

Das entidades entrevistadas, a maioria (C1, C2, C3/C8 - gestor público atual e antigo, C4 e C5), afirma ser difícil e por vezes desestimulante apoiar as Associações de Triagem. Várias razões foram apresentadas para justificar essa dificuldade. Reconhecem, entretanto, dificuldades tanto por parte das associações, quanto por parte das entidades de apoio.

No caso das Associações de Triagem, foram apontados como fatores que causam dificuldades em apoiar: instabilidade e rotatividade dos grupos, conflitos e disputas por lideranças, não concepção do papel da federação, imediatismo provocado pelo baixo nível social, falta de recursos, baixa auto-estima, dependência em relação às lideranças, dificuldades de relacionamentos pessoais, impossibilidade de se reconhecerem como protagonistas do processo, o que os que lhes confere um caráter assistencialista.

Por parte das entidades de apoio, as causas que contribuem para limitar o apoio são: a necessidade de um trabalho de base contínuo com as Associações de Triagem em função da falta de pessoas, meios e recursos financeiros, as lideranças partidárias, a fragilidade dos grupos de economia solidária.

Apenas a entidade C7 afirmou ser fácil apoiar esses grupos. Parece não haver uma relação direta entre o apoiador e o apoiado. O apoio dessa entidade, se limita em repassar a bolsa auxílio ao representante da associação que, por sua vez, é o encarregado de repassar o montante as pessoas contempladas. Reconhece, no entanto, ter havido queixas por parte de alguns grupos o não recebimento desse apoio. E não existe uma fiscalização por parte do programa nesse sentido.

Para as entidades C6 e C10 é ao mesmo tempo fácil e difícil apoiar as Associações de Triagem. A C6, afirma existir uma dificuldade muito grande das próprias entidades envolvidas nesse processo em terem a clareza dos papéis de cada um. Já a C10, justifica essa facilidade pela precariedade dos grupos. Também justifica que, por menor que seja a ajuda, ela contribui muito,

no entanto, essa precariedade aliada à baixa escolaridade e às condições de trabalho, contribuiu para dificultar o apoio.

4.5.2 Alternativas para Superar os Impasses

No rol de alternativas, o destaque foi para a formação e capacitação; políticas direcionadas a subsídios; e a criação de linhas de crédito. Essas são também questões que têm permeado muitos estudos sobre os empreendimentos da economia solidária. E as Associações de Triagem na RMPOA não fogem a essa regra.

Não obstante, outras alternativas foram apontadas. A entidade C1 alega a necessidade por parte das entidades de apoio, de investirem mais tempo, energia e qualificação para que possam abordar questões que realmente, são importantes para esses grupos, ou seja, falar a linguagem concreta dos grupos (C10). A C2, aponta como uma alternativa, o reconhecimento por parte das associações filiadas, da necessidade de contribuir financeiramente para que possam manter e garantir o apoio às associações que necessitam. Para C4 e C5, é importante que as associações estejam presentes nos espaços que os representem. Já a entidade C7, vê a fiscalização pós-programa, como uma alternativa para enfrentar o impasse no que diz respeito, ao repasse do apoio prestado.

O entrevistado 8 (DMLU-gestor público antigo), aponta como limite, a forma como a política da reciclagem foi implementada em Porto Alegre. Para esse entrevistado:

Durante muito tempo o fornecimento da matéria prima através de uma política pública que custa muito dinheiro do contribuinte, não gerou por parte dos seus destinatários uma visão que eles tinham responsabilidade que eles tinham com aquele trabalho além de receber aquilo, um conjunto de deveres, tanto do ponto de vista ambiental como do ponto de vista econômico e organizativo. Às vezes lamentavelmente olhava alguns coletivos e tinha a sensação que esses 15 anos tinha sido uma década perdida. Isso gerou na política que a gente tentou implementar muito conflito, porque se revelou uma inflexão dentro do mesmo campo político da Frente Popular e a partir desse momento o registro da cobrança. Bom vocês tem direitos, mas vocês têm que apresentar alguma contrapartida e isso alguns absorveu e outros absorveram muito mal, operou a ruptura com alguns coletivos.

Reconhece como alternativa ao problema, o rompimento dessa visão condescendente que o poder público tem em relação a essa política. Ou seja, a idéia de esclarecer entre os agentes

desse processo quais eram os seus papéis. Fato que atribui ao caráter assistencialista da política de reciclagem na RMPOA.

Essa questão corrobora com a idéia³¹ de que, no Brasil, a participação e o protagonismo político, ainda se deparam com desafios e limites relevantes em diferentes espaços de discussão, e dentro da economia solidária esses traços sociais podem se revelar como inibidores de uma autogestão realmente autêntica, participativa e democrática.

4.6 RELAÇÃO COM OUTROS APOIADORES

4.6.1 O Apoio das Entidades e a sua Articulação em Relação ao Apoio Concedido por Outras Entidades

Quanto a articulação em relação ao apoio concedido por outras entidades, a maioria (C1, C2, C5, C6, C7 e C10) respondeu afirmativamente, ou seja, que existe essa articulação com o apoio concedido por outras entidades apoiadoras. Apenas a entidade C4, afirmou que o apoio não está articulado. Em relação à entidade C3/C8, houve uma contradição na resposta dos dois entrevistados. Para o entrevistado 3 (DMLU-gestor público atual), o poder público desenvolve as suas ações, mas por si só as outras instituições acabam ajudando por outras vias. Já para o entrevistado 8 (DMLU-gestor público antigo), existe sim a articulação, através da construção do fórum das unidades de triagem (Uts), onde se pretendia, além de discutir pautas cotidianas, a idéia de estabelecer uma visão de projetos mais gerais e estratégicos.

Acredita que, com a abertura do Fórum das Uts se estabeleceu um debate mais horizontal, onde um conjunto de parceiros foi chamado, e dessa forma desbloqueou-se a entrada dessas instituições na construção da política pública. Acreditava que, com essa posição seria fundamental uma triangulação, para evitar sobreposição de políticas, sobreposição de esforços e por vezes, colisões de visão de política.

Da mesma forma, as entidades que responderam afirmativamente a questão, percebem uma boa articulação entre elas. As entidades C1, C2 e C5 reconhecem a necessidade de estarem integrados nos espaços de discussão sobre a economia solidária e especialmente com os da

³¹ CARRION 2005

reciclagem, procurando definir o papel de cada entidade de apoio. A entrevistada 10, também, ressalta que as estratégias da sua entidade (C10-ADS), era apoiar todos os setores através de complexos cooperativos, cujos integrantes eram os próprios empreendimentos, e dessa forma se pudesse ter uma discussão complexa, considerando o setor e não a agência.

Ainda que a entidade C7 tenha respondido afirmativamente a questão, defende estabelecer uma articulação esporádica, apenas com a PMPOA, mas, que considera existir uma articulação muito fraca entre elas. A C3 (DMLU-gestor público antigo), reconhece que do ponto de vista da política pública, considera essa articulação um eixo afirmativo, na medida em que, conseguiram mapear as entidades de apoio da EPS, que foram chamadas para serem apresentadas o Programa Municipal da Reciclagem. E essa relação, fez com que se estabelecessem parcerias entre agentes e o poder público.

Todas as entidades analisadas, acreditam que essas discussões, facilitam e formam um pouco a estruturação da rede. No entanto, é preciso analisar cuidadosamente, essas relações, quais os papéis assumidos pelas entidades de apoio e, em particular, como elas atuam no sentido de ajudar as associações e de fortalecer a sua autonomia.

Conforme demonstrado durante a análise dos problemas identificados nas Associações de Triagem, as relações inter e intra-associações e entre estas e as entidades de apoio, têm-se mostrado problemáticas e complexas. Cabe ressaltar que, o apoio e a educação na ES, requerem cuidados metodológicos, que trabalhem na perspectiva do desenvolvimento da autonomia dos grupos, sem a qual, a sua capacidade transformadora fica comprometida.

4.6.2 Conhecimento de Outros Apoiadores

Em relação ao conhecimento de outras entidades de apoio, todos os entrevistados conseguiram enumerar as entidades de apoio conhecidas. O CAMP, a Cáritas Regional, a FARRGS, a Avesol, a ADS-CUT, são exemplos de entidades conhecidas pela maioria dos entrevistados. Das referidas, apenas o CAMP é conhecido da C3 (DMLU- gestor antigo).

É curioso o fato de a Avesol ser uma entidade conhecida por quase todas as entidades como um apoiador das Associações de Triagem, entretanto, não foi referida pelas Associações

nem como parceiro, nem como apoiador a quando da sua formação. Atualmente, presta assessoria e apoio financeiro para grupos de ES e em particular, para algumas Associações de Triagem. Em 2005, juntamente com o CAMP, participou de Grupos de trabalho de formação da FARRGS, financiou a realização de encontros de formação para membros de Associações de Triagem de todo o estado do RS.

Houve dificuldades por parte dos entrevistados, em identificarem a relação de apoio de cada entidade conhecida com a respectiva associação apoiada. O único que conseguiu identificar foi a C5, pelo fato de apoiar diretamente uma associação, o que facilita o conhecimento dos outros apoiadores. Esse fato mostra a inexistência de uma relação sistêmica entre as Associações apoiadas e as entidades de apoio.

Ao pensar essa relação, levando em conta a existência de entidades que se desconhecem (DMLU, gestor público atual), seria válida, classificar as relações entre o conjunto de atores sociais que apóiam as Associações de Triagem, como uma rede em economia solidária?

O mesmo já não acontece quanto ao tipo de apoio prestado por cada entidade conhecida. Todas souberam identificar o tipo de apoio que cada entidade que afirmam conhecer, presta. No entanto, vale ressaltar, que não necessariamente, o tipo de apoio identificado pelo entrevistado, seja o foco dessa entidade. Percebe-se que o tipo de apoio foi pontual e em momentos específicos (quando de elaboração de cursos de formação, criação de grupos de trabalhos, seminários, etc.- ver quadro 8).

As contradições existentes nas falas dos dois entrevistados do DMLU, permearam toda a análise. Em relação às entidades de apoio conhecidas, não há nenhuma entidade que seja conhecida dos dois. Ainda que o entrevistado 3 (DMLU-gestor público atual), fale da ONG CAMP, não o reconhece como um apoiador do setor de reciclo na RMPOA. Pelo contrário, refere-se a essa entidade como um contestador, conforme consta deste trecho:

Não acho que o CAMP seja um apoiador, pelo contrário, acho que ele é um manipulador no sentido de transformar essas pessoas politicamente com o estilo próprio de cada um. Não vejo assim aquele apoio participativo, de organização. Às vezes acabam desmanchando todo um projeto público para com os catadores, por via das vaidades, questões políticas partidárias [...]

Diferentemente da visão do entrevistado 3, o entrevistado 8 (DMLU-gestor público antigo), e as outras entidades, reconhecem o CAMP como uma entidade que presta apoio no âmbito da assessoria e formação das Associações de Triagem e dos grupos de geração de renda.

Fato também curioso, foi perceber que a entrevistada 7 (PEFT), não soube identificar nenhum apoiador que seja conhecido e que apóia as Associações de Triagem, nem mesmo o Movimento Nacional dos Catadores, entidade reconhecida por ter reivindicado a criação do Programa Frentes Emergenciais de Trabalho, na qual é coordenadora.

ENTIDADE ENTREVISTA DA	APOIADOR QUE CONHECE	TIPO DE APOIO PRESTADO
C1 CAMP	ADS-CUT	Realizou cursos de capacitação técnica em gestão para galpões de reciclagem em diferentes regiões do estado. Também contribuiu na concepção e realização do programa de formação estadual da FARRGS em 2004 e parcialmente em 2005.
	ABES	Coordena o Fórum Estadual Lixo e Cidadania. Participa do GT de formação da FARRGS e contribuiu na concepção e execução do programa de formação estadual de lideranças da FARRGS
	CÁRITAS REGIONAL	Apoiou financeiramente a realização de um curso de inclusão digital para catadores, contribuiu no financiamento de um seminário sobre resíduos sólidos realizado em julho de 2005 e contribuiu em 2005 com parte das despesas de deslocamento dos membros da coordenação da FARRGS.
	AVESOL	Participou parcialmente do GT de formação da FARRGS, contribuiu financeiramente com ajuda de custo para a coordenadora da FARRGS em 2004 e 2005, ofereceu o local e hospedagem para a realização de 6 encontros de formação realizados em 2005 para membros de associações do RS (média de 32 pessoas cada encontro)
	COPESUL	Contribuiu financeiramente pagando despesas de viagem e visitas técnicas dos participantes dos encontros de formação realizados em 2004 e 2005 (4 encontros em 2004 e 6 encontros em 2005 com média de 30 pessoas cada encontro – representantes de galpões do estado do RS.
	FMPSUL	Apoio financeiro a coordenação da FARRGS com recursos para viagem, realização de encontros, reuniões e visitas às associações.

Continua.

Continuação.

C 2 FARRGS	CÁRITAS REGIONAL	Não soube especificar os apoios que cada entidade presta. mas reconhece apoios diversos, técnico, material, financeiro.
	PMPA/ DMLU	
	SMIC	
	AVESOL	
	CAMP	
	ADS/CUT	
	CUT REGIONAL	
	CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES	
	SINDICATO DOS METALÚRGICOS	
	UFRGS	
	UNIRITTER	
	UNILASSALE	
	PETROBRÁS	
COPEL		
C 3 DMLU Gestor público atual	BRASKEN	Financeiro e material
	FUNASA	Apóia através de projetos encaminhados ao governo federal
	GERDAU	Financeiro
	CAMP	Formação
C 4 FMPSUL	AVESOL	FINANCEIRO
	CARITAS	Financeiro
	FLD	Financeiro
	CAMP	Formação e articulação
	ADS/CUT	Não soube responder
	INSTITUTO INTEGRAR	Não soube responder
	PASTORAIS SOCIAIS	Formação
	MNC	Formação e articulação
MOVIMENTOS DAS MULHERES	Formação e articulação	
C 5 CESMAR	UFRGS	Formação e educação
	IGREJA CATÓLICA	Doação de alimentos
	DMLU	Fornecimento de matéria prima, pagamento de luz, reformas, doação de prensa.
	AVESOL	Formação e assessoria na gestão de geração de renda
	CAMP	Assessoria geral
	JORGE FURTADO Cineasta	Financiamento de Projeto – granja de futebol
	ONG APARECIDA DAS ÁGUAS	Doação de alimentos, formação. Inserção da Associação em projeto ambiental

Continua.

Continuação.

C 6 FLD	CAMP	Formação
	AVESOL	Apoio financeiro a pequenos projetos
	CÁRITAS	Formação e capacitação
	SECA	Formação
	FMP SUL	Apoio financeiro a pequenas iniciativas
C 7 PFET	NÃO CONHECE	Não soube responder
C 8 DMLU Gestor público antigo	CAMP	Assessoria e Formação
	UFRGS	Assessoria
	CÚRIA	Não soube responder
	CARITAS	Não soube responder
	ADS/CUT	Não soube responder
	FARRGS	Assessoria para organização
	MNC	Não soube responder
	AVESOL	Assessoria
C10 ADS-CUT	FLD	Não soube responder
	ABES	Cedeu estrutura, apóia Projetos.
	CAMP	Formação, capacitação
	AVESOL	Não soube responder
	PMPOA/DMLU	Na discussão sobre a o Projeto de Central e comercialização, e sobre a Central de plásticos, Entrega de resíduos
	MORADIA E CIDADANIA	Não soube responder

Quadro 8 - Entidades de apoio conhecidos e o tipo de apoio prestado por cada um

4.6.3 Apoio Necessário para a Auto-sustentabilidade das Associações de Triagem

Como tem sido a tendência ao longo da análise, as entidades entrevistadas têm apontado muitas dificuldades e necessidades da economia solidária e das Associações de Triagem em particular. Essas necessidades são de várias ordens, como já foi constatado. Assim, igualmente, têm apontado como apoios importantes e necessários para a auto-sustentabilidade das Associações na RMPOA: o apoio financeiro para a estruturação dos empreendimentos (compra de equipamentos, melhoria do *lay out* dos galpões); a necessidade de apoio à formação; melhoria na forma de gestão (visão empresarial, gerenciamento forte e eficaz); a necessidade de organização e modernização; e a necessidade de legislação. Ou seja, há necessidade de apoio em várias dimensões, financeira, técnica, legal e de estruturação.

Um problema recursivamente apontado pelas entidades de apoio, é o que classificam como “a falta de comprometimento dos grupos”. Ao mesmo tempo, reconhecem a necessidade de um trabalho de base contínuo para as associações. Entretanto, essas duas questões, consideradas importantes, não foram contempladas no âmbito dos apoios necessários a auto-sustentabilidade das associações.

4.6.4 Troca de Informações

No que tange à troca de informações com outros apoiadores, a maioria dos entrevistados afirmaram haver esta troca. No caso de C7 (PFET), esta comunicação é feita apenas com a Comissão Municipal de Emprego, e a entrevistada justifica que, a demanda vem por parte dos grupos, e não vice-versa.

Convém ressaltar que, não necessariamente, houve troca de informação entre a entidade entrevistada e os identificados como apoiadores conhecidos. Na maioria das vezes, a troca não existiu. Especificamente, houve trocas sobre assuntos relacionados à elaboração de projetos e programas de formação. A troca de informação, portanto, é pontual e em períodos específicos. Não há continuidade.

Quanto ao tipo de informação trocado, as instituições afirmaram que a troca se dá principalmente, sobre questões ligadas à formação; capacitação; andamento de projetos, e problemas encontrados nos empreendimentos solidários. Em relação ao meio utilizado, para a comunicação entre apoiadores, foram citados: telefonemas; e-mails; reuniões; seminários; assembléias; encontros casuais; e contatos pessoais. Ou seja, existem tanto trocas formais, quanto informais, bem como individuais, e coletivas no seio da rede.

Dos entrevistados que responderam ter reunido com outras entidades nos últimos 12 meses³², (C1, C2, C3, C4, C6, C10), reconheceram que o resultado dos encontros tenha sido satisfatório. Os motivos apontados foram: a possibilidade de discussão dos projetos; a troca de experiências; a possibilidade de articulação entre as entidades e as associações; e a possibilidade

³² Abrangência da pesquisa foi de Junho de 2004 a Junho de 2005

de se reunir em espaços para problematizar opções e soluções para os destinatários da política de reciclagem.

Quanto às situações que podem levar a convocação de uma reunião, foram apontadas as seguintes razões: avaliar o acompanhamento e planejamento das Associações de Triagem; acompanhar a realidade dos galpões; a discussão de financiamento para UTs; para se estabelecer redes ou encontros específicos de fóruns de trocas de experiências nos diversos campos de EPS; discussão de formas de articulação política; a definição dos projetos de financiamento; apresentação de projetos a organismos financeiros. Ainda houve quem acredita que, os encontros ou reuniões, apenas acontecem em momentos de crise ou de confraternização (C5). Quanto à tomada das decisões nos encontros, todos responderam que elas têm sido tomadas de forma consensual.

Na questão relativa à identificação de algum apoiador com papel principal no apoio às Associações de Triagem, a maioria (C1, C2, C4, C5, C10) respondeu afirmativamente. Entretanto, três entidades (C1, C2 e C10), reconhecem uma única entidade com um papel principal, o CAMP. As outras (C4, C5 e C10) não identificam a exclusividade de um único apoiador. Admitem a existência de entidades com papéis importantes.

O entrevistado 3 (DMLU- gestor público atual) não reconhece nenhuma entidade. Já a C6, reconhece que todos são fundamentais. Afirma que, cada um possui um recorte diferenciado no apoio. O entrevistado 8 (DMLU-gestor público antigo), também não reconhece a exclusividade de nenhuma entidade, mas, ressalta que, no que tange aos momentos pontuais em que o poder público tentou uma maior articulação entre as associações, percebeu-se um conjunto de participações muito fragmentado. A C7 não soube responder, defendendo não ser conhecedora dessa realidade.

Era de se esperar, que o próprio CAMP (C1) e a FARRGS (C2), reconhecessem o seu papel, posto que tem tido uma presença marcante no âmbito da economia solidária na RMPOA, em atividades voltadas para a formação e capacitação das Associações de Triagem, através da sua articulação, com o poder público, e através do apoio direto a FARRGS. Acredita que dessa forma, contribui para a consolidação dessa rede de apoio.

Questionados sobre a existência de algum apoiador com maior facilidade de dialogar, as entidades C1, C3 (DMLU gestor público atual) e C6, responderam que não existe. Ainda que C1

responda negativamente, aponta algumas entidades às quais tenha tido muita aproximação, entre elas ADS/ CUT, FARRGS, ABES, Avesol. Reconhece que a facilidade ou afinidade existente é equilibrada entre as entidades citadas. Afirma que, o que influencia e serve de diferencial nessa questão é o número de pessoas e o tempo que cada entidade dispõe, para atuar nesse setor. Normalmente, quase todas as entidades, têm pouco tempo, em função da escassez de recursos humanos disponível.

A entidade C2, justifica a sua preferência pela entidade referenciada (ABES), em função da sua área de atuação (psicologia). Acredita que, ela entende a linguagem dos associados, o que facilita o diálogo. A necessidade da utilização da linguagem dos grupos, foi apontada e percebida pelas entidades de apoio, como um limitador em relação aos apoios prestados.

A C5 identifica a Avesol, como a entidade com a qual tem maior facilidade de diálogo. A C4, afirma ter facilidade de diálogo com todos. Pela aproximação com o MNCMR, a entidade C6, ainda que, não o reconheça como uma entidade de apoio, acredita ser a entidade com o qual tem maior facilidade de comunicação. O entrevistado 8 (DMLU- gestor público antigo), enumera a FARRGS e o CAMP, como sendo os apoiadores de maior facilidade de dialogar. A C10, reconhece o CAMP, e afirma haver uma proximidade e semelhança do objeto de trabalho, conforme afirmou a entrevistada. Constatou-se que a aproximação das entidades de apoio, varia em função das afinidades estabelecidas, tanto pessoalmente, como em relação ao objeto de cada.

4.7 CONCEPÇÃO DE REDE

4.7.1 Conceito de Rede

No âmbito da concepção do que seja uma rede, todas as entidades entrevistadas conseguiram elaborar um conceito. As repostas não se diferenciaram muito umas das outras. Entretanto, a partir das palavras chaves que suportam o conceito, é possível separá-las em três grupos: o primeiro deles, como se pode ver nos trechos seguintes, é representado pela interpretação de que a rede, é um conjunto de pessoas e instituições reunidas:

[...] Uma rede é um conjunto de pessoas, ou entidades [...]

[...] seria vários grupos da reciclagem e outros segmentos, como vestuário, artesanato, alumínio.

[...] poderia ser um grupo de pessoas que trabalham entrelaçado entre si [...]

Quando várias entidades que trabalham com o mesmo trabalho, conseguem reunir

[...] é justamente essa união de pessoas, num trabalho continuado [...]

[...] sistemas complexos, organizacionais, capazes de reunir indivíduos e instituições [...]

[...] é a conexão de um conjunto de ações e políticas dos mais diferenciados agentes [...]

Entendo rede quando tem mesmo um entrelaçamento [...]

O segundo grupo, entende rede, como um local onde seja possível a comunicação, isto é, que haja troca de informações:

Rede [...] existe troca de informações.

Se comunicando, ter um espaço que pudesse haver intercâmbio [...] de trocar informação e comercializar.

[...] trocar informações. [...] é quando várias associações de POA conseguissem trocar constantemente as informações, desde o dia a dia, os preços de compra, de venda, informações de formação.

[...] tem uma relação quase que direta, espontânea, que tem lá seus nós que é justamente onde o pessoal se encontre para a conexão [...]

[...] Rede, por exemplo, da reciclagem puxa estão ali envolvidos as pessoas da reciclagem, envolvidos com entidades de representação da reciclagem, estão envolvidos os parceiros, universidades, ONGs, poder público se tem a ver, estão entrelaçados cada um a partir do seu objeto, da sua finalidade mas para que aquilo se desenvolva, que existam trocas necessárias para aquilo, para alcançar os objetivos da rede

O terceiro grupo, entende que a rede, é uma organização em que seus membros possuem objetivos ou temáticas comuns :

[...] existe relação em torno de uma questão, algum objetivo comum [...]

[...] é uma relação mais direta, mais horizontal em torno de algum tema ou uma questão de interesse comum, e as pessoas, entidades, instituições ou grupos que estão na rede têm clareza disso, e tem uma ação intencional de constituir essa rede.

[...] capaz de reunir indivíduos e instituições de forma democrática e participativa em torno de objetivos ou temáticas em comum [...]

Pessoas que produzem coisas semelhantes e se complementam.

[...] um conjunto de ações e políticas dos mais diferenciados agentes em torno de um projeto ou um programa comum [...]

Ao remeter-se ao referencial teórico desse estudo, é possível constatar que o conceito de rede engloba todas as características acima apontadas. Não obstante, são características necessárias, mas, que especificamente, nas interações entre os atores da rede de apoio das Associações de Triagem na RMPOA, não são praticados ou percebidos.

Questionados se classificariam as relações entre o conjunto de atores sociais que apóiam as Associações de Triagem como uma rede de economia solidária, apenas as entidades C 5 e C7, responderam que não. As justificativas foram semelhantes. Ambos acreditam que, não existe articulação, nem qualquer tipo de troca de informações. Características necessárias, mas, não suficientes para existência de uma rede. A C7 vai mais além, confirma a existência de disputas entre as lideranças que representam as associações, e boicotes por parte das próprias associações.

As entidades que classificam essas relações entre o conjunto de atores sociais que apóiam as Associações, como uma rede de economia solidária apresentam como justificativa, as seguintes características: a existência de troca de informações; existência da colaboração em torno de atividades e ações comuns; o fato de terem clareza do que seja um grupo de economia solidária; e das atividades que devem ser feitas para apoiar esses grupos.

Existe entidade (caso da C4) que, embora acredite na existência dessa rede, defende a existência de muitos limites, sobretudo, porque os seus membros não restringem a sua atuação apenas em um único setor. Contrariamente, aos entrevistados 3 e 8 (DMLU- gestor público atual e antigo) que acreditam que a rede já está formada, a C6, considera que é uma rede em construção. Alega a necessidade de uma troca maior dessas organizações, explicitando que grupos apóiam e quais são as suas estratégias.

O que se percebe é que as entidades que classificam esse conjunto de atores de uma rede solidária, e acreditam na sua existência, baseiam-se em momentos bem específicos. Ou seja, os períodos em que se desenvolveram cursos e projetos de formação, e de discussão no fórum das Uts. Vale, no entanto ressaltar que esse fórum deixou de existir.

Vale ressaltar que, a rede não se cria, ela se mobiliza, e o que lhe dá coesão, é o fato dos parceiros terem uma identidade comum. Portanto, há que haver uma integração cooperativa dos

parceiros. Essas características, suportam a idéia da existência de uma rede temática (reciclagem) em alguns momentos.

4.7.2 Apoios Importantes para a Formação de uma Rede de ES

No que se refere aos apoios para a formação de uma rede de economia solidária, as entidades enumeraram um conjunto de necessidades, que consideraram como apoios importantes, para a formação dessa rede. Essas necessidades podem ser apresentadas em 3 dimensões, quais sejam: política, institucional/organizacional e econômica. Na dimensão política, reconhecem a necessidade do apoio do poder público; a falta de vontade política; e a necessidade de uma liderança forte.

Na dimensão institucional/organizacional, apontam à necessidade de cada entidade em ter clareza do que se quer enquanto entidades diferentes ou grupos (ou seja ter claro seus objetivos), que tenham vontade de levar adiante a idéia da formação de uma rede; a necessidade de uma estrutura institucional mínima e de materiais; ter objetivo comum; necessidade de apoio na formação e articulação; necessidade de envolvimento e comprometimentos dos trabalhadores, no sentido de, estarem compondo e balizando as suas próprias ações; e a necessidade de cada um dos parceiros contribuírem com aquilo que é o seu objeto (ver quadro 9).

Apoios para formação da rede de ES		
Dimensões		
Institucional /organizacional	Política	Econômica
Cada entidade ter clareza do que se quer enquanto entidades diferentes e grupos, ou seja, ter claro seus objetivos	Apoio do poder público	Apoio de meios materiais
Vontade de levar adiante a idéia da formação de uma rede	Vontade política	
A necessidade de uma estrutura institucional mínima e de materiais	Necessidade de uma liderança forte	
Ter objetivo comum		

Continua.

Continuação.

Apoio na formação e articulação		
Envolvimento e comprometimentos dos trabalhadores		
A necessidade de cada um dos parceiros contribuírem com aquilo que é o seu objeto.		

Quadro 9 - Apoios para formação da rede de ES

Fonte - Própria

Na dimensão econômica, reconhecem a necessidade de apoio de meios materiais para a formação dessa rede. Vale, no entanto, ressaltar a existência de uma única entidade (C6), que não aposta em outros tipos de apoio, senão na falta de vontade política dos envolvidos.

No que se refere à contribuição do governo, ONGs e universidades, para a formação da rede, todos são portadores de uma contribuição importante, conforme afirmam as entidades entrevistadas. No entanto, o nível de importância varia de entidade para entidade.

As entidades C1, C4 e C10, reconhecem a importância de todos os envolvidos (órgãos do governo, ONGs, universidades). Mas a C1, acredita que, essa rede não pode se basear unicamente em um governo, uma instituição ou um gestor público, senão fica sujeito a mudanças conforme a orientação política de quem estiver no governo. Em relação à universidade, o destaque vai tanto no sentido de reconhecê-la como sendo uma instituição com papel muito importante na formação dessa rede, posto ter por função sistematizar e devolver o conhecimento produzido (C1), como também, uma instituição alvo de críticas.

Em oposição a C1, a C3 (DMLU-gestor público atual), critica o papel das universidades nesse tipo de processo. Afirma que, ainda que elas elaborem pesquisas importantes, ficam centradas apenas na produção do conhecimento teórico, sem, contudo, fazer o diagnóstico na prática. Entretanto, não desconhece o papel importante que cada uma dessas instituições possui, no sentido de contribuir para a formação de uma rede de economia solidária. O destaque da C5 vai para os órgãos do governo, apontando a SMIC, o DMLU e a Secretaria de Direitos Humanos como os mais responsáveis, isto é, os que têm uma maior contribuição a dar para a formação dessa rede na RMPOA. A C6 atribui a importância aos grupos já formados. Considera que têm o papel de chamar e envolver outros atores no processo. Mas também, tal como C1, C6, C7, reconhece a importância do papel das universidades. A C8 (DMLU-gestor público antigo), atribui

a importância e responsabilidade exclusiva ao poder público. Reconhece que é da alçada do poder público a construção da cidadania e da auto-organização dessas pessoas, e, portanto da constituição da rede de economia solidária na RMPOA.

A C10, embora reconheça a importância de todos os envolvidos, admite também, que o poder público tem uma contribuição maior a dar, tendo em conta que a reciclagem, é um trabalho público sob a sua responsabilidade. Para isso, precisa dar continuidade a esse trabalho, através da conscientização da população, dar sustentação necessária às estruturas e aos trabalhadores, estabelecendo uma relação mais profissional. Apenas a C2, reconhece uma única ONG (CAMP) com papel importante. Considera que o CAMP já faz esse papel, e, portanto, acredita ser ele a entidade com importante contribuição para a formação da rede.

Ainda que as universidades tenham sido alvos de críticas, são também reconhecidas, como parceiras importantes no âmbito da economia solidária, e em particular, das Associações de Triagem na RMPOA. Vários projetos vêm sendo desenvolvidos em parceria com as universidades.

Em relação à Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especificamente, através do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos sobre o Terceiro Setor (NIPETS), vêm sendo desenvolvidas teses, dissertações e monografias, bem como a realização de projetos, e atividades, com o foco em economia solidária, em parceria com Prefeituras Municipais, Organizações Não Governamentais, Associações e organismos como SEBRAE e o SESI. A relação estabelecida entre o NIPETS e os empreendimentos de economia solidária, tem-se pautado em uma parceria com contribuições significativas para ambas as partes.

É verdade que cada entidade identificou um responsável com importante papel na formação da rede de economia solidária na RMPOA, é também verdade, que as discussões no Fórum das UTs foram passos importantes nesse sentido, entretanto, não basta apenas apontar responsáveis, é necessário haver pactos e padrões dessa rede, ou seja, primeiramente, haver intencionalidade, ter participação colaborativa dos integrantes, circulação de informações, aspectos que, atualmente, estão ausentes no cotidiano dessas entidades.

4.7.3 Entraves Identificados para a Formação de uma Rede entre as Associações

Os principais entraves identificados para a formação de uma rede entre as Associações de Triagem, foram: o nível de subsistência do trabalho das associações que os impede de visualizar, ou dedicar mais tempo e energia para construir a rede; a falta de consciência ambiental da população; necessidade de formação; a cultura individualista; a falta de políticas públicas; as dificuldades nas relações interpessoais; a influência da política partidária; o perfil do público das Associações de Triagem; a rotatividade dos membros das associações; as dificuldades das associações em se identificarem com as suas instâncias de representação; a disputa entre as entidades de apoio por espaços de atuação; a baixa compreensão dos grupos do seu papel enquanto protagonistas desse processo, a visão assistencialista da política da reciclagem; e a falta de vontade de cada um enquanto membro dessa rede, a necessidade de comunicação forte, a necessidade de melhoras na logística das associações (ver quadro 10)

Fatores dificultadores da formação da rede de ES
Nível de subsistência com que os grupos trabalham
Falta de vontade
Falta de consciência ambiental da população
Falta de comprometimento das entidades de apoio
Falta de formação
Dificuldades de relacionamento
Falta de política pública
Cultura individualista
Perfil do público
Grande rotatividade dos grupos
Disputa de espaços de atuação
Necessidade das associações se identificarem com as instâncias de representação
Necessidade de iniciativa em relação a quem “puxar a rede”
Ausência e compreensão de valores básicos de solidariedade
Visão assistencialista
Contaminação do cenário campo econômico pelo cenário campo político

Quadro 10 - Fatores dificultadores da formação da rede de ES

Ainda que esses entraves sejam identificados, as entidades de apoio reconhecem suas limitações enquanto agentes importantes, no processo de consolidação de uma rede de economia solidária, e conseqüentemente, das Associações de Triagem. Desta forma, percebe-se uma complexidade de fatores que emperram a conformação dessa rede, tanto por parte das entidades apoiadoras como das associações apoiadas.

4.7.4 Os Fatores que Facilitam o Processo de Formação de uma Rede de ES

Paralelamente aos entraves, alguns fatores são apontados como facilitadores para a formação da rede. São elas: o trabalho de acompanhamento permanente por parte das entidades de apoio; disponibilidade das pessoas, de recursos financeiros e o desejo de se organizarem; investimentos na formação, na capacitação técnica e no gerenciamento por parte das entidades de apoio; organização e criação de um conselho paritário; identificação dos papéis de cada entidade de apoio, marketing; estabelecimento e fixação de conceitos; construção de um conjunto de valores entre os agentes, comunicação e confiança nas relações.(resumidos no quadro 11)

Fatores facilitadores da formação da rede de ES
Acompanhamento permanente aos grupos de Economia solidária (associações de Triagem)
Pessoas e vontade organização
Recursos financeiros
Investimento na formação, capacitação técnica e de gerenciamento
Identificação dos papeis de cada entidade de apoio
Marketing
Estabelecimento e fixação de conceitos

Quadro 11 - Fatores facilitadores da formação da rede de ES

Conforme aponta Carrion (2003) à consolidação dos empreendimentos solidários passa necessariamente, pela construção de redes de cooperação. Para tanto, se torna importante estarem em rede, de forma a permitir beneficiar-se de condições mais favoráveis de compra, de

comercialização e acesso a informações importantes, no que diz respeito, à formação, oportunidades de crédito, troca de experiências, concursos de projetos, etc.

Ainda que as redes venham se constituindo como uma forma alternativa para a ação social, é necessário que, as ações desenvolvidas entre o conjunto de entidades de apoio e a interação com as Associações de Triagem na RMPOA, sejam mais efetivas, concretas e sistêmicas.

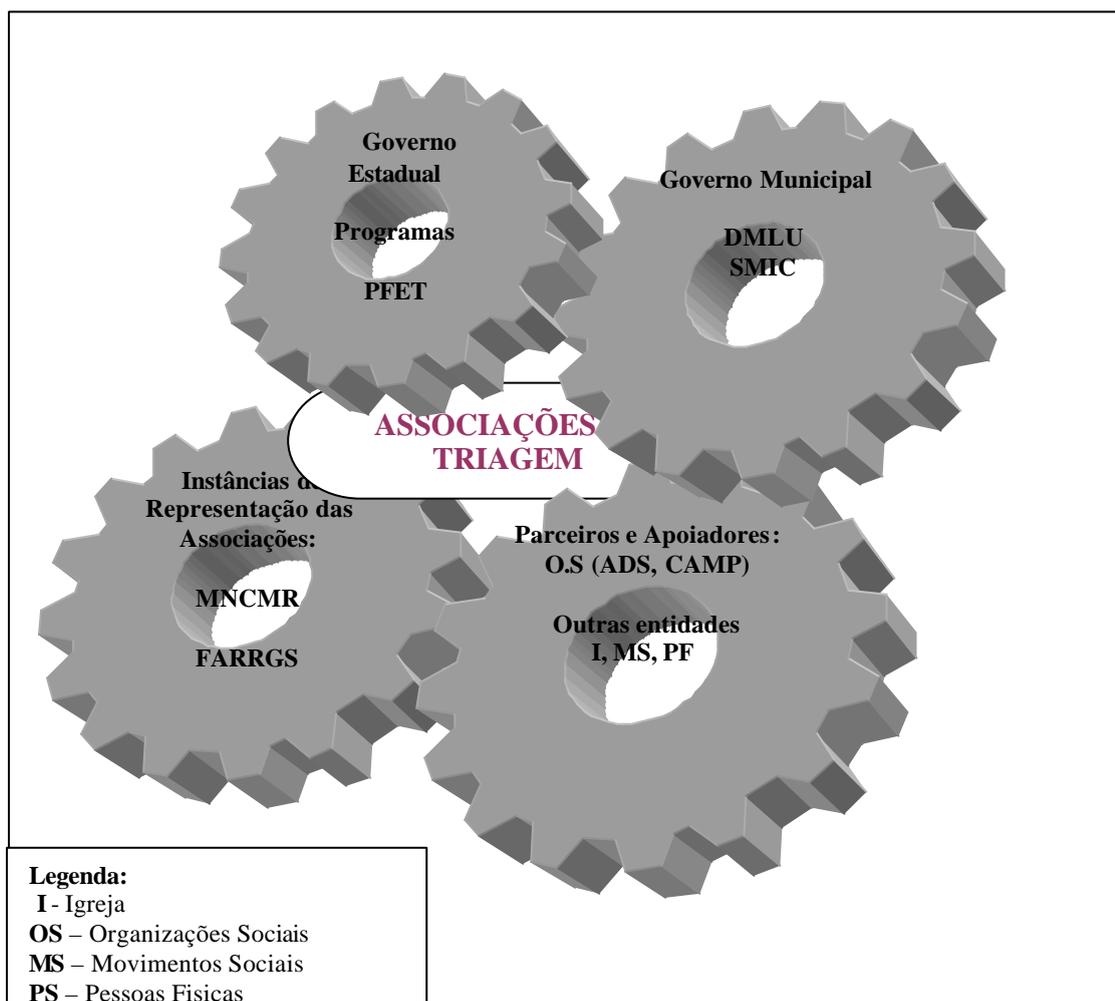


Figura 3 – As entidades de apoio do setor de reciclagem na RMPOA

Fonte: Elaboração própria 2006

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária foi à proposta adotada pelas entidades de apoio do setor de reciclo na RMPOA, como uma alternativa para a superação da problemática do desemprego e geração de renda. A Economia Solidária (ES) assim como vem sendo anunciada, pressupõe uma lógica diferenciada da lógica capitalista. É uma proposta de desenvolvimento, capaz de minimizar o problema da exclusão social, baseada em princípios como, solidariedade, autogestão, autonomia, democracia e participação.

No Rio Grande do Sul, existe um reconhecimento das iniciativas de geração de renda tanto político, por parte do Estado, como pelo conjunto de atores que interage no processo de desenvolvimento e formação desses grupos a nível local³³. No entanto, o campo da economia solidária gira em torno de uma questão central: como garantir a sustentabilidade dos empreendimentos solidários. Assim, a consolidação e sustentabilidade destes grupos produtivos locais dependem da criação de elos com redes solidárias mais amplas, para que se possam desenvolver políticas públicas capazes de garantir a sua existência. Nesse sentido, o conjunto de atores envolvidos (ver figura 3) nesse processo, tem aportado a sua contribuição, especialmente, através da elaboração de projetos de formação, capacitação e de financiamento.

O fluxo de articulação e informação entre as entidades de apoio do setor de reciclo produziu em alguns momentos, uma ação coletiva, uma articulação em rede. Essas entidades que gravitam em torno e apóiam as Associações de Triagem na RMPOA, classificaram as relações entre esse conjunto de atores sociais, como uma rede de economia solidária. Entretanto, ainda que se admita a existência da rede de apoio das Associações de Triagem do setor de reciclo ou uma rede com características da rede de economia solidária, a pesquisa nos mostra, que, embora as entidades de apoio estabeleçam relações individuais com vários atores, essa dinâmica não chega a conformar uma “rede”, no sentido de interação sistêmica.

Percebe-se um conjunto de ações desenvolvidas de forma desintegrada, sem efeitos sinérgicos, que possam garantir efetivamente a sustentabilidade desse setor. A conclusão que se

³³ Dados do projeto da residência solidária

chega ao analisar a participação das entidades que compõe essa rede de apoio, é a existência de uma rede frágil, e em momentos específicos. Isto é, cada entidade aporta a sua contribuição separadamente, atendendo na maioria das vezes, situações de caráter assistencialista e emergencial, que não deixam saldos significativos.

A compreensão da fragilidade dessa rede é demonstrada nos dados desse estudo, por um conjunto de fatores como: a falta de comunicação entre o conjunto de atores envolvidos no processo da reciclagem na RMPOA; o desconhecimento do poder público da existência de entidades apoiadoras; a crise instaurada no seio das instâncias de representação das Associações de Triagem na RMPOA; disputas das entidades de apoio por espaços de atuação; e a falta de elaboração de um plano estratégico destinado ao setor.

Ao remetermos ao referencial teórico que conduziu essa pesquisa, pode-se concluir que essa rede não atende ao critério para ser caracterizada como uma rede numa concepção geral ou mais ampla do conceito. Quais sejam: ser independente. Ou seja, a rede não deve ser utilizada para impor ideologias, nem servir de instrumento de interesse partidários, ou econômicos particulares. A pesquisa, demonstra que na base dos entraves que emperram a formação da rede, estão as disputas por lideranças, o confronto entre as instâncias de representação das Associações de Triagem, a tensão entre o poder público e entidades de apoio, a imposição de ideologias partidárias, e disputas entre as entidades apoiadoras por espaços de atuação.

Uma segunda característica da rede é ser participativa, isto é, deve acolher seus órgãos de direção e administração e os representantes de todos os seus parceiros, e incorporá-los ativamente em suas decisões, obras e programas. Quanto à participação, a pesquisa revela a fraca participação das entidades de apoio nos espaços de formação, e discussão das questões que afetam economia solidária e, em particular, as Associações de Triagem e, a falta de comprometimento e envolvimento das Associações de Triagem na tomada de decisões no seu espaço de trabalho e nas assembléias.

A rede deve ser comunicativa, ou seja, manter comunicação constante com seus parceiros, assim como favorecer e estimular as comunicações internas destas. Mais uma vez, esse estudo revela que, existe uma fraca comunicação, restringida apenas a alguns poucos membros, e em determinados períodos. Embora outras características poderiam aqui ser exploradas, foram

referenciadas apenas essas três, uma vez que, se julgue serem características básicas e primordiais para o funcionamento de uma rede.

Ainda que, se admita a existência dessa rede, ela não é percebida como um complexo de relações cooperativas que dinamizam a ação de seus agentes em torno de objetivos comuns ou complementares e que têm um caráter de permanência, cooperação e compromisso, conforme o conceito adotado nesse estudo.

A atuação da rede de apoio das Associações de Triagem do setor de reciclo na RMPOA, não precede de um código de conduta. Não existem pactos e padrões dessa rede, posto que não possua intencionalidade, ou seja, a declaração de suas intenções de rede. Existe apenas um amontoado de possibilidades. Não há realimentação de informação, isto é, não existe troca constante de informações entre todas as entidades de apoio e nem estas com as Associações de Triagem apoiadas; e não se pressupõe a existência de alguns valores comuns e objetivos compartilhados, falta interconexão das ações e projetos envolvendo todos os atores.

Outro fato que merece destaque ao admitir-se a existência dessa rede, diz respeito a sua articulação. Percebe-se em determinados momentos, que a articulação é pontual e livre, posto que as ações empreendidas pelos participantes, (caso das ações de formação e capacitação) ainda que sejam de forma coordenada, atendem pequenos grupos, e geralmente, são de curta duração e para cumprimento de objetivos e necessidades pontuais, por vezes estanques.

Paralelamente, esbarra-se em barreiras políticas, técnicas, e internas que impedem a articulação dessas entidades em rede. Ainda que à primeira vista, perceba-se que o pessoal do CAMP, desempenha o papel de articulador, depara-se com problemas de relacionamento com lideranças, como é o caso do MNCMR, e com outros atores da rede, poder público (DMLU), e entidades de apoio (CESMAR).

No destaque para as barreiras técnicas, a pesquisa mostra a necessidade não só de equipamentos operacionais (prensa, balanças), que foram apontados como limites e dificuldades enfrentados pelas Associações de Triagem, mas também, a necessidade de computadores com internet, apresentada como uma alternativa para a troca de informações, de estabelecer novas formas de aprendizado e divulgação da comercialização.

Percebem-se ainda, algumas barreiras internas, ou seja, as dificuldades que são originárias na estrutura operacional ou cognitiva de cada organização participante de uma rede. Revela-se

através das barreiras relacionadas à estrutura de trabalho das organizações, pela falta de direcionamento estratégico das próprias entidades de apoio para a atuação em rede, o que impede participantes de ter claros os seus objetivos e interesses organizacionais (internos), e o papel de cada um. Focam em outras atividades mais urgentes como as tarefas relacionadas à captação de recursos ou outras atribuições prioritárias ou emergenciais que aparecem com frequência.

No campo político, como já foi apontado, a pesquisa revela a existência de disputas acirradas por lideranças. Prevaecem dúvidas, no entanto, se na base da disputa estariam razões políticas, conforme salientaram entidades de apoio entrevistadas, ao relataram o comportamento do poder público, em especial do DMLU em relação ao tratamento diferenciado estabelecido com as Associações de Triagem.

Fatos revelam a forma discriminatória da atuação do DMLU, fornecendo cargas em maior quantidade e melhor qualidade às Associações de Triagem com as quais possui melhor afinidade. Se for verdade o que foi apontado, o fato é que o DMLU não confirma. Segundo o entrevistado, “todas as Unidades de Triagem tem o mesmo tratamento, não existe distinção com relação a elas. Tem UTs que estão a muito mais tempo, tem uma visão gerencial, empresarial, bem mais forte que outras”

Outro aspecto a ser apontado ao analisar a atuação do poder público no setor do reciclo, é a forma como a nova governação do estado vem conduzindo as ações desenvolvidas no governo anterior, em prol desse setor. Denota-se certo enfraquecimento e o retrocesso do setor de reciclo na RMPOA, na medida em que, várias ações deixaram de existir, como é exemplo: Fórum das UTs e Projeto Reciclar desenvolvida pela SMIC, que envolvia ações como a Usina de Material Plástico; Projeto Modernização das Unidades de Triagem, Central de Comercialização de Materiais Recicláveis.

Se pensarmos a reciclagem em Porto Alegre como uma política pública adotada pelo governo do estado há mais de uma década, presume-se que deveria ter dado saldos qualificativos em nível da formação, capacitação, estruturas das UTs e, na criação de linha de crédito de forma a contribuir para a sustentabilidade desse setor. Não obstante, dados revelam a existência de muitos limites que emperram a consolidação dos empreendimentos solidários na RMPOA, e em especial as Associações de Triagem. A postura da nova gestão administrativa da cidade em relação aos programas e ações desenvolvidas pelo governo anterior em prol do setor de reciclo,

demonstra que, mesmo atuando com programas de geração de emprego e renda, o setor do reciclo não é prioritário. Por outro lado, ainda que haja um conjunto de atores sociais envolvidos, necessita-se, sobretudo, de ações concretas, no sentido de pensar estrategicamente uma intervenção nesse setor, de forma a garantir a sustentabilidade das Associações de Triagem.

Esse conjunto de fatores, nos permite concluir que o setor de reciclo na RMPOA parece estar comprometido. Por um lado, pelo desinteresse do poder público e por outro, pela complexidade dos limites das próprias associações e entidades de apoio.

Com esse estudo, julga-se que algumas contribuições foram aportadas, não só a nível acadêmico, uma vez que, as organizações sociais são pouco estudadas nos cursos de administração, mas também, contribuir para que as entidades de apoio tenham pistas sobre a rede de apoio das Associações de Triagem, através de um trabalho mais sistematizado, elaborado a partir da visão dos envolvidos no setor de reciclo na RMPOA.

Contribuição Teórica

Se admitir a existência da Rede de apoio das Associações de Triagem do Setor de Reciclo na RMPOA, no sentido amplo do conceito, ou seja, possuindo todas as características de rede, ela poderá ser considerada:

Quanto a sua relação com os parceiros seria uma rede autônoma ou orgânica, isto é, cada entidade de apoio é autônoma, com objetivos específicos próprios e que passam a se articular, em função de uma idéia-mobilizadora, ou seja, enfrentar a problemática do desemprego através do apoio aos grupos de geração de emprego e renda.

Quanto ao seu foco, seria uma rede de compromisso social, ou seja, que se articulou a partir de uma idéia-força capaz de expressar, no seu arranjo de relações, as idéias políticas e econômicas inovadoras, nascidas do desejo de resolver problemas atuais. Todas as entidades de apoio têm por foco o indivíduo em situação de risco social. E a proposta da economia solidária contribui para amenizar as dificuldades enfrentadas. O caráter de participação na rede de apoio das Associações de Triagem do setor de reciclo na RMPOA seria transformadora, já que se propõe a trabalhar com a inclusão social, despertando nos grupos apoiados o protagonismo, e a vontade de mudar.

Poderia ser uma rede temática, ou seja, se organiza em torno de um tema, nesse caso a Reciclagem.

Contribuição para as Entidades de Apoio

Julga-se que através da parceria entre a Escola da Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do grupo de pesquisa NIPETS, os dados da pesquisa são relevantes no sentido de, evidenciar algumas pistas para as entidades de apoio do setor de reciclo na RMPOA. Ainda que os entraves por eles enfrentados não sejam desconhecidos, estão aqui apresentados de uma forma mais sistemática, a partir da visão de cada entidade entrevistada. Espera-se que essa pequena e limitada contribuição aporta caminhos, no sentido de se criar uma “verdadeira” rede de apoio das Associações de Triagem do setor de reciclo, visando deste modo, garantir a sustentabilidade dos empreendimentos e o próprio desenvolvimento da EPS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Viviane. Redes sociais e redes naturais: a dinâmica da vida. 2002. (On-line) Disponível em www.rebea.org.br. Acesso em 5/01/2005

ANDERSSON, Fabiano. Estudo de Governança em Associações /Cooperativas da Rede de Reciclagem na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Dissertação** (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

AYRES, Bruno R. C. Redes Organizacionais no terceiro setor: um olhar sobre suas articulações. Rio de Janeiro, Brasil – Outubro / 2001.

BECKER, Howard.S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo. Editora Hucitec, 1997 3ª Edição.

CCACIA BAVA, Silvio. Tecnologia social e desenvolvimento local. IN: DE PAULO, António, MELLO, Claiton José, FILHO, Lenart P. do Nascimento, KORACAKIS, Teodoro (equipe. Editorial). **Tecnologia social: Uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004

CCACIA BAVA, Silvio. Apresentação. In: CALAME, Pierre (org). Repensar a gestão de nossas sociedades: 10 princípios para a governança local, do local ao global. **CADERNOS DE PROPOSIÇÕES PARA O SECULO XXI**. São Paulo, Instituto Pólis, 2004.

CÁRITAS. As redes de economia solidária e os PACs: (On line) **In: Fórum Social Mundial**. Porto Alegre 2002.

CARRION, Rosinha Machado, LOPES, André de Oliveira. Desenvolvimento local e governança: o caso da central de comercialização de matéria prima para o setor de reciclo em Porto Alegre. In: NETO, António Carvalho, NEVES, Magda de Almeida, FERNANDES, Duval Magalhães (orgs). **Trabalho e Cidadania**. Belo Horizonte. Centro Industrial de Contagem-Cinco. Instituto de Relações do Trabalho/ PUC Minas, 2004.

CARRION, Rosinha Machado, COSTA, Pedro. **Residência Solidária em Comunidades**: projeto de extensão /UFRGS. Núcleo interdisciplinar de pesquisa e estudos sobre o terceiro setor/ NIPETS/ UFRGS: 2004

CARRION, Rosinha Machado. A economia solidária no Rio Grande do Sul: desafios à sustentabilidade. **XXXVII Assembléia do Conselho latino-Americano de Escolas de Administração/ CLADEA**. Porto Alegre. 22 á 25 de outubro de 2002

CARRION, Rosinha Machado, COSTA, Pedro Almeida. Inovações em Economia Solidária: potencialidades, desafios e limites. Estudo na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CODES, Ana Luiza, LOIOLA, Elizabeth, MOURA, Suzana. Perspectivas da gestão local do desenvolvimento: as experiências de Salvador e Porto Alegre. **In: VII Encontro Anual da ANPUR**. Porto Alegre, 1999

COELHO, Franklin. Economia Solidária: ampliando o debate. **Teoria e Debate** n° 48 (Jun /Jul/ Ago. 2001).

Com o DMLU é limpeza (On-line) Disponível em www.Portoalegre.rs.gov.br. Acesso em 04/03/2005

DALLABRIDA, Valdir R. Novos paradigmas para o desenvolvimento Regional. In BECKER , Dinizar F. e BANDEIRA, Pedro S (orgs.). Desenvolvimento Local/ Regional – **Determinante e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, vol.1.p.187-228, 2000b.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. IN: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade** . 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FACHINELLI, Ana Cristina, MARCON, Christian, MOINET, Nicolas. A prática da gestão de redes: uma necessidade da sociedade da informação. **Rede Brasil de Comunicação**. (Online). Disponível na Internet [http: www.rebea.org.br](http://www.rebea.org.br). Acesso em 2/12/2004

FENSTERSEIFER, Jaime. O papel das redes de cooperação na política tecnológica das pequenas e médias empresas. **ENANPAD**, 1997

FERNANDES, Karina Ribeiro. Constituição de redes organizacionais como nova forma de gestão das organizações do terceiro setor. (On-line) Disponível na Internet [http: www.Rits.org.br](http://www.Rits.org.br) Acesso em 2/12/2004

FILHO, Genauto Carvalho de França e LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária na América Latina: destacando o caso brasileiro. **IN Economia Solidária: uma abordagem internacional**: Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

FISHER, Tânia. A gestão do desenvolvimento social: agenda em aberto e propostas de qualificação. **VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Lisboa, Portugal. 8-11 Oct. 2002

GAIGER, Luiz Inácio (org). Apresentação. IN GAIGER, Luiz Inácio (org). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. IN MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo - Rio de Janeiro: **HUCITEC-ABRASCO**, 1992.

GIL. Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo. Editora Atlas SA. 1995, 4ª Edição.

GUARNIERI, Maria Cristina de Lourdes. Governança de (em) redes sociais - uma contradição? Agosto de 2004. (On-line) Disponível em www.Rits.org.br. Acesso em 2/12/2004

HELLWIG, Beatriz Centenaro. **A participação dos trabalhadores nas decisões**: um estudo na economia solidária. Porto Alegre, UFRGS/EA. Dez. 2004.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. IN GAIGER, Luiz Inácio (org). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

INOJOSA, Rose Marie. Redes de compromisso Social. In: **RAP - Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV, 33(5), Set/ Out 1999: 115-141.

_____. Estratégias contemporâneas em política social: diferentes modelos de gestão e eficácia metodológica: gestão participativa, trabalho em rede, cooperativismo, voluntariado. IN **Conferência Internacional de Gestão Social**. Novembro de 2004, Porto Alegre.

MACEDO SOARES, Ana Paula e GRIMBERG, Elisabeth. Desenvolvimento urbano. **Coleta Seletiva e o princípio dos 3Rs**. (On-line) Disponível em www.federativo.bndes.gov.br. Acesso em 04/03/2005

MACHADO, Antonio L. Itriago, MACHADO, Miguel Angel Itriago. Las redes como instrumentos de transformación social. Caracas, Venezuela. Agosto de 1999

MANCE, Euclides André. **Redes de colaboração solidária: construindo uma nova sociedade**. IFIL, março de 2000.

_____. **A consistência das redes solidárias**. Curitiba, junho de 2001.

MARTINHO, Cássio. **Redes e desenvolvimento local** s/d. (On line) Disponível em www.rits.org.br. Acesso em: 14 de setembro de 2005

MINAYO. Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social**. Teoria método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOURA, Susana. A gestão do desenvolvimento local: estratégias e possibilidades de financiamento. **ANAIS do 22º Encontro da ANPAD**. Foz do Iguaçu: Anpad, 1998.

OLIVIERI, Laura. A importância histórico-social das Redes. **Rede de Informações para o Terceiro Setor**, jan/2003.

PINHO, José Antonio Gomes de, SANTANA, Mercejane Wanderley. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. In FICHER, Tânia. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: Marcos Teóricos e Avaliação**. Salvador: Boa Terra, 2002.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e Governo Local: dilemas e reforma municipal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2001, 248 p.

SILVEIRA, Caio, BOCAYUVA, Cunha, ZAPATTA, Tânia. Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos. São Paulo, Polis- **Programa de Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV**, 2001. 56p.

SILVA, Carlos Antônio. **Fundamentos e paradigmas das redes**. (On-line) Disponível em www.rits.org.br. Acesso em 2/12/2004

_____. **Redes - uma questão de relacionamento**. (On-line) Disponível em www.rits.org.br. Acesso em 2/12/2004

SINGER, Paul. Economia solidária. In: CATANNI, Antônio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SCHERER, Warren Iise. Metodologia de rede no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. In: Redes organizacionais, desenvolvimento local e qualidade de vida. **ANAIS DO VI COLÓQUIO SOBRE PODER LOCAL**. Salvador **Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, 1996, 321p**.

SCHERER, Warren Iise. Redes sociais: trajetórias e fronteiras IN: DIAS, Leila Cristina da Silveira, LIMA, Rogério Leandra (orgs). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2005.

SCHLITHLER, Célia Regina Belizia. O processo de formação de facilitadores de redes sociais. (on-line) Disponível em www.Rits.org.br. Acesso em 2/12/2004

SOUZA FILHO, Jorge Renato. Cooperação e participação; novas formas de gestão de políticas públicas para o desenvolvimento regional. **Ensaio FEE**. Porto Alegre. V 22 n° 1, p.86 -114 – Julho a Setembro /2001.

_____. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. s/d

TONIN, Guerino, ROCHA, Antônio Marcos Coelha da, SONZA, Igor Bernardi, LIMA, Sidarta Ruthes. Pesquisa Quantitativa. **Política dos negócios e economia de empresas. VII SEMEAD**. 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. A Pesquisa Qualitativa em Educação. O Positivismo, a Fenomenologia, o Marxismo**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1987.

ZAPATTA, Tânia. Estratégias de desenvolvimento local e as parcerias público-privadas na área social. **IN Conferência Internacional de Gestão Social**. Novembro de 2004, Porto Alegre.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos.** Trad. Daniel Grassi – 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS ASSOCIAÇÕES DE TRIAGEM³⁴

I - HISTÓRICO

1.1. Qual objetivo levou a criação da Empresa?

1.2. O Orçamento Participativo tem alguma coisa a ver com a criação dessa Empresa

() Não

() Sim. Qual

1.3. Ao ser criada, a Empresa contou com apoio:

ENTIDADES	Orgão de classe: Sindicato, Federação	Igreja	Associações Comunitárias	Governo	ONG	Outros

1.4. Em que apoiaram?

DADOS DE CARACTERIZAÇÃO : CENÁRIO

• PRINCIPAL DIFICULDADE

FOI SUPERADA?

() SIM. NÃO ()

Como? _____

Quem ajudou, e em que ajudou? _____

• SEGUNDA MAIOR DIFICULDADE

FOI SUPERADA?

() SIM

() NÃO

³⁴ Usado parcialmente

Como? _____

Quem ajudou, e em que ajudou? _____

· TERCEIRA MAIOR DIFICULDADE

FOI SUPERADA?

SIM

NÃO

Como? _____

Quem ajudou, e em que ajudou? _____

II -PRODUÇÃO

2.1. Qual o(s) produto(s) ou serviço produzido?

2.7. Quais as etapas desse processo produtivo? (No consiste a “produção” nessa organização)

2.7.1. Alguma parte do processo produtivo é delegada para pessoas de fora da empresa? Qual?

2.2. Qual a participação percentual (%) de cada produto no faturamento?

2.3. Qual (is) a(s) principal (is) matéria (s) prima (s) utilizada(s)?

2.4. Quem fornece a matéria prima?

2.5. Como é calculado o preço de venda do produto?

2.6. Quais as máquinas e equipamentos MAIS utilizados.

2.8. Qual a produção mês, hoje?

2.9. Qual poderia ser a produção hoje? (visa identificar a capacidade instalada)

2.10. Ela está sendo plenamente utilizada?

Não. Por quê?

2.11. Quem são seus principais concorrentes?

2.12. O serviço que você presta e/ou o produto que produz é produzido por outros empreendimentos de ES?

- () Sim
() Não

2.13. Comparando o seu empreendimento com outros empreendimentos de Economia Solidária, você identifica alguma diferença em termos de:

Produto?

Parcerias?

Outros Atributos

2.14. Algum produto deixará de ser produzido?

- () Sim.
() Não. Passe para a questão 3
() Não se aplica

2.15. Que produtos e/ou serviços eram esses?

Por que eles deixaram de ser produzido/oferecidos?

III - ESTATUTO JURÍDICO

3.1. A empresa possui registro jurídico?

3.1.1. () Sim.

Qual? _____

Data de registro _____

3.1.2. () Não. Passe para questão nº 3.3.

3.3. Existe intenção de formalizá-la?

() Sim, por quê? _____

() Não, por quê? _____

3.4. A Empresa é associada a alguma associação representativa dos interesses da categoria?

() Não

() Sim.

Qual? _____

IV – SITUAÇÃO FINANCEIRA

4.1. Qual o capital inicial?

4.2. Situação Patrimonial atual (Bens Imóveis: Máquinas, Equipamentos, Prédio. **Preencher o quadro abaixo.**

Tipo de Máquina e/ou Equipamento	Situação					
	Comprado	Doado	Outra situação (leasing, aluguel, comodato) Identificar	Em financiamento		
				Agente Financeiro	Valor Financiado/Tax a juro anual	Prazo p/pagar
O Prédio						
Outros bens						
Capital de giro						

Procurar observar se há registro dos bens, ou se é tudo "informal".

4.3. A empresa tem dívidas, ou recebe adiantamento de compradores?

() Não. Passe para a questão....

() Sim.

Quem faz o adiantamento? Qual o valor desse adiantamento

6

4.5. FATURAMENTO

PRODUTO	Mês anterior	Média 2000	Média 2001	Média 2003

GLOBAL				

Procurar observar se há registro formal

4.7. No que se refere à relação entre receitas (entradas) e despesas (pagamentos), o saldo foi:

1º Ano	2000	2001	2002	2003
Positivo				
Negativo				
Empatou				

4.8. No caso do saldo ser positivo, como foi utilizado?

4.9. A Empresa possui fundo de reserva?

() Sim. **Valor** _____

().Não.

4.10. Quem participa das decisões relativas à contratação de financiamento?

V - CAPITAL HUMANO

5.1. As pessoas que trabalham na empresa são

Categoria	HOJE		1º Ano		2000		2001		2002		2003	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Cooperados/Associados			M									
Assalariados												
Voluntários												
Outra categoria. Especificar												

5.2. Quais os critérios utilizados para a admissão de pessoas para trabalharem na empresa?

5.3. A participação de pessoas de uma mesma família,

() Ocorre freqüentemente

() Ocorre raramente.

() Não ocorre

VI - COMERCIALIZAÇÃO

6.1. Como é feita a comercialização (acesso ao mercado)

Existe um cliente principal? Quem é?

6.2. Qual a participação de cada um dos seguintes clientes em suas vendas:

CLIENTE	especificar	%
Poder Público (Governo Federal, Estadual e/ou Municipal).		
Cooperativas ou Associações Organizações da Sociedade Civil (ONGS, Fundações, Sindicatos, Igrejas, etc.)		
Empresa		
Outro (s)		

6.3. Essa organização participa de Feiras de Economia Popular e Solidária

() Não

() Sim. Quais? Com que objetivo?

VII - PARCERIAS/REDES

7.1. A Empresa tem relações de parceria?

() Sim.

() Não. Passe para a questão nº 8.3.

7.2. Natureza/Finalidade das Parcerias.

- IDENTIFICAR OS PARCEIROS
- DESCREVER O OBJETO DA PARCERIA

Parceiros	FORMAL	INFORMAL	ATIVA	INATIVA	SENSIBILIZAÇÃO DESCREVER	PROGRAMA DE QUALIDADE	QUALIFICAÇÃO/ FORMAÇÃO DESCREVER	QUESTÕES DE TECNOLOGIA DESCREVER	Desenvolvimento de Projetos. DESCREVER	Comercialização. DESCREVER	FINANCIAMENTO. DESCREVER	Doação. DESCREVER
Governo Municipal Especificar												
Governo Estadual Especificar												
Governo Federal Especificar												
ONGS Especificar												
Universidade Especificar												
Bancos Especificar												
Sindicatos Especificar												
Empresas Especificar												
Igrejas Especificar												
Partidos Especificar												
Outra (s) parceria (s) Especificar												

7.3. Você sabe o que é um Programa de Qualidade?

- () Não
() Sim.

A Empresa teria interesse em participar de um Programa de Qualidade?

- () Não

() Sim

7.4. Qual a importância que as parcerias acima tem para a sobrevivência da empresa?

(1) (2) (3) (4) (5)

Sem Importância

← Importância Fundamental

Parceiros	1	2	3	4	5
Sensibilização					
Qualificação/Formação					
Tecnologia					
Desenvolvimento de projetos					
Comercialização					
Capitalização					
Doações					
Troca de experiências					
Outra finalidade. Especificar					
Outra finalidade Especificar					
Outra finalidade. Especificar					
Outra finalidade. Especificar					

VIII - REMUNERAÇÃO

8.1. O número de horas diárias trabalhadas é:

TRABALHADORES	Carga Horária Semanal	Não sabe informar
Associados/cooperados		
Voluntários		
Assalariados		
Outro. Especificar		

8.2. Quem decide quantas horas cada pessoa trabalha diariamente?

8.3. A remuneração é igual para todos os trabalhadores?

() Sim

() Não.

8.4. Como é definida a remuneração de cada pessoa?

8.5. Qual a importância de cada um dos fatores abaixo na definição da remuneração?

Fatores	Peso %
Qualificação	
Comprometimento Tempo dedicado ao trabalho	
Tipo de trabalho realizado Produtividade	
Cargo Outro fator. Especificar	

IX - PONTOS FORTES E FRACOS

9.1. Quais são aqueles que você considera como pontos fortes dessa empresa?

9.2. Quais são aqueles que você considera como os principais desafios a serem enfrentados?

9.3. Qual o principal problema que a Empresa enfrenta atualmente?

9.4. No seu entender, como ele poderia ser solucionado?

9.5. Existe alguém, ou alguma organização apoiando nesse sentido?

() Não. **PASSE PARA A QUESTÃO 1.13**

() Sim. Qual? _____

X - GESTÃO

10.1. Quantas pessoas compõe a direção?

10.2. A Empresa está organizada em departamentos/setores?

() Não

() Sim. Quais _____

10.3. Ferramentas de gestão utilizadas

FERRAMENTAS	Sim M	Sim I	Não
Planejamento Estratégico			
Registro de Faturamento			
Entrada e Saída de Trabalhadores			
Registro de Vendas			
Registro de Compras			
Registro de Desperdício			
Horas trabalhadas por cada trabalhador			
Registro de clientes			
Fluxo de Caixa			
Registro de Contas a Pagar			
Registro de Contas a Receber			

10.4. Como são tomadas as decisões relativas ao preenchimento de cargos de coordenação?

10.5. Quem participa dessas decisões?

10.6. Existe um limite de tempo para que a pessoa permaneça no cargo? ()

() Não

() Sim. Qual? _____

10.7. Quem define o trabalho que cada pessoa vai fazer?

10.8. Existe algum tipo de situação em que todos participem das decisões?

() Sim

() Não

a) Que situação é essa?

b) Com que frequência são realizadas reuniões para tomada de decisões?

10.9. Existem situações em que são ouvidas pessoas de fora do empreendimento?

() Sim

() Não

10.10. Quais são essas situações?

10.11. Quem são essas pessoas?

ANEXO 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A ENTIDADE DE APOIO

1. GERAIS

1.1- Qual é o principal objetivo desta Instituição (entidade)?

1.2 - Em se tratando de Instituição Governamental. Qual a posição na estrutura de Governo?

1.3 – Como a Economia Solidária se insere nessa proposta?

1.4. Qual tem sido a atuação da sua Instituição no âmbito da economia solidária nos últimos cinco anos?

1.5 - O apoio as Associações de Triagem está inserido em uma proposta ou projeto estruturado no Planejamento Estratégico da sua instituição? Deseja saber além do grau de "formalismo" do apoio, também o motivo, a razão dele apoiar. Se for uma razão política (no caso do sindicato), se é por humanitarismo etc.

() Sim. Está descrita. Pular para 2

() Sim. É prevista, mas não está descrita

() Não

1.6. No caso de não estar prescrito, porque razão a sua instituição apóia as Associações de Triagem? Saltar para 2.1

2. APOIO AOS EMPREENDEIMENTOS EPS

2.1 - Qual (is) é (são) a (s) Associação (ões) apoiada(s)?

Associações	Descrição dos grupos apoiados
1	
2	
3	

2.2 - No que consiste esse apoio?

2.3. - Desde quando a sua instituição apóia essas associações?

2.4. Qual foi à motivação que levou ao apoio?

2.5 - Existem recursos financeiros específicos, alocados para essa atuação?

() Sim. Qual o montante?

() Não

2.6 - Na sua opinião, qual a importância da contribuição da sua instituição para a sustentabilidade das Associações de Triagem em POA?

2.7. Teria alguma política pública que avalia como muito importante para a sustentabilidade das associações? Qual ? No que consiste?

3. CARACTERÍSTICAS DO CAPITAL HUMANO ENVOLVIDO PELA INSTITUIÇÃO NO APOIO A EPS

3.1 Número de pessoas

3.2. Formação / qualificação

3.3. TEMPO DEDICADO

4. CONCEPÇÃO DE ES

4.1.O que você acha que é Economia Solidária

4.2. Qual é a sua origem e porque que existem empreendimentos solidários

4.3. Se for um órgão de Governo que induz à organização solidária, indagar: por quê o formato de economia solidária foi o escolhido para o desenvolvimento dessa atividade.

4.4. Na sua opinião qual é o futuro da EP?

5. RELAÇÃO APOIADOR X ASSOCIAÇÕES DE TRIAGEM

Refletindo sobre a relação da sua organização com as Associações de Triagem, você diria que:

É fácil apoiá-las () É difícil, e muitas vezes desestimulante ()

Porquê?

Alternativas para superar esses impasses

5.1.O que as Associações (empreendimentos solidários) apoiadas concedem em troca desse apoio?

5.2. Quais os problemas identificados nas Associações de Triagem?

5.3. Possíveis soluções identificadas

5.4. O apoio que a sua instituição dá as Associações de Triagem está articulado ao apoio dado (concedido) por outras Instituições?

Sim () Não ()

Se sim, como percebe essa articulação?

6. RELAÇÃO COM OS OUTROS APOIADORES

Quais são os outros apoiadores das Associações de Triagem que você conhece?

6.1.Por favor, liste abaixo os apoiadores que você conhece.

6.2. Que tipo de contribuição cada um desses apoiadores dá?

APOIADOR	ASSOCIAÇÃO	TIPO DE APOIO
1	1	
2	2	
3	3	

6.3. Você troca informações com as outras entidades (os outros apoiadores) das Associações que apóia?
Se sim, que tipo de informação é trocado?

6.4. Como se dá essa troca?

- Telefonemas ()
- Emails ()
- Reuniões ()
- Seminários ()
- Encontros casuais ()
- Assembléias ()
- Outro. Especifique _____

6.5. A sua instituição se reuniu alguma vez, em 2004/2005, com as outras entidades de apoio (outros apoiadores) das Associações de Triagem?

Sim ()

Não ()

Porquê?

6.6. Se sim, o resultado desses encontros, no seu entender foi:

Satisfatório ()

Insatisfatório ()

Porquê?

6.7. Que tipo de situação pode levar a convocação de uma reunião (ou outro tipo de encontro) dos apoiadores?

6.8. As decisões nas reuniões que tem por finalidade tratar do apoio às Associações de Triagem, são tomadas:

- Por consenso ()
- Por deliberação de alguém ()
- Em Assembléia ()
- Outro. Especifique _____

6.8 Você identifica alguma entidade (apoiador) que tenha um papel principal no apoio as Associações de Triagem?

Sim Não

Quem?

7.1. Existe alguma entidade (apoiador) com o qual você sinta maior facilidade de dialogar?

Sim Não

Quem?

7.2. Você acredita que a atuação e o apoio que a sua instituição presta as Associações de Triagem, contribuam para sustentabilidade da Economia Solidária?

Sim Não

Porquê?

7.3. No seu entender que tipo de apoio as Associações de Triagem necessitariam para serem auto-sustentáveis?

7.4. Para muitos autores, as Associações de Triagem são classificadas de empresas autogestionárias da Economia Popular e Solidária.

Na sua opinião, as Associações de Triagem, na RMPOA apresentam características de empreendimentos solidários?

8. CONCEPÇÃO DE REDE

8.1. Para você o que é uma rede?

8.2. Você classificaria as relações entre o conjunto de (entidades) atores sociais que apóiam as Associações de Triagem, como uma rede de economia solidária?

Sim Não

Porquê?

8.3. Que tipo de apoio você acha importante para a formação de uma rede de EPS?

8.4. Qual a esfera do governo, qual ONG, Universidade, que teria a contribuir para a formação de uma rede em ES?

DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE UMA REDE DE ES

9.1. Quais são os principais entraves que identifica para a formação de uma rede entre as Associações de Triagem?

9.2. Quais são os fatores que facilitam o processo de formação de uma rede de ES?